

COLEÇÃO DOS GRANDES TEMAS SOCIAIS

Fazem parte desta coleção as seguintes obras de Mário Ferreira dos Santos:

- 1) Tratado de Economia I vol.
- 2) Tratado de Economia II vol.
- 3) Filosofia e História da Cultura I vol.
- 4) Filosofia e História da Cultura II vol.
- 5) Filosofia e História da Cultura III vol.
- 6) Análise de Temas Sociais I vol.
- 7) Análise de Temas Sociais II vol.
- 8) Análise de Temas Sociais III vol.
- 9) O Problema Social

MÁRIO FERREIRA DOS SANTOS



TRATADO DE ECONOMIA

LIVRARIA E EDITORA LOGOS LTDA.
Rua 15 de Novembro, 137 - 8.º andar - Tel.: 35-6080
SÃO PAULO

1.^a edição, em fevereiro de 1962

ADVERTÊNCIA AO LEITOR

Sem dúvida, para a Filosofia, o vocabulário é de máxima importância e, sobretudo, o elemento etimológico da composição dos termos. Como, na ortografia atual, são dispensadas certas consoantes, mudas, entretanto, na linguagem de hoje, nós as conservamos apenas quando contribuem para apontar étimos que facilitem a melhor compreensão da formação histórica do termo empregado, e apenas quando julgamos conveniente chamar a atenção do leitor para eles. Fazemos esta observação somente para evitar a estranheza que possa causar a conservação de tal grafia.

MÁRIO FERREIRA DOS SANTOS

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Enciclopédia de Ciências Filosóficas e Sociais

de Mário Ferreira dos Santos

VOLUMES PUBLICADOS:

- 1) Filosofia e Cosmovisão
- 2) Lógica e Dialéctica
- 3) Psicologia
- 4) Teoria do Conhecimento
- 5) Ontologia e Cosmologia
- 6) Tratado de Simbólica
- 7) Filosofia da Crise (Temática)
- 8) O Homem perante o Infinito (Teologia)
- 9) Noologia Geral
- 10) Filosofia Concreta I vol.
- 11) Filosofia Concreta II vol.
- 12) Filosofia Concreta III vol.
- 13) Filosofia Concreta dos Valores
- 14) Sociologia Fundamental e Ética Fundamental
- 15) Pitágoras e o Tema do Número (Temática)
- 16) Aristóteles e as Mutações (Temática)
- 17) O Um e o Múltiplo em Platão (Temática)
- 18) Métodos Lógicos e Dialécticos I vol.
- 19) Métodos Lógicos e Dialécticos II vol.
- 20) Métodos Lógicos e Dialécticos III vol.
- 21) Filosofias da Afirmção e da Negação (Temática Dialéctica)
- 22) Tratado de Economia I vol.
- 23) Filosofia e História da Cultura I vol.
- 24) Filosofia e História da Cultura II vol.
- 25) Filosofia e História da Cultura III vol.
- 26) Análise de Temas Sociais I vol.
- 27) Análise de Temas Sociais II vol.
- 28) Análise de Temas Sociais III vol.
- 29) O Problema Social

NO PRELO:

- 30) Tratado de Esquematologia
- 31) As Três Críticas de Kant
- 32) Problemática da Filosofia Concreta

A SAIR:

- 33) Temática e Problemática da Cosmologia Especulativa
- 34) Teoria Geral das Tensões I vol.
- 35) Teoria Geral das Tensões II vol.
- 36) Temática e Problemática da Criteriologia
- 37) Dicionário de Filosofia e de Ciências Culturais I vol.
- 38) Dicionário de Filosofia e Ciências Culturais II vol.
- 39) Dicionário de Filosofia e Ciências Culturais III vol.
- 40) Dicionário de Filosofia e Ciências Culturais IV vol.
- 41) Dicionário de Filosofia e Ciências Culturais V vol.

Os volumes subsequentes serão oportunamente anunciados.

OUTRAS OBRAS DO MESMO AUTOR:

- «O Homem que Foi um Campo de Batalha» — Prólogo de «Vontade de Potência», de Nietzsche, ed. Globo — Esgotada
- «Curso de Oratória e Retórica» — 8ª ed.
- «O Homem que Nasceu Póstumo» — (Temas nietzscheanos) —
- «Assim Falava Zarathustra» — Texto de Nietzsche, com análise simbólica — 3ª ed.
- «Técnica do Discurso Moderno» — 4ª ed.
- «Se a esfinge falasse...» — Com o pseudônimo de Dan Andersen — Esgotada
- «Realidade do Homem» — Com o pseudônimo de Dan Andersen — Esgotada
- «Análise Dialéctica do Marxismo» — Esgotada
- «Curso de Integração Pessoal» — (Estudos caracterológicos) — 3ª ed.
- «Práticas de Oratória» — 2ª ed.
- «Assim Deus falou aos Homens» — 2ª ed.
- «Vida não é Argumento»
- «A Casa das Paredes Geladas»
- «Escutai em Silêncio»
- «A Verdade e o Símbolo»
- «A Arte e a Vida»
- «A Luta dos Contrários» — 2ª ed.
- «Certas Subtilezas Humanas» — 2ª ed.
- «Convite à Estética»
- «Convite à Psicologia Prática»
- «Convite à Filosofia»

A PUBLICAR:

- «Hegel e a Dialéctica»
- «Dicionário de Símbolos e Sinais»
- «Discursos e Conferências»
- «Obras Completas de Platão» — comentadas — 12 vols.
- «Obras Completas de Aristóteles» — comentadas — 10 vols.

TRADUÇÕES:

- «Vontade de Potência», de Nietzsche
- «Além do Bem e do Mal», de Nietzsche
- «Aurora», de Nietzsche
- «Diário Intimo», de Amiel
- «Saudação ao Mundo», de Walt Whitman

ÍNDICE

Especialismo e Generalismo	13
Introdução	23
O Acto Económico — Facto Económico	29
O Conhecimento Económico	33
Do Conhecimento Económico	37
Os Métodos no Estudo da Economia	45
Universo de Discurso da Economia — Conceitos Fundamentais	48
Classificação das Utilidades e dos Bens	52
Condições Técnicas e Jurídicas da Produção	59
Os Métodos na Economia	65
A Economia A Técnica e a História	70
O desenvolvimento da Técnica	81
A Eotécnica	87
Paleotécnica	93
Neotécnica	99
Síntese Histórica dos Sistemas Económicos	104
A Formação do Capitalismo	119
O Capitalismo Industrial	125
As Estruturas Económicas	129
O Aspecto Estrutural do Capitalismo Moderno	136
Síntese do Pensamento Económico	144
As Tendências Socialistas no Século XIX	151
A Economia Nacional e a Escola Histórica, na Alemanha	153
PARTE ANALÍTICA	
O Factor Humano, Meio Natural e Técnica	159
Os Bens	167
Capital, Lucro, Poupança e Trabalho	173

O Conceito e Formas de Poupança	181
O Trabalho	187
O Capitalismo e a Técnica	197
A Organização do Trabalho	203
O Maquinismo	211
Organização Jurídica e Social do Capitalismo	219
Direito do Trabalho	221
Evolução do Direito de Propriedade	224

ESPECIALISMO E GENERALISMO

Um preconceito bem próprio de nossa época é o extremado valor que se dá ao especialismo, em torno do qual gira um conjunto de outros preconceitos, que têm feito época e se tornam como verdades definitivas.

Não é nova essa hiper-valorização actual do especialismo. Já Sócrates o ridicularizava em sua época, e ria-se do afã extremado dos sofistas em quererem dar um valor excessivo à especialidade, como se aí apenas houvesse o único caminho para o conhecimento humano trilhar com segurança a sua marcha.

Os defensores de tal posição reúnem suas razões e elas parecem realmente poderosas, e para alguns até definitivas. Os argumentos, que esgrimmem, podem ser reduzidos aos seguintes:

1) Em face do desenvolvimento crescente do conhecimento humano e da limitação da vida, e da disponibilidade relativamente curta de tempo, torna-se cada vez mais difícil ao homem abranger um âmbito muito elevado de conhecimento.

2) Tomada apenas uma matéria, verifica-se que o campo de seu conhecimento elevou-se a proporções tão grandes que o conjunto do que se sabia no passado representa apenas uma fracção mínima em comparação ao volume actual. Os nossos conhecimentos no século passado sobre o mundo sideral podia ser contido num mapa do nosso cosmos que perfeitamente caberia num espaço de um metro quadrado. Hoje, se desejássemos realizar uma carta do cosmos, que incluísse todos os planétas, astros, satélites, nebulosas, etc., que já conhecemos, em suas proporções, teria êle o tamanho da Lua. O mesmo pode verificar-se no referente à Físico-química, à Psicologia, à Sociologia, à História, etc.

3) A impossibilidade de a mente humana poder abranger êsse volume tão grande de conhecimentos levaria, quem desejasse possuir um conhecimento enciclopédico, apenas a uma visão ínfima de cada ciência, tão restricta que seria um quase-nada. Dessa maneira, a tentativa de ter um conhecimento enciclopédico equivale a uma ignorância quase total.

4) Um conhecimento tão mínimo da ciência, embora abrangendo a totalidade, traria, como consequência, que o grau de saber, em vez de aumentar, diminuiria de tal modo que ninguém, em nenhum sector, seria capaz de realizar coisa alguma.

5) É preferível, pois, que se tenha um conhecimento maior num único sector, pelo qual possa o estudioso ser mais útil e competente, do que possuir um conhecimento enciclopédico, carente totalmente do mínimo indispensável. É preferível conhecer-se bem uma pequena região do conhecimento do que desconhecer-se quase tudo.

6) Conseqüentemente, todo o ensino deve orientar-se para a formação de especialistas e deve-se combater com energia a tendência enciclopedista, que é um fantasma do passado, anacrônico, intempestivo, ineficiente.

Nesses seis argumentos estão compendiadas as principais e "poderosas" razões dos defensores do especialismo.

Antes de mostrar a deficiência que apresentam, desejariamos avançar um pouco mais nos mesmos argumentos, levando-os a tôdas as consequências que dêles decorrem.

Por tais razões, com o crescimento constante do conhecimento em todos os sectores do saber humano, pode-se desde já, fundado no mesmo modo de pensar, dizer que é impossível uma plena especialização em qualquer disciplina. Não se pode mais falar, seguindo tal caminho, na especialidade da Medicina, nem da da Física, nem da Sociologia. Essas especialidades devem cada vez atomizarem-se em outras especialidades até alcançar-se ao especialismo de que falava Nietzsche do "escrupuloso intelectual", que se dedicava apenas ao estudo do cérebro da sanguessuga. Teremos fatalmente de chegar lá, se tal maneira de conceber é verdadeira. Perder-nos-íamos, com o decorrer dos anos, numa atomização de especialismos dos mais estremos, porque, real-

mente, só o estudo do cérebro da sanguessuga exige não uma vida, mas milhares de vidas.

Por essa concepção, proclamar-se-ia, definitivamente, o fim do conhecimento, porque tal atomização em intensidade, corresponderia à atomização em extensidade do enciclopédico, e do mesmo modo que êste não seria mais capaz de ligar os conhecimentos mínimos numa totalidade coerente e bem fundada, também o excessivo especialista estaria numa ilha isolada de todos os outros estudiosos e a comunicação entre os homens de saber tornar-se-ia impossível.

Podem parecer extremadas estas nossas palavras, mas, inegavelmente, é onde nos levam se aceitarmos fundamento na tese dos defensores unilaterais do especialismo.

De antemão, antes de respondermos aos sofisticos argumentos acima expostos, queremos dizer que não somos inimigos do especialismo. Somos sim adversários, e exporemos nossas razões, dêsse modo de conceber o especialismo, de modo monstruoso, como monstruosa é também a maneira de avaliar o saber enciclopédico.

Vejamos os argumentos. Tomemos de início o primeiro. Êste, como todos os outros, pecam de início por dois defeitos fundamentais: olham o conhecimento apenas pelo lado quantitativista e revelam a influência de um sentir muito próprio da época mercantilista em que vivemos.

Quanto à influência marcante do quantitativo nas nossas apreciações é algo que já foi muito bem denunciado e analisado por vários autores e que qualquer pessoa de mediana inteligência, se prestar a devida atenção, facilmente captará a sua influência maléfica, que tem afastado uma avaliação mais justa e consentânea das grandes conquistas do conhecimento, do próprio homem e das suas coisas. Não sabe mais História quem conhece mais factos da História, quem sabe mais datas, quem pode relatar mais acontecimentos, mas quem nela penetra com uma visão mais profunda, e capta a significação dos factos, as razões das grandes correntes históricas, da motivação revelada pelas correlações e analogias que ela apresenta. Acaso alguém que conheça Don Quixote de la Mancha todo decor, e que seja capaz de repetir uma por uma as passagens da obra, dar todos os personagens que nela penetram, enfim um "cervan-

tista" quantitativista, apenas por isso *conhece* Don Quixote e captou suas mais íntimas significações?

Uma das características da forma de produção capitalista tem sido a excessiva especialização das funções e também dos bens de consumo. O capitalismo inaugurou uma actividade especializadora imensa, e sem dúvida impregnou em muitas mentes o seu grande preconceito: o da especialização. Influuiu em muitos a sua visão quantitativista, o que nos demonstra perfeitamente a grande força propagandística que dispõe o capitalismo para colocar seus esquemas ou *manchettes* em muitos cérebros.

Por este ponto de vista, só poderá conhecer Platão e Aristóteles, não quem apenas tenha lido algumas vezes a sua obra, mas, sim, aquêles que se tenha totalmente dedicado a ler todos os comentários feitos sobre a obra dos dois grandes filósofos, percorrido todos os caminhos da exegese, e palmilhado, palmo a palmo, o campo das inúmeras controvérsias. Por esse ponto de vista, é inexplicável que Tomás de Aquino, tendo lido apenas o "Timeu" e numa tradução que muitos julgam pouco recomendável, pois o grande aquinatense não conhecia grego, tenha conseguido fazer a mais coerente e justificada interpretação do pensamento de Platão, o que não conseguem fazer aquêles que dedicam a vida inteira a estudá-lo, e que só tem acrescentado notícias sobre notícias, apresentado uma problemática sem muito fundamento, complicando o que era simples e tornando obscuro o que era claro.

Por sua vez, também o segundo argumento encontra a sua refutação no que acima dissemos, pois por esse ponto de vista, tornar-se-ia impossível o estudo da Astronomia, já que seria, num futuro não muito remoto, necessário um mapa do tamanho de todo o nosso sistema solar para nêles encaixar, com suas proporções, os planetas, astros, estrelas, etc., que povoam a imensidade dos espaços. Também não haveria mais historiadores, mas apenas um especialista nas fivelas dos sapatos usados durante o primeiro período do reinado de Luís XIV, e esse mesmo pobre especialista ainda daria suspiros de tristeza porque ante o seu conhecimento visualizaria a imensidade de sua ignorância no assunto, pela falta de elementos de estudo e pela limitação de sua vida,

que não lhe permitiria aprofundar-se numa especialidade dessa natureza.

Dêsse modo e para sempre, estaria vetado ao homem o conhecimento.

O terceiro argumento é de capciosidade extrema. Para êle, o conhecimento enciclopédico é uma ignorância enciclopédica, porque não é possível conhecer-se senão um mínimo de cada especialidade e tão pouco que seu valor seria diminuto e inexpressivo. O quantitativo domina ainda este argumento sofisticado. É fácil verificar a improcedência de suas premissas. Perguntamos, e que nos respondam de boa fé os que defendem essas idéias: que progresso nos ofereceu à solução dos magnos problemas do conhecimento, tanto especialismo? Por acaso não continuamos em pé as grandes interrogações e foram oferecidas melhores respostas que as propostas pelos grandes filósofos?

Não mergulhou o conhecimento moderno num mundo de trevas e de confusões, fazendo ressuscitar velhos erros já refutados com antecedência de séculos e milênios, e que gozam até do aplauso e do carinho de tantas cátedras?

Todos os outros argumentos fundam-se em razões do mesmo valor e talhe, e são estabelecidos pelo mesmo modelo. Para respondê-los, com uma série de argumentos finais, vamos apenas explicar o que seria o *generalismo* em nossa época, em contraposição ao especialismo, embora consideremos ambos, por serem extremados, duas maneiras defeituosas, porque nossa posição não nega validade ao especialismo nem os bons resultados que tem oferecido. Mas o que a nossa posição afirma é que o especialismo leva a uma visão unilateral e deformada da realidade, a um abstractismo perigoso e maléfico. O que é mister é uma síntese bem combinada de especialismo e generalismo, ou um especialismo-generalista.

Realmente, ante o vulto dos conhecimentos actuais, é mister um método de conexão, que realize a entrosagem do conhecimento especializado com uma visão geral coerente e positiva do conhecimento. Esse método realmente não o tínhamos antes, porque não era mister então, mas o é hoje.

Contudo, encontramos nos estudos ontológicos, as bases fundamentais que unificam os diversos conhecimentos es-

parcos. Nunca, como hoje, deveria preocupar tanto as mentes dos que desejam contribuir para o progresso do conhecimento humano o problema ontológico, em vez de satisfazerem-se numa total ignorância dos grandes trabalhos que nesse sector realizaram os grandes filósofos do passado.

A escolástica realizou, no campo da Filosofia, a análise mais ampla em intensidade e extensidade, chegando alguns escolásticos menores a excessos realmente indesculpáveis, e que serviram, posteriormente, de argumento contra o corpo geral da obra realizada pelos medievalistas. Há uma analogia e correspondência desse analitismo intensista e extensista, realizado nos séculos XII ao XVII, com os cinco séculos da história grega, que vão desde os fisiólogos a Pitágoras, Platão, Aristóteles até os sofistas, correspondendo a especialização destes com a que se verifica no período actual de domínio quantitativista no ocidente.

Contudo, a análise intensista realizada era acompanhada de uma intensista análise da Ontologia, porque era impossível deixar-se de fundá-la em campos determinados e vários, sem que houvesse uma preocupação mais profunda da positividade, do afirmativo, porque tudo isso, quanto há aí, não pode ser apenas uma ficção, um grande nada, porque nada é nada, e o que há deve ter um fundamento positivo. O exame das características do ser e dos modos de ser, o correlacionamento e a transcendência que realizavam a *conexio* dos elementos dispersos em unidades estruturais, e estas na grande unidade suprema, impediam que as análises dispersas se tornassem abissalmente separadas umas das outras e criassem diástemas irreductíveis entre os diversos sectores do conhecimento.

Para que se institua um generalismo capaz de dar o conteúdo transcendente ao conhecimento, é mister que tenha êle bases fundamentalmente ontológicas e razões baseadas em argumentos e demonstrações apodíticas, cuja validade não possa ser posta em dúvida por qualquer sofista de segunda classe.

Muitos que leiam estas palavras poderão sorrir e afirmar que tal é impossível. A actual situação da Filosofia, dizem, demonstra que nada obtemos neste sector. Inúmeros homens de grande valor negam qualquer validade aos proces-

sos filosóficos e, depois de Kant, dizem, é impossível ter qualquer ilusão nesse terreno. Respondemos-lhe apenas o seguinte: em primeiro lugar tais "autoridades" revelam apenas deficiência filosófica, porque o filosofismo não é Filosofia, mas vício filosófico. Só há Filosofia onde há demonstrações rigorosas; o resto é exposição filosofista ao sabor dos gostos estéticos e afectivos de cada um. Por outro lado Kant não destruiu coisa nenhuma. Tôda a sua argumentação é fundada em sofismas elementares, que qualquer estudo de Lógica, mesmo incipiente, é capaz de mostrar a invalidade, como o fazemos em "As Três Críticas de Kant".

É verdade que para alcançar-se o generalismo capaz de dar a base transmanente e fundamental ao espacialismo é mister um método. A Matemática e a Lógica têm sido as disciplinas auxiliares do conhecimento, e graças a elas somos capazes de alcançar generalidades que dispensam o exame do vário e do heterogêneo, o que nos permitem construir as *leis*, as constantes, os invariantes, as normas gerais, que formam a estrutura superior de um conhecimento. Pode alguém ter a maior soma de conhecimentos físicos, mas se desconhecer as leis da física, seu conhecimento será apenas um brigue-a-braque de notícias. Pois bem, tanto a Matemática como a Lógica são indispensáveis ao conhecimento hodierno. Mas, enquanto falamos em Lógica não falamos apenas nos conhecimentos elementares da Lógica Menor, mas nos mais elevados da Lógica Demonstrativa e da Dialéctica bem orientada. Graças a essas matérias, quando bem conhecidas, e não são muitos os que as conhecem e bem poucos os que as sabem aplicar, chegaremos, então, a possuir os métodos capazes de dar a visão geral, não de uma, mas de muitas especialidades e com mais sólidos fundamentos do que a mera acumulação de notícias e mais notícias e mais notícias, de himalaías de dados, de pesquisas, de fontes, de polémicas, de divergências.

Para finalizar, queremos apenas dizer o que se segue: a mania especialista passará como passaram muitas outras manias. Também há de se verificar que se cometeu aí um erro que se iguala a muitos erros cometidos no passado. Há ainda de chegar a hora de se compreender que o especialismo não é esse monstro voraz que ameaça tragar o conhe-

cimento num atomismo monstruoso, nem que o generalismo é uma impossibilidade. Então, há de raiar uma nova auro-ra ao conhecimento humano, e nos caberá ao mesmo tempo que deploremos os preconceitos do passado ter uma esperan-ça melhor para o futuro (1).

Mário Ferreira dos Santos

1) Realmente, um dos factos que mais causam estranheza é a fertilidade, a extrema productividade que algumas pessoas revelam através dos tempos. Diz-se mesmo que ninguém hoje é capaz de co-nhecer senão mediocrementemente uma especialidade, quanto mais poder penetrar em diversos sectores do conhecimento, como aliás acontece com a minha pessoa e aos muitos livros que escrevi, publiquei, e ain-da estão em vias de publicação sôbre os mais variados assuntos. Essa capacidade, que chamavam os gregos de *polimanteia*, é um ver-dadeiro escândalo para aquêles que nada mais conseguem senão co-nhecer mediocrementemente alguma especialidade e que não admitem que alguém possa realizar o de que não são capazes de fazer.

Dessa maneira, em tóda a história, vemos negar a capacidade polimanteica de Pitágoras, a ponto de alguns autores vociferarem com violência e negarem a sua capacidade, não trepidando até em cha-má-lo de charlatão. Vimos muitos espantarem-se ante a volumosa obra de Aristóteles, em grande parte perdida, a ponto de atribuírem a autoria a um verdadeiro colégio de escritores, de cujas obras Aristóteles haveria se apossado e emprestado indevidamente o seu nome, a ponto de se terem levantado inúmeras controvérsias quanto à autoria daquelas que chegaram até nós. Duvidou-se, também, da tremenda fertilidade de Epicuro, a quem se atribuíram trezentas obras, perdidas, da fertilidade de Aristarco de Samos, da fertilidade de Thot, transformado num mito, ao qual se atribuíram cêrca de 14.000 trabalhos, dos quais restaram apenas três dezenas escassas e, já em nossa época, pôs-se em dúvida a generosa fertilidade de Tomás de Aquino, de Scot, de Suarez, pairando dúvidas sôbre mui-tas de suas obras, como teimosamente se discutiu também a auto-ria de Shakespeare ante suas comédias, dramas, tragédias e poemas. Houve sempre quem duvidasse da productividade, precisamente os inférteis, os improductivos.

Julgam muitos que uma vida é sempre pouca para se conhecer uma especialidade. Mas esquecem que, nas especialidades, há a agre-gação de uma soma imensa de obras sem valor, de verdadeiras fatui-dades, de trabalhos que mais trouxeram confusões e despertaram uma problemática falsa e infundada. Pensam que para alguém co-nhecer matemática é mister que se debruce a vida inteira a ler e a estudar a obra de tantos e tantos matemáticos, como se não hou-vesse exemplos de jovens que alcançam um âmbito imenso em pouco tempo e com bases sólidas.

Esquecem que um homem sem nenhuma capacidade para pintar pode dispor de uma tela, de uma palhêta, de tintas e pincéis e passar a vida inteira sem conseguir pintar coisa que o valha, enquanto um verdadeiro artista, em poucas horas, é capaz de realizar um quadro notável. Esquecem que um homem pode dedicar-se a vida inteira ao estudo da música e jamais escrever uma obra de valor, enquanto um Mozart, na idade em que ainda se brinca, é capaz de escrever concertos, sinfonias, etc.

Esse esquecimento é grave, sobretudo para aquêles que se jul-gam tão inteligentes. Esquecem tais senhores que há os que nascem com certos dons e que não têm culpa disso, como Mozart não tem culpa de ter nascido com talento musical. Essas pessoas, raras sem dúvida, dispõem de meios, de métodos capazes de, com poucos ele-mentos construir o que outros, dispondo de tudo, não realizam na-da. Há cientistas que num simples galpão improvisam um labora-tório e são capazes de fabulosas descobertas, enquanto outros, em grandes institutos, dispondo de todos os meios ao seu alcance, jamais realizam nada, senão pesquisas e mais pesquisas, sem nenhuma con-clusão valiosa.

Posso dispensar outros comentários. Se sou capaz de penetrar em tantas disciplinas e sôbre elas escrever tantos livros, que me perdoem os que não são capazes de nem sequer na disciplina que dizem conhecer mediocrementemente sejam capazes de realizar nada. Não vejo nenhum crime nesse meu acto, nem me sinto culpado do que não dependeu totalmente de mim. É verdade que me esforço, dedico todo o meu tempo ao estudo, sou organizado em minhas horas de trabalho, dispenso divertimentos, e tenho uma atenção quase mórbida sôbre o que leio e estudo, mas jamais poderia julgar que isso seja um crime e que esse cuidado pudesse ser esgrimado contra mim como uma afronta.

O AUTOR

I N T R O D U Ç Ã O

Considerar uma ciência pelo seu aspecto generalista é tomá-la segundo o gênero que compõe a estrutura de sua definição. Ora, é através d'êste que ela se concreciona com outros, porque ela se ocupa do mesmo sob determinado aspecto específico, pois o que distingue uma ciência de outra é o seu objecto formal, que é o aspecto específico em que é êle tomado. Se a Geometria estuda os corpos sob o ângulo quantitativo tomado abstractamente, não é possível alcançar a Geometria em sua maior profundidade sem a Cosmologia, que tem em seu objecto todos os seres corpóreos. A Geometria é uma linguagem matemática dos seres corpóreos, e tomada isoladamente tornar-se-ia meramente abstracta. E tem ela uma aplicação concreta aos factos, precisamente devido à sua ligação generalista com a Cosmologia. Assim se dá com a Matemática, como também com a Lógica, que não é, como julgam muitos, uma disciplina meramente abstracta. Ela pode ser tratada abstractamente, sem dúvida, e o tem sido pelo filosofismo idealista e racionalista, não, porém, pelos escolásticos de primeira plana, que jamais esquecem a base empirista que serve de esteio à formação dos nossos esquemas eidético-noéticos, impedindo que caiamos em inanidades verbais, como êles não caíram e, no entanto, caem tantos que se julgam mais *objectivos* e *realistas*, como temos demonstrado, e que, por sua vez, accusam os primeiros de erros que, na verdade, são êstes últimos os que os cometem.

A visão generalista de uma disciplina é aquela que se fundamenta nas raízes ontológicas, enquanto o especialismo se fundamenta no contingentismo da mesma ciência, fundada mais na accidentalidade do que na essencialidade.

Não se conhece mais Economia por se conhecer maior número de factos, estatísticas, teorias, doutrinas, opiniões várias de autores de todos os quadrantes do pensamento. É

um grave erro, muito peculiar à nossa época, julgar-se que aquêles que pode discorrer mais sôbre tais minúcias, que se embrenha mais tempo pelos caminhos dispersos dos factos econômicos, possua uma visão mais profunda da Economia, e que, para conhecê-la, é mister embrenhar-se apenas por tais sectores. O que dá a garantia de uma visão clara de qualquer disciplina é a capacidade de colocá-la em seu verdadeiro lugar ontológico, conhecer suas raízes e as conexões que a concrecionam com outras disciplinas. Na verdade, não há ninguém capaz de conhecer tôdas as minúcias de uma disciplina, todos os factos que constituem o acervo dos elementos materiais, tôdas as hipóteses, doutrinas e opiniões que o pensamento humano é capaz de criar em tôrno de uma matéria, quanto mais de um volume extensivo de doutrinas. Sem dúvida é assim. Mas também é verdade que não é possível ter um conhecimento seguro de nenhuma delas sem uma base generalista ontologicamente bem fundada. A primeira maneira de conhecer é a abstractista, unilateral e deformadora da realidade, porque o especialista de tal cunho não é capaz de ter uma visão clara nem da matéria sôbre a qual se especializou. Sem a segunda posição, não há saber seguro, porque sem a capacidade de entrosagem concreta todo conhecimento é um fragmento de saber sólto, separado por um diástema intransponível.

Se a mente humana é incapaz do primeiro conhecimento extensivo e quantitativo, não o é do segundo, que é mais profundamente seguro, além de ser o que dá a melhor base a todo saber.

Podem realizar-se as experiências que se quiser, mas nenhuma até hoje, nem ontem, nem amanhã destruirá uma única das leis ontológicas a que alcançou a filosofia concreta. Quando se examinam as leis científicas, propostas através dos tempos, verifica-se desde logo que tôdas aquelas que ofenderam um princípio ontológico não resistiram ao tempo, e caíram fragorosamente. A ciência tem sido um campo de batalha de doutrinas, no qual jazem mortas inúmeras teorias e hipóteses. Não tinham elas fundamentos ontológicos, como o demonstramos em nosso "Teoria Geral das Tensões", onde examinamos as leis ontológicas, rigorosamente decorrentes de princípios insofismáveis. Por essa postulação cuidadosa de tais leis, é fácil comparar tôdas as proposições que os cientistas ofereceram através dos tempos. Tôdas as

proposições que ofenderam um princípio ontológico não se sustentaram nem se sustentarão.

Inegavelmente, o filosofismo fêz tanto mal ao filosofar, que criou entre os cientistas a desconfiança na inutilidade da Filosofia. E não faltam professores de filosofia que promovem essa desconfiança e proclamam até a inanidade do filosofar, e apresentam os que filosofaram com rigor, como se fôsem outros tantos fantasmas do filosofismo. Tudo isso contribuiu tremendamente para criar o estado actual em certos sectores de desconfiança contra a Filosofia, o que só tem servido para alguns energúmenos atacá-la com uma teimosia, uma audácia e uma auto-suficiência simplesmente ridícula e assanhadas. O resultado foi o aumento dos conhecimentos específicos (o que realmente deveria ser um bem para o saber humano), mas infelizmente desacompanhados do necessário generalismo, que conexiona e concreciona as fontes de todo o saber. Dêsse modo se impediria que o especialismo promovesse tantos estragos e permitiria que os especialistas se tornassem criadores no campo a qual se dedicam, dissipando-se assim a confusão de idéias em que vivemos nesta nova Torre de Babel.

* * *

Como a finalidade primacial desta colecção é dar ao leitor a maior soma possível de conhecimentos, que o tornem capaz de julgar com proficiência os magnos problemas da actualidade, e encontrar caminho novo a ser trilhado, novas possibilidades a serem despertadas e realizadas, oferecemos nos livros desta colecção, sob os aspectos gerais, os elementos necessários para que tal estudo possa ser realizado.

Examinaremos a Economia sob o ângulo generalista e não sob os ângulos especialistas, os quais poderão ser trilhados, posteriormente, pelos que tenham já construído as bases fundamentais.

O terrível preconceito de nossa época, que supervalorizou o especialismo, colocou o estudioso dentro do campo do contingentismo puro, provocando uma visão unilateral e primária do restante do saber, sem situar precisamente a própria matéria sôbre a qual dedica o seu melhor esforço. Nenhum especialista se tornará criador nem constructivo, se se

apegar apenas à estreiteza da especialidade. Ademais é impossível uma visão clara de qualquer saber em que faltem as luzes da sã filosofia e não do filosofismo vário e dispersivo dos enunciados meramente opinativos. Quando falamos em Filosofia positiva, falamos da que se funda em argumentos rigorosos e em demonstrações de máxima apoditicidade, como é a que segue a linha iniciada por Pitágoras, através de Sócrates, Platão, Aristóteles e os grandes escolásticos, como Tomás de Aquino, São Boaventura, Duns Scot e Suarez. Não se trata, portanto, de seguir esta ou aquela maneira de filosofar, mas de seguir o que chamamos de *filosofia concreta*, que é a que não separa, senão para a análise, mas que imediatamente realiza a concreção que unifica, e fundamenta seus postulados em demonstrações rigorosas. Não é possível estabelecer um estudo acurado dos factos sociais de nossa época sem uma visão de tôdas as matérias que são compendiadas nesta colecção. E quanto ao campo da Economia, dispensamos as providências especialistas, pois estas, pelo excessivo grau de contingentismo, não oferecem nada de suficiente e de duradouro se não se fundamentar numa visão generalista concreta, devidamente positiva (1).

1 A *filosofia concreta* é uma decorrência inevitável da *filosofia prática*, que mais dia ou menos dia teria de surgir. O hiato que se fez entre o que os gregos haviam realizado e os medievalistas, impediu que os filósofos modernos prosseguissem a análise destes últimos e alcançassem assim a concreção que era possível. O preconceito de que a escolástica era uma filosofia da Igreja e não na Igreja, levou aos adversários do cristianismo a fazerem silêncio em torno das realizações escolásticas, e ainda mais, a falsificá-las e a caluniá-las. O resultado foi toda essa floração de erros e de inconseqüências do filosofar moderno, com a inevitável decorrência de prejuízos para a humanidade.

É mister compreender que a Filosofia pertence ao patrimônio universal, venham suas contribuições da Índia, da China, de onde venham, e também, e sobretudo, do ocidente, onde teve sua genuína floração. Não é possível porem-se de lado as obras dos grandes medievalistas, sob a alegação de que pertencem eles a uma confissão religiosa, distinta da que alguém segue. Não é possível deixemos de lado o estudo dos grandes filósofos do budismo, simplesmente por que não somos budistas. Por amor à filosofia, por amor ao saber, devemos, humilde e honestamente, debruçar-nos sobre as obras de todos, e evitar nos transformemos em outros tantos porta-vozes de infâmias, e a atribuir falsidades a autores que não lemos.

Era nosso intuito, à proporção que examinamos os principais conceitos e categorias da Economia, tecer a análise dialéctico-concreta que merecem, permitindo, assim, a crítica que se torna necessária. Mas essa crítica não poderá ser feita se não abrangemos os conhecimentos que se impõem para que seja realizada com o rigor que exige a nossa dialéctica.

O facto econômico não se dá isoladamente, mas sim concrecionado com factos sociológicos, psicológicos, históricos, políticos, jurídicos, etc., o que obriga, portanto, examinar todos os outros elementos que nos fornecem essas ciências para que o axioma possa dar-se com o rigor desejado.

Será, assim, nos volumes finais desta obra, que faremos a crítica das principais doutrinas, conceitos e categorias da Economia, permitindo que se dê a essa disciplina o seu verdadeiro valor, significado e importância, pois, do contrário, cairemos nos defeitos próprios do especialismo, sem capacidade de concrecionar a especialidade à generalidade, que é a fonte e o verdadeiro ambiente circunstancial em que os factos econômicos se processam.

O ACTO ECONÔMICO — FACTO ECONÔMICO

Ante o mundo e a vida, o homem é corpo e é espírito; vive, ama, cria, escolhe, aceita, repele, deseja, anseia, angustia-se. Passivo e activo, sofre e actua, experimenta e intenta fazer. Luta, antagoniza-se com seus semelhantes, e ama também. Por entre os seus actos, e no conjunto de sua vida, é êle um ser, um corpo; tem uma anatomia, uma constituição, é carne e é espírito, nasce, alimenta-se, cresce, envelhece e morre. No que êle é, tanto êle como o seu mundo, no que êle faz, há actos biológicos, físicos, psicológicos, sociológicos e também *econômicos*.

Como a sua vida é um todo, êsses actos se processam contemporâneamente. Mas, o próprio homem, para conhecê-los, para sôbre êles meditar, para sôbre êles *reflectir*, para compreendê-los, dominá-los, precisa separá-los, tomá-los *como se fôsem* isolados, observá-los sob aspectos particulares e precisos, e, por isso, construiu a diversidade do seu saber, do seu conhecimento, que tem por objecto tôdas essas particularidades englobadas sob o nome de *Ciência*, quando permanecem *dentro* (imanente) dêsses factos, e de *Filosofia*, quando os ultrapassa e busca as razões mais altas, que estão além dêles, que os transcendem.

Mostra-nos o fenómeno *vital*, que os sêres vivos, contínuam e reiteradamente, necessitam retirar do meio ambiente os elementos de que carecem para a conservação da vida. Retiram as energias em maior ou menor soma para incorporá-las ao seu corpo, transformando-as, através de complicadas operações, que constituem o metabolismo da vida, devolvendo ao ambiente as matérias não incorporadas. Chamam-se *integrações biológicas* as incorporações; e *desintegrações biológicas*, as devoluções. Dá-se o nome de *anabolismo* ao primeiro processo, e de *catabolismo* ao segundo, que, sinteticamente, formam o *metabolismo* da vida.

Para a realização desse processo da captação, há certo *esfôrço* da parte do ser vivo, que tem de vencer as resistências exteriores. Mas o ser vivo não permanece sempre vivo: depauperava e morre. Em compensação, reproduz-se ao atingir certo estado de sua vida. Observa-se, no entanto, que os seres vivos procuram *permanecer* vivos; isto é, tudo fazem para conservar a vida. Desta forma, estabelecem os biólogos duas constantes:

- 1) Constante biológica da conservação do indivíduo.
- 2) Constante biológica da conservação da espécie.

Podemos dividir a vida humana em duas fases:

- a) a vida *intra-uterina*, quando ainda permanece no útero materno, e
- b) a vida *extra-uterina*, iniciada logo após o nascimento.

Salvo os casos anormais, o indivíduo, na primeira fase, está em equilíbrio orgânico, enquanto na segunda, a mudança de ambiente, as mudanças climáticas e as do metabolismo são diversas e o equilíbrio passa a ser instável. A alimentação, que na primeira não lhe dava trabalho, passa a ser *custosa*, *onerosa*, e ele deseja restabelecer o equilíbrio, o *bem-estar* de que tem uma reminiscência não consciente.

Precisa o homem, para viver, extrair do meio ambiente os alimentos de que carece. Mas, nem tudo quanto contém o meio ambiente é susceptível de ser assimilado ao seu corpo, nem tudo é *alimento*. Ele precisa *escolher* entre o que é e o que é, embora possa *errar* nessa escolha. Desta forma, o meio ambiente lhe dá uma quantidade limitada de alimentos para o seu *consumo*. Esse acto, pelo qual o *homem efectua uma escolha num conjunto limitado de bens para consumi-los, dêles tirando o maior partido possível, é o que se chama acto económico*. É fácil desde logo compreender que os actos económicos *acompanham* todo o desenrolar da vida humana, coordenando-se com ela.

Uma variedade de processos, variedade extrema, complexa, é empregada para tal fim. É, portanto, fácil também compreender que a *Economia* está assim coordenada à vida humana e, portanto, também à história dessa vida. E como os meios empregados são diversos, está ela também ligada à *técnica* (aos instrumentos e sua utilização) por ele usada.

Assim, a vida económica é um conjunto de actos *custosos*, *onerosos*, que são empregados sobre o meio exterior pelo homem, para manter a sua subsistência. Que é a vida humana senão uma adaptação do homem à natureza, adaptação ora passiva, ora activa? Que é senão a transformação da natureza e das forças naturais em seu proveito?

A característica fundamental e simples do acto económico é o *esfôrço* despendido pelo homem para a obtenção dos meios exteriores que possam permitir a manutenção da sua subsistência. Nesse aspecto particular funda-se a economia. Essa onerosidade é *invariante*, enquanto as formas em que ela se apresenta na história, isto é, o seu conteúdo, são *variantes*.

Para executar essa apreensão dos meios que lhe fornece o ambiente, esse *esfôrço* pesa, é penoso, portanto *custoso*, oneroso, porque lhe exige *esfôrço*. Até aqui permanecemos dentro de actos económicos de uma economia individual, de uma economia que se processa entre um indivíduo e o meio ambiente. Mas, sucede que o homem não é um animal isolado. Ele vive *em* sociedade. E essa sociedade, à proporção que se complexiona, condiciona também uma complexidade nesse *esfôrço*, que tem seus graus de intensidade, como também *trocas* de bens entre os homens, como veremos mais adiante.

Nota-se, assim, que os aspectos económicos não são os únicos, mas alguns dos numerosos que compõem a vida humana, a actividade do homem vivo na sociedade. Mas esses aspectos, crescem de importância, impõem-se de tal maneira que são naturalmente *notados*, *salientados*, embora nunca se dêem *isolados*, *autônomos* dos outros. Não são absolutamente autônomos; não há, desse modo, uma *actividade económica rigorosamente pura*. São eles *separados* pela mente humana, separados pela análise de nosso espírito, que, assim procede porque é o meio *indispensável* para estudá-los racionalmente.

No acto económico, há ora uma *troca* entre o homem e o meio ambiente, ora entre diversos seres humanos, mas essa troca não é a mesma que se dá, por exemplo, entre dois vasos comunicantes, ou "entre duas matérias que reagem quimicamente uma sobre a outra". Esse *esfôrço* empregado é coordenado com actos psicológicos, pessoais ou adquiridos. Nêle penetram disposições psicológicas individuais ou colec-

tivas, e também o passado condensado na educação, na repetição, na instrução, etc. O *trabalho*, assim, não é apenas um acto físico, mas psicológico e *cultural*.

Os economistas liberais e também os marxistas tratam o acto econômico como algo abstracto, como autónomo. Confundem as análises abstractas que dêles se fizeram (quando foram tomados isoladamente, pela mente humana), como se essa abstracção se desse na realidade. Transformam essa *autonomia puramente especulativa* em uma *autonomia real*. Os marxistas, através dêsse abstraccionismo, acabam por distinguir uma *super-estructura* e uma infra-estructura, esta formada pelo conjunto dos factos e relações económicas, cujos aspectos e heterogeneidade estudaremos adiante, enquanto a *super-estructura* inclui tôdas as outras actividades já do espírito; culturais), tais como o Direito, a Política, as crenças, a actividade religiosa. Estes *procedem* daqueles, são *determinados* por aquêles.

Há, contudo, algum *rigor* na opinião dos marxistas, como veremos. A colocação abstracta do facto econômico levou-os a uma unilateralidade prejudicial à compreensão da Economia, como a posição diametralmente contrária dos *liberais* não impediu que também êstes aceitassem a autonomia do facto econômico. A actividade econômica é um aspecto das actividades humanas (do homem enquanto indivíduo, e não pessoa), mas coordenada a estas, formando com estas um todo, que nós *separamos*, para, sobre elas, especular, estudar, analisar.

Dissemos enquanto *indivíduo* e não pessoa, e esclarecemos: como *indivíduo*, o homem é um organismo, um conjunto de células, de uma vida psicológica. Como *pessoa*, é uma síntese da *consciência psicológica*, com seus *valores culturais*, de aspecto espiritual, etc. (Empregamos o termo espírito em seu sentido genuinamente cultural, e não no sentido espiritualista). Os actos, que pratica como pessoa, ultrapassam o campo do econômico, são gratuitos. Quando dá, não pretende receber em troca um *equivalente*. Não se dirige a uma utilidade, porque *não perde o que dá*. A pessoa, como pessoa, enriquece-se quando dá, enquanto no terreno econômico, o que se dá, *sai*, é *tirado* do patrimônio. Tais aspectos, que são importantes, serão melhor compreendidos com a leitura dos artigos seguintes. Antes, estudaremos o importante tema que é o *conhecimento econômico*.

O CONHECIMENTO ECONÔMICO

É natural que, ao iniciar-se o estudo de um tema, dêle se tenha, desde logo, um conceito formado. É mesmo comum iniciar-se pela definição. Para estabelecer-se uma definição, impõe-se que obedeçamos a Lógica. Vimos que nem tôdas as actividades humanas são actividades econômicas. Estas costumam ser definidas de acôrdo com o fim a que se destinam.

A *Economia política*, ou a *Ciência econômica*, tem por objecto essencial o estudo dessa específica manifestação da actividade humana: a econômica. Conservar a vida é um fim comum de todos os seres vivos. E êstes agem de um modo ou de outro na obtenção do que lhes parece necessário ou desejável para a vida. Contudo, nessa actividade, que os seres vivos empreendem, há outras características.

Se nos animais é ela dirigida pelos instintos, entre os homens é ela, em parte, *racional*. É quando essa racionalização se transforma num conhecimento ordenado, explicador de muitos factos, torna-se ela não uma prática, mas uma teoria, um saber culto. Então temos, em resumo:

- 1) O facto econômico é uma actividade.
- 2) Essa actividade é *específica* isto é, tem caracteres essenciais que a distinguem das outras actividades.
- 3) É uma actividade humana (inclui o *acto humano*, que estudaremos em "Filosofia e História da Cultura").
- 4) Tende a um fim, que é a conservação da vida ou o seu bem-estar.
- 5) Como actividade encerra um *esfôrço* e, como esfôrço, tem um *custo* de energia para quem o emprega.

- 6) Tende o ser humano a diminuir seu esforço na actividade econômica.
- 7) Tende também a obter o maior proveito dessa actividade.

Não podemos por ora dar uma definição da Economia, mas apenas um rápido enunciado. E a razão é a seguinte: a definição de uma disciplina exige o clareamento dos principais conceitos que a integram, e como temos diversas teses a defender, no tocante a esta matéria, preferimos deixar a definição para ser dada em "Filosofia e História da Cultura", onde, ao examinar, dentro do âmbito filosófico, o "acto econômico", poderemos precisar com mais segurança o conteúdo, que mostraremos ser o mais válido, do conceito de Economia, após as demonstrações que faremos. Por ora, porém, pode-se dizer que "a economia é a disciplina ética, que estuda a teoria e a prática do acto pacífico, consistente na consecução de bens para satisfação das necessidades humanas, no intuito de obter o maior proveito com o menor dispêndio possível de energias."

Desde logo ressaltam no enunciado algumas idéias, que provocarão a oposição de muitos, tais como a afirmação de que é uma *disciplina ética* e que o acto econômico é fundamentalmente *pacífico*. Mas, desde que consideremos o que foi examinado em "Sociologia Fundamental e Ética Fundamental", é inegável que a Economia gira no âmbito da Ética, indevidamente muitas vezes confundida com a Moral. Que o acto econômico é pacífico, demonstraremos naquela obra antes citada, porque excluimos o carácter de econômico à pilhagem, ao furto, ao roubo, e a todo acto de apropriação violenta dos bens, quando essa violência é feita sobre pessoas ou sobre seus direitos. Inclusive a afirmação de uma "economia escravagista" é tema de análise oportuna, bem como a da expropriação realizada sobre povos mais fracos, dominados pela força, cuja expropriação incluímo-la na *pilhagem*, como mostraremos, que é um dos factos mais importantes da História e em cuja actividade há a presença de certos factores psicológicos, que merecem exame especial.

Dêste modo, o enunciado que oferecemos é apenas provisório, já que sua justificação virá oportunamente.

As diversas denominações, tais como ECONOMIA PURA, ECONOMIA SOCIAL e ECONOMIA POLÍTICA, estão

genêricamente incluídas nesse enunciado. Necessário se torna esclarecer o sentido da expressão tradicional "Economia Política". A expressão é formada de duas palavras gregas *oikós*, que significa casa, e *polis*, cidade. De *oikós* deu economia, com a conjugação do termo *nomos* que, em grego, quer dizer regra, lei, norma. A Economia política dá a entender, assim, o alargamento da idéia econômica para as actividades combinadas dos indivíduos numa comunidade, e desta com outras. Não se deve confundir a *Economia política* com a série de doutrinas relativas ao governo, ao Estado moderno, nem com o sentido hodierno de *política*.

Numa época de especialismo como a nossa, cuja acentuação decorre da própria divisão do trabalho e das ocupações específicas, que a Técnica criou, impulsionada, ademais, pela acção realmente proveitosa que fêz a escolástica, criando, na Filosofia, um fabuloso movimento analista, não é de admirar que muitos julguem que basta alguém dedicar-se ao estudo da Economia, deixando de lado o necessário cuidado que se deve ter com a Ética, a Sociologia, a História, o Direito e, conseqüentemente, ao abranger tôdas, dedicar-se ao estudo da Filosofia. Ora, quando falamos em Filosofia não queremos nos referir ao *filosofismo*, ao especular apenas com idéias e delas extrair novos juízos opinativos. Quando falamos em Filosofia, falamos daquela que se funda em demonstrações rigorosas. Na Ciência Natural, a única e verdadeira autoridade é a experiência, a comprovação, a prova em suma; na Filosofia, também: é a demonstração, aqui, a única autoridade, a demonstração mais rigorosa. Portanto, quando falamos em Filosofia, falamos da que se baseia em demonstrações rigorosas e não da exposição filosófica que pertence mais à Estética, ao campo das opiniões, dos pontos de vista, das hipóteses e teorias bem arquitetadas, porém não fundamentalmente demonstradas. Em Filosofia não se deve adotar um postulado, dar-se um enunciado, que não tenha a fundamentá-lo razões ontológicas rigorosas, suficientes pelo menos a dar-lhe uma dose de validade.

Sem essa Filosofia, todo especialista cai numa visão deformada, limitada e falsa da realidade, pelo excesso de abstractismo primário, que fatalmente o dominará. Para que alguém, em qualquer sector do conhecimento, possa ter uma visão segura, capaz de servir de guia para melhores

análises, é mister que esteja provido de um senso crítico bem fundado, que só o *filosofar concreto*, que preconizamos, é capaz de lhe dar. Para que tenha alguém uma visão clara dos factos económicos impõe-se a dos históricos e sociológicos, e não é possível tratar de um problema de tanta magnitude como a "questão social", sem que se disponha de todas essas bases que acima citamos, sob pena de realizar maior dissolução e confusão em vez de clareza e profundidade.

DO CONHECIMENTO ECONÓMICO

O conhecimento dos factos económicos está condicionado pelas concepções fundamentais que se podem formar da actividade económica. São três as principais. Resumamo-las.

1) *Concepções mecanicistas*

Os que seguem tais concepções vêem a actividade económica como um "ajustamento de quantidades de bens e de serviços sob uma forma, que é o *preço*". Os termos usados são emprestados da Mecânica: equilíbrio estável ou instável, resistência, nível, etc.

Prestam êles atenção apenas aos aspectos quantitativos dos factos económicos, *virtualizando* os aspectos intensivos.

Separam a Sociologia da actividade económica. Julgam que só será ciência a Economia Política se se ativerem apenas aos aspectos objectivos exteriores ao homem, às quantidades, aos preços, etc. Têm, assim, uma visão parcial, abstracta, meramente *extensista* da actividade económica. Nomes representativos: Léon Walras (1834-1910), Wilfredo Pareto, etc.

2) *Concepções orgânicas*

Para êstes, a actividade económica é apenas um conjunto de operações que se realizam, visando satisfazer às necessidades do organismo social. Seus termos são emprestados da Biologia, como funções, órgãos, aspectos fisiológicos e patológicos da função tal ou qual. Nomes representativos: Robertus, Schaeffle, Worms, Marshall, etc.

3) *Concepções humanas*

Têm êsses uma concepção humana, sem deformá-la com o simplismo do mecanicismo nem do organicismo. Nesta corrente, tanto os factôres quantitativos como os qualitativos são considerados. Para ela, não é a actividade econômica separável dos quadros políticos, jurídicos, sociais, variáveis, nem da Técnica, nem da História em geral.

Duas posições podem ser tomadas em face da Economia:

a) Pode-se tomá-la como uma ciência, como um conhecimento universalmente válido para tôdas as épocas, para todos os lugares ou, ao contrário, é ela apenas uma série de conhecimentos de ordem histórica, de carácter específico, válida para certos meios e limitada ao tempo?

b) Há, na Economia, apenas uma base de conhecimento indiferente no sentido científico, ou nela se incluem também *juízos de valor* e, conseqüentemente, lhe é possível estabelecer uma regra de acção?

Um parêntese torna-se necessário antes de responder a essas duas perguntas. Que é um *juízo de valor*?

Antes vejamos que é *valor*.

Em todos os actos, ante todos os factos, o homem define, qualifica, estima, aceita ou repudia. Se vemos um livro, podemos dizer que êle é retangular, que é pesado, que é vermelho ou azul. Mas podemos, também, dar-lhe certos epítetos que o engrandecem, quando o chamamos de útil, benéfico, belo, ou que o diminuem, quando o chamamos de prejudicial, feio, etc. Podemos dizer que o livro está em cima da mesa, está ao lado direito do tinteiro. Em tudo quanto temos dito, afirmamos factos ou relações que verificamos estarem ou se darem nas coisas de que falamos.

O retangular podemos ver na forma estereográfica do livro; também que é pesado, avaliamos quando o seguramos; que é vermelho, indica-nos a visão; que está em cima da mesa e ao lado direito do tinteiro, também podemos intuir tudo isso. Mas, quando dizemos que êle é útil, benéfico, belo ou prejudicial ou feio, não estamos nos referindo a aspectos que podemos intuir pela intuição sensível. Ao

chamarmos o livro de belo ou de feio, nada tiramos, nem nada pomos no livro. No entanto, se o chamamos de vermelho é que nêle se apresenta essa côr. Ao chamarmos o livro de belo ou feio, não acrescentamos nem tiramos nenhum dos atributos que êle tem.

Realizamos uma *valoração*.

A história humana é uma valoração da actividade do homem. Ela relata a criação, a descoberta de valorações, como também a transmutação, a opposição e a concordância das valorações.

Tôda reacção humana apreciativa ante um facto ou um acontecimento é uma valoração. A valoração é uma apreciação de valôres.

É a *Axiologia* a disciplina que estuda os valôres, sua gênese, transformações, mutações, etc.

Os valôres são objectos específicos e o seu estudo pertence à Ontologia. Mas podemos caracterizar alguns aspectos suficientes para dêles nos dar uma visão. Os valôres não se ligam ao ser dos objectos, mas ao seu *valer*, à sua dignidade. Ao afirmarmos que um vale ou não vale, não acrescentamos nem tiramos nenhum dos seus atributos.

São os valôres algo em si mesmos ou valem para nós, ou estão nas coisas?

A ciência dos valôres é uma disciplina nova, que, sobretudo, depois de Nietzsche, começou a tomar corpo na Filosofia e a ter um campo próprio de acção.

Três são as doutrinas principais que estudam os valôres:

1) *A platônica*: para esta os valôres são independentes das coisas. São algo em que as coisas valiosas estão fundadas. Desta forma, um bem só seria um bem pelo facto de participar de um valor, situado numa esfera metafísica e ainda mitológica. Os valôres seriam assim absolutas existências, independentes das coisas.

2) *A nominalista*: por essa doutrina, os valôres seriam relativos ao homem ou a qualquer portador de valôres. Os valôres seriam assim subjectivos, porque seria o

sujeito o criador dos valôres, e êstes consistiriam apenas no ser uma coisa considerada valiosa, que uma coisa produz agrado, etc.

3) *A doutrina de Scheller é a teoria da apreciação.* Nega a independência dos fenômenos estimativos éticos. Aceita a subjectividade, mas limita-a pela apreciação do valor que está na própria apreciação ou se revela mediante a apreciação, quando não é produzido por ela. Há, assim, para Scheller, uma *base material do valor*.

Há uma distinção na lógica moderna quanto aos juízos:

- a) juízos de existência;
- b) juízos de valor.

Nos primeiros se diz de uma coisa o que a coisa é. Enunciam-se propriedades, atributos, predicados dessa coisa que pertencem ao seu próprio ser. Os juízos de valor enunciam algo que não se junta nem se tira à existência nem à essência da coisa.

Assim, quando dizemos que é justa ou injusta tal forma de produção, ou quando dizemos que tal producto *deve* destinar-se ou não a tal elemento da produção, etc., enunciamos *juízos de valor*.

* * *

Todo valor tem um contra-valor. Bom e mau — corajoso e covarde — forte e débil — belo e feio. É o que se chama de *polaridade dos valôres*.

Quanto à Economia, os valôres são *úteis* e podem ser considerados como *adequados* ou *inadequados* — *convenientes* ou *inconvenientes*, etc.

* * *

Tiveram as perguntas que acima fizemos diversas respostas no decorrer do desenvolvimento do pensamento econômico.

Mas, aproveitando o que já expusemos, podemos aceitar um *invariante* na Economia, que se dirigiria a uma rea-

lidade econômica mais profunda, mais essencial, comum a todos os sistemas econômicos, independentemente dos accidentes da História, o que muitos chamam de *economia pura*, e outra parte, *variante*, que se atenha às diversidades, às heterogeneidades, ao diferente, que se dá em cada facto e num conjunto de factos, sem esquecer o que há de permanente e de contínuo.

A escola austriaca, a *escola de Viena*, com Karl Menger, Bohm-Bawerk, e outros, defendia a economia *invariante*, enquanto a *escola alemã*, com Bucher, Werner Sombart, Schmöller, procuravam as *diferenciações*, o estudo dos sistemas econômicos distintos.

A conjugação das duas orientações dá um sentido mais concreto, procurando através das diversidades e heterogeneidade dos factos econômicos, proposições que enunciem uniformidades de alcance geral.

Isto é, *concrecionar* o parecido com o diferente, o invariante com o variante, o que se repete, por entre o que é novo.

Desta forma, a análise dos factos diversos é um *meio*, mas o *fim* deve ser a construção da ciência econômica. Confundir um com o outro foi o erro da escola alemã, enquanto ao da austriaca foi desprezar os *meios* pelo *fim*.

Assim, no estudo das escolas, pode caracterizar-se a seguinte distinção:

Economia pura e Economia aplicada.

A Economia pura pode ser considerada de dois modos:

- a) como a parte da ciência econômica que actualiza o estudo do *invariante*, inibindo as particularidades do meio em que se desenvolve a actividade econômica;
- b) como estudo das relações que se estabeleceriam numa sociedade hipotética, segundo um certo ideal.

Os economistas, que estudam a Economia pura, estudam o facto econômico simplificado pela *abstracção*, quer se apresente como um resíduo pela abstracção ou como construção ideal.

A *Economia aplicada* estabelece "as regras de utilidade, segundo as quais se deve efectuar a produção da riqueza social."

Mas a Economia aplicada deve ser *uma ciência e não uma arte*, razão pela qual ela deve procurar *aplicar-se* aos factos, reconhecendo a sua *heterogeneidade*, como *variantes* que são, e procurar os princípios *invariantes*, que possam ser captados e estudados pela Economia pura. Só aí a Economia será *concreta*, como a preconizamos.

Todos êsses elementos nos preparam para compreender o *conhecimento do facto económico*.

A acção do Estado, como vemos hoje na Rússia, e como vimos na Alemanha hitlerista e na Itália, mostra-nos a sua interferência no conhecimento do facto económico e também em neste penetram os *juízos de valor*, o que teremos oportunidade de examinar quando chegarmos à análise económica dêsses sistemas.

Veremos quanto a vontade e as idéias humanas penetram na Economia. Mostram, entretanto, os factos, que a escolha de um fim, na Economia, ultrapassa as nossas possibilidades, desde que a consideremos sob certo aspecto e como também se verifica que é possível certa acção em determinados momentos e quais os meios apropriados para pô-la em execução.

Mas tal verificação, dizem muitos, não é suficiente para afirmar-se um carácter finalista na Economia. São precisamente os *juízos de valor* que querem forçar a marcha normal dos acontecimentos para que êles se coadunem com os fins previamente aceitos. Naturalmente, aquêles que estabelecem, por uma apreciação, em que penetram elementos abstraccionistas, uma finalidade para o acontecer económico, reagem enérgicamente quando os factos mostram um desvio dêsse fim.

É em casos como êste que a acção política tenta dirigir a Economia, como na Rússia, após esta última guerra, combatendo as experiências espontâneas do povo russo, nas zonas que mais sofreram com a campanha guerreira. Ali houve comunidades que se orientaram para a realização de novas formas colectivistas mais avançadas que as existen-

tes naquele país, mas foram enérgicamente reprimidas pela acção policial do Estado.

A Economia, para permanecer como uma ciência, deve verificar os factos, dêles extrair as normas gerais *invariantes* (ou *constantes*), registrá-las, explicá-las, e aproveitá-las na acção prática.

Quando a Economia serve à política, ela é desviada do seu verdadeiro campo de acção.

Com um alcance prático, a Economia torna-se uma arte, desde que consista num conjunto de juízos de valor qualificadores dos factos ou dos actos, e quando êsses tendem a um fim previamente estabelecido ela torna-se uma *doutrina*.

Quando, porém, ela se atém aos *juízos de existência*, exprimindo relações verificáveis, como as chamadas leis, ou apenas supostas, como as hipóteses, entre os factos económicos, ela se torna uma *teoria*.

Não deve a Economia abdicar das suas funções próprias, e o Estado, quando dela usa, deve reconhecer os limites que ela tem.

Quando procura transformá-la num *meio* para garantir o *seu domínio*, êle desvirtua a sua finalidade e a deturpa.

* * *

O conhecimento do facto económico nos é dado por uma série de elementos que vamos sintetizar:

1.º) os organismos estatais e extra-estatais, tais como os ministérios, com as documentações económicas que fornecem, os bancos de emissão e os grandes bancos, os institutos, que estudam a conjuntura, a Organização das Nações Unidas, o Bureau Internacional do Trabalho, as revistas económicas, os institutos internacionais e nacionais, etc.

2.º) Com o que já foi exposto, verificamos que a Economia se processa no terreno onde predomina a *ordem dinâmica da intensidade*, e que, portanto, são mais difíceis as experiências no sentido que conhecemos na Física, por exemplo. Tal não impede que empresários realizem em seus estabelecimentos inovações técnicas, que fornecem dados pre-

ciosos aos economistas, bem como também algumas experiências feitas nas organizações do Estado. Certas colônias socialistas, como as que se verificam na Palestina, e as colectividades fundadas na América, oferecem dados importantíssimos.

Os seguros sociais, as leis trabalhistas e sua aplicação, também são valiosas pelas informações que ministram.

Como a Economia é essencialmente social, deve tomar-se em consideração as reacções individuais e psíquicas que se observam.

A *estatística* fornece dados de grande valor, embora tenha os seus limites. Os recenseamentos, quando feitos criteriosamente, fornecem elementos importantes, que vão servir ao economista para seus estudos. Os tratados comerciais, os movimentos dos preços, seus índices estabelecidos, são também elementos importantíssimos.

As monografias dos diversos autores, os estudos sobre factos particularizados e localizados, os inquéritos, as informações das associações profissionais, todos estes elementos são importantes para o conhecimento dos factos económicos.

OS MÉTODOS NO ESTUDO DA ECONOMIA

Como expusemos, não se deve separar o facto económico do facto social em geral, a não ser mentalmente para estudá-lo. Assim, os factos económicos pertencem ao âmbito dos ético-históricos, pois a actividade económica é uma *actividade humana*.

A ciência económica estuda esta actividade quando aplicada à consecução de bens para satisfação das necessidades humanas. Considerando deste modo o estudo da História (que também é uma disciplina ética), não como um simples relato de factos cronológicos, mas como a *biografia da sociedade humana*, deve aquela acompanhar o estudo específico da actividade económica.

O estudo das instituições históricas é imprescindível. As grandes crises económicas, o desenvolvimento dos agrupamentos humanos devem estar patentes aos olhos do economista.

Também lhe é imprescindível certo conhecimento de Sociologia.

A vida económica compõe-se de actos que se repetem quotidianamente, e entre êsses há laços que os ligam, e que não aparecem sempre à primeira vista e, para conhecê-los, não basta apenas a *busca histórica*.

Análises demoradas, uma ampla especulação sobre os factos, a *comparação* de uns com outros permitem que o economista consiga realizar análises e sínteses mais completas.

Assim o economista, no terreno do facto económico, tem que proceder também como historiador e sociólogo (e sobretudo, como ético).

Apresentam ainda os factos económicos caracteres *quantitativos* (mensuráveis) como *qualitativos* (*intensistas*).

Sobre o ângulo quantitativo, podem naturalmente ser *medidos*. Este aspecto quantitativo permite a intervenção da *estatística*, da *Lógica Formal* e da *Matemática*.

Mas, se considerarmos que os factos económicos são também o producto de actos conscientes, intencionais, pois *tendem* a um objecto e a um fim, não podemos deixar de considerar o *factor intelectual* e *psíquico* do homem, que representa o aspecto *intensivo* destes fenómenos.

A *concreção*, isto é, a *conexão* de todos estes aspectos com o auxílio de uma dialéctica segura, nos facilitará meios hábeis de empreender com bom êxito o nosso *desideratum*.

Em face dos factos económicos, procura o economista captar os *aspectos gerais*, que se *repetem*, relacioná-los, para com eles estabelecer uma *interpretação de carácter geral*.

Um facto económico, em certo momento da história, *repete-se* em seus aspectos gerais em outro facto, com circunstâncias diferentes.

Quando o economista formula, no tocante a este fenómeno, um conjunto *coerente* de proposições interpretativas, elabora êle uma *teoria*.

Mas, para chegar a este resultado, lhe é necessário *analisar* a realidade, isto é, *decompô-la em suas partes*, buscar na complexidade transeunte aquêles elementos *invariantes*, que lhe permitam ordená-los racionalmente, e tal só é conseguido por uma construção dialéctico-concreta segura, no estilo de nossa Filosofia Concreta.

O processo, que nos oferece a Lógica Formal, é o método deductivo-inductivo. Partindo de um princípio de ordem geral já adquirido, poderá aplicá-la aos casos particulares e, nessa operação, procederá êle deductivamente, isto é, *deduzirá* (tirará) do geral o caso particular, que *naquele está incluído*. Por exemplo, há um princípio em Economia, que é chamado de "lei da oferta e da procura", pela qual se estabelece que, normalmente, quando a *procura* é superior à *oferta*, os preços *sobem*, e *baixam* quando a oferta é maior que a procura.

No caso de se dar uma baixa de preços, em qualquer circunstância, poderá êle concluir que *deve* ter havido pro-

vavelmente um aumento da oferta sobre a procura. Então êle procederá *deductivamente*.

Procederá *inductivamente*, quando partir dos *casos particulares* para estabelecer, na averiguação do que se repete, um *princípio geral* que os ligue, conexão. Assim, em face de um número indeterminado de factos semelhantes, em que todos revelam uma *causa* ou uma *razão*, que *se repete constantemente*, procedendo *inductivamente*, poderá o economista estabelecer um nexo geral. Através dos dados fornecidos pela estatística e pelas observações dos economistas é que, freqüentemente, pode realizar, não apenas uma constatação dos factos, mas *captar* um *nexo causal*, que os ligue na relação de dependência.

Num aprofundado estudo sobre a *indução* e a *deducção*, poder-se-ia afirmar que não existe uma indução nem uma deducção *puras*.

Todo raciocínio implica simultaneamente indução e deducção. Entretanto, verifica-se que, na Economia, se dão duas tendências predominantes, que poderíamos chamar a dos *deductivistas* e a dos *inductivistas*, isto é, a dos em que predomina a deducção ou a indução.

Nós, que preferimos o *método dialéctico*, julgamos que não devem ser desprezados, nos factos económicos, os aspectos particulares ou singulares em benefício dos gerais. Se concebemos a Economia como incluída na História, e esta na Ética, temos de reconhecer que em todo facto económico há um facto histórico. Portanto, há nêles aspectos que se *repelem* e aspectos que *não se repetem*. *Actualização* de uns e a *virtualização* de outros nos levam às atitudes *abstractas* ou *abstraccionistas* na Economia. Enquanto procuramos analisar os factos económicos, não apenas pelos *aspectos invariantes*, mas também pelos *variantes*, teremos uma visão mais concreta dos mesmos.

Notaremos, através de nosso estudo, quantas explicações refletem uma certa comodidade de raciocínio, o que leva os tratadistas a conclusões precipitadas, as quais, consideradas como *constantes* e até como "*leis*", vão encontrar, posteriormente, formais desmentidos na prática.

UNIVERSO DE DISCURSO DA ECONOMIA — CONCEITOS FUNDAMENTAIS

O "Universo de discurso" da Economia é formado pelo conjunto de conceitos e categorias que nela são usados. Esses conceitos, representados por seus *têrmos*, (que são os sinais verbais que os representam), traduzem as *generalidades*, as muitas actividades ou aspectos *que se repetem*, e que, portanto, são semelhantes, e *tão semelhantes* que *parecem idênticos*. As palavras usadas nas línguas são sinais que representam e indicam algum aspecto, algum facto, etc. A um certo conjunto de factos semelhantes damos o nome de *livro*. E tôdas as palavras são nomes de coisas, factos, idéias, que se dão na existência.

Ora, para fazermos um estudo rigoroso e seguro da Economia, precisamos conhecer êsses conceitos fundamentais, ter dêles uma idéia precisa, para que nos sirvam de instrumentos para a compreensão clara dos factos económicos, e não para obscurecerem ou falsearem o que desejamos estudar. Em suma, precisamos conhecer o *vocabulário* da Economia Política. Essas palavras, que traduzem conceitos, são em geral tiradas da vida quotidiana, da linguagem dos negócios e das relações económicas; mas, se na vida comum têm elas um sentido muito vago, muito amplo ou muito estreito, na Economia devem ter um *sentido preciso e claro*.

Como serão elas constantemente manejadas nesta matéria, iremos estudá-las em seus *aspectos gerais*, para, depois, quando analisemos os elementos da Economia, tratar delas analiticamente, penetrando mais a fundo em seu conteúdo. Assim faremos, por ora, apenas um exame dêsses conceitos fundamentais, deixando a parte analítica para a ocasião oportuna.

NECESSIDADES

Quando nos falta alguma coisa que perturba, pela sua ausência, o equilíbrio orgânico, chamamos de necessidade a essa falta. Para saná-la, precisamos retirar do meio ambiente os elementos de que carecemos, portanto êsses elementos são *necessários*. A falta dêles põe em perigo corporalmente o homem. A lista das necessidades humanas é imensa, e dificilmente poderíamos apresentá-la, porque além das corpóreas, há as *culturais*, e algumas com origem na fantasia, além das que se originam na realidade.

Há necessidades mais exigentes do que outras. Por outro lado, elas também *variam* de homem para homem, de classe para classe, de povo para povo e de época para época. É o homem *obrigado* a satisfazer as necessidades e essa satisfação se torna tanto mais imperiosa quanto mais exigentes fôrem elas. As necessidades podem ser de *carácter existencial* e de *carácter cultural*.

Muitos chamam as primeiras de *essenciais*, e as segundas de *relativas*. As primeiras são aquelas de cuja satisfação depende a vida humana, como por exemplo: o aplacamento da fome, o vestuário nos climas frios. Se não fôrem aplacadas, porão em perigo a existência dos indivíduos. Por isso, empreende o homem todos os esforços para aplacá-las, enfrentando os obstáculos que se lhe antepõem. As segundas são aquelas cuja satisfação é exigida pela cultura ou pela civilização à qual pertençam. A não satisfação não põe a vida em perigo, mas a *desvaloriza* em face de certas camadas sociais, que delas não sofrem tão agudamente.

Subdividem muitos as necessidades culturais em *SO-CIAIS*, quando reclamadas pela colectividade ou por ela impostas, e *SINGULARES* ou *PESSOAIS*, quando representam gostos e inclinações do indivíduo. No primeiro caso, temos a necessidade de andar vestido; e no segundo, o de nos vestirmos mais apuradamente. As necessidades podem ser *PRESENTES* e *FUTURAS*, isto é, dadas imediatamente ou dar-se-ão no decorrer do tempo. Podem também ser *PERMANENTES*, *PERIÓDICAS* ou *ESPORÁDICAS*, como também podem ser *UNIVERSAIS*, quando comum a todos os homens, ou *PARTICULARES*, quando limitadas a um certo número de pessoas.

UTILIDADE

Qualificamos de *úteis* os objectos que permitem dar satisfação às necessidades e chamamos de *utilidade* a êsse carácter. Consideramos a utilidade maior ou menor, quanto maior ou menor fôr a necessidade que ela puder satisfazer. Para um fisiologista, os alimentos são dados constantes e valem pelo seu poder nutritivo. Para o homem, depende a utilidade do *juízo* que dela faça quem dela precisa. Para o economista, são úteis tôdas as coisas que respondem à necessidade do homem, sem se preocupar em saber se são elas *naturais*, *imaginárias*, ou até *viciosas*. Embora a Economia olhe assim as necessidades, as encara, porém, sob o ângulo meramente *quantitativa* e *extensista*, e não sob o ângulo *qualitativo* e *intensista*, cuja diferença fundamental ressaltará, quando estudarmos o *valor*, na parte analítica.

RIQUEZAS — BENS

As coisas, que servem para satisfazer qualquer necessidade, (e como já vimos são *coisas úteis*), recebem, na economia clássica, o nome de *riqueza*, e segundo a terminologia mais moderna, o de *bens*. Entretanto, convém que ressaltemos desde já alguns aspectos importantes quanto ao emprêgo do termo *bens* e *riqueza*.

O ar é útil, pois sem respirar não poderíamos viver por muito tempo; no entanto, não o consideramos entre os *bens* de que dispomos. Assim também a água do mar, dos rios, a luz e o calor solares, sem os quais não poderíamos viver. São êles também *úteis*, no entanto não os inventariamos entre as *riquezas*. Assim procedem os economistas, porque os bens sômente são considerados econômicos, quando juntam à utilidade o carácter de existirem em *quantidade limitada*.

Os economistas vêem na necessidade um carácter subjectivo, o qual é mais ou menos sentido, segundo é mais ou menos satisfeito. Desta forma, é considerada nula a *utilidade* e cessam de ser *bens* (naturalmente em sentido econômico) as coisas que existem em quantidade ilimitada e que, por isso mesmo, a necessidade, que lhes corresponde, está virtualmente satisfeita.

Dizia Nietzsche que é a dificuldade que dá valor às coisas. Realmente o homem, em seu julgamento de valor, procede dessa forma. Como a vida, para ser mantida, exige do homem esforços, portanto onerosos, custosos, está a economia imbuída dêsse espírito de só julgar como *bem* econômico aquêles cuja obtenção nos é *custosa*. As águas de um rio, que servem às necessidades de uma população, que delas pode usar à vontade, não são consideradas um bem econômico. Mas, se amanhã, se tornam propriedade de alguém e, para usá-las, é necessário *dar em troca* alguns bens ou *o que os represente*, dêsse dia em diante passariam essas águas a serem consideradas um *bem econômico*.

Assim a economia trata das trocas e regula a utilidade pelo que ela custa e não pelas necessidades que ela satisfaz. Vemos, assim, que a utilidade está em relação ao esforço despendido na obtenção dos bens, no sacrifício que exige para a sua aquisição. Assim, para resumir, entendem os economistas, como *bem*, uma coisa essencialmente útil, porém não se trata apenas do que se possa chamar sua *utilidade objectiva*, ou seja sua aptidão à satisfação de uma necessidade, mas, sim, sua *utilidade subjectiva*. Desaparecendo o sacrifício, o *ônus*, perde a coisa o seu carácter de *utilidade econômica*.

SERVIÇOS

A satisfação de uma necessidade nem sempre exige a utilização de uma coisa concreta. Ela pode muitas vezes ser obtida por meio de um *acto do homem*: esforço, realizado para si ou para outro. Um cantor pode encontrar no seu canto uma satisfação ao seu gosto musical, como também ao do auditório. Um médico, um engenheiro, um criado oferecem aos seus semelhantes serviços, que, desde que correspondam diretamente a uma necessidade, podem ser classificados de *úteis*. Num "magazine", para atender a freguesia, necessita o proprietário de colaboradores *assalariados*, que prestam serviços. Também as coisas podem prestar *serviços*, como um veículo que transporta, ou a casa, que oferece um abrigo.

minerais, o aço, enquanto outros podem servir mais longamente, como os edificios para as fábricas. São os primeiros chamados pelos economistas de *capitais circulantes* e os segundos de *capitais fixos*.

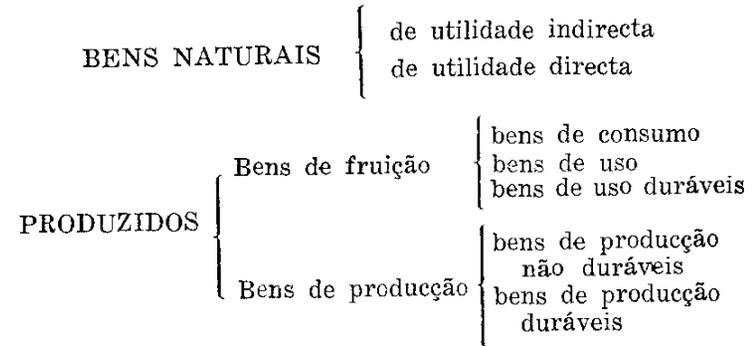
Esquemáticamente, podemos classificá-los assim:

CLASSIFICAÇÃO DAS UTILIDADES E DOS BENS

Já vimos acima a classificação entre necessidades *existentiais* e *culturais*. Os bens são classificados não só de baixo do ponto de vista do seu grau de utilidade, como também de sua natureza e de seu papel. Há bens naturais que são os elementos materiais ou fontes de energia, que têm uma utilidade directa ou indirecta, como o solo, o ar, a água, a luz e o calor solares. Já vimos que, sob o ponto de vista económico, não são tomados em consideração. Mas, a estes bens naturais, juntam-se os bens produzidos, os adaptados às necessidades por meio de trabalho do homem, como a árvore cortada, o fruto colhido, a planta cultivada, o trigo convertido em farinha ou em pão, etc.

Esses bens servem *directamente* à satisfação das necessidades, como, por exemplo, um pedaço de pão. Dissemos que servem *directamente* porque não exigem qualquer outro esforço de adaptação, senão aquêle que empregará o consumidor. Mas, há outros que servem *indirectamente*, como o arado, o caminhão, destinado ao transporte da mercadoria, como as máquinas, etc. Os primeiros são chamados *bens de consumo* e os segundos *bens de uso*. Estes são *bens de produção*, *bens intermediários* ou *bens indirectos*, que os economistas costumam classificar com o nome de *bens capitais*.

Entre os bens *directamente* úteis, há os que são destruídos quando consumidos. São os bens que os juristas chamam de *consumíveis*, como os alimentos, e os economistas de *bens de consumo*. Outros são usados sem destruição imediata, como as roupas, os utensílios domésticos, etc. É a duração que os caracteriza, o que é importante sob muitos aspectos. Entre os bens *indirectamente* úteis, como os *bens de produção*, *bens capitais*, pode ser feita uma distinção: bens que desaparecem no producto acabado, como os



OUTRAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS BENS

Podemos ainda considerar os bens sob vários outros aspectos. Os *bens corpóreos* podem ser *móveis*, *imóveis* ou *semoventes*. *Móveis* são os que permitem uma deslocação no espaço, sem perda de suas qualidades. *Imóveis*, os que por sua natureza não podem ser transportados sem perda de suas qualidades, ou os que fazem parte do solo. *Semoventes*, os que, por acção dos seus próprios órgãos, podem transportar-se de um lugar para outro. Uma mesa é um bem móvel; um prédio, um imóvel; e um boi, um semovente.

Esta é a classificação jurídica dos bens, mas encontramos outros como os *direitos reais* ou *pessoais*, os *direitos de passagem*, os *direitos de credor*, as *patentes de invenção*, que podem ser classificados entre os bens de um indivíduo ou de uma colectividade, como *bens activos*. No entanto, servidões, dívidas hipotecárias ou quirográficas, são inventariados como *bens passivos*. Esses bens são considerados pelos contabilistas como *bens contábeis*. O economista não procede de outro modo e, assim como aquêle, os *balanceia*, isto é, êle põe de um lado as obrigações activas, e do lado contrário as obrigações passivas. Desta forma, pode ter uma visão segura do *patrimônio*.

PRODUÇÃO E PRODUCTIVIDADE

Para atender as exigências, para satisfazer suas necessidades, precisam os homens dos bens. O processo, que empregam para obtê-los, chama-se *produção*. Diz-se *consumo* a aplicação que fôr dada a êles. *Assim, produzir é a actividade econômica consistente em obter bens.*

Esses bens, naturalmente, destinam-se a atender as exigências individuais ou colectivas do homem. Mas, produzir, como actividade econômica, tem essa direcção. O verbo produzir vem de dois radicais latinos *pro* e *ducere* e, em seu sentido etimológico, significa *conduzir (ducere)* para a frente (*pro*), pôr em evidência e, extensivamente, significa criar, engendrar.

O processo mais simples de produção é a *ocupação*, consistente em colocar alguém uma coisa sob sua acção, tomando-a, ou pondo-se nela, se móvel ou imóvel. Essa deverá ser a primitiva forma de produção do homem. Produzir não significa criar *ex-nihilo*, mas tomar bens de natureza para atender as necessidades. Uma divisão do processo de produção logo se nos torna patente:

A actividade productiva do homem não se realiza sempre pela ocupação simples. Exige o emprêgo de utensílios, instrumentos, aparelhamentos maiores ou menores para a realização de tal actividade. Então temos: *produção simples*: é a que não reclama aparelhamentos, ou o se os exige, são insignificantes; *produção técnica*: nessa intervém um aparelhamento mais complexo, conhecimentos aplicados. Nossa necessidade de alimentos exige a utilização de objectos que contenham elementos nutritivos, que devem corresponder às exigências como às condições do nosso organismo.

Ao fazermos roupas, precisamos observar caracteres físicos, condições do tacto, qualidades calóricas. Quando fazemos instrumentos musicais ou científicos, é mister estudar os materiais, suas qualidades, sua resistência, características peculiares, etc. É esse o *aspecto tecnológico* que, para a quase totalidade dos economistas, não interessa à Economia, senão incidentalmente. Nós pensamos ao contrário e provaremos a nossa posição. Tanto a Técnica como a História, em seus aspectos gerais, são importantes para a compreensão concreta do facto econômico, que se dá

correlacionadamente aos factos psicológicos, sociais e históricos. Impõe-se uma visão mais concreta da Economia, que não pode nem deve continuar sendo uma ciência abstracta, como dela o fizeram os *economistas liberais* e os *marxistas*. No estudo que faremos da Técnica oportunamente, voltaremos a abordar este ponto tão importante.

A produção pode ainda ser classificada: *Produção individual*, quando é feita para atender as necessidades do próprio productor. *Produção familiar*, quando se destina à sociedade. Essas formas podem *coexistir*. Outras classificações podem ser apresentadas como: *regional, estadual* (provincial) "*nacional*", *continental, mundial*, etc.

CONCEITO DE PRODUCTIVIDADE

A *capacidade* de dar lugar ou de surgir bens dá-se o nome de productividade. Assim se fala na productividade do solo, na de uma fábrica, de um homem, de um escritor. A produção pode ser *material* ou *imaterial*. Como *material* temos: *ocupação*, cujo sentido já estudamos; *coleta*, consiste na aglomeração de bens para dispor dêles quando necessário; *extracção*, quando das coisas colectadas é extraído, tirado qualquer elemento útil; *transformação*, quando se dá às coisas outra forma ou se lhes modifica as propriedades. Na *imaterial*, temos a produção de bens que se destinam a uma applicabilidade psíquica e intelectual.

É necessário *aproximar* os bens das *necessidades* para satisfazê-las. E esse acto chama-se *transporte*. Desta forma, o transporte faz parte do processo da produção, tanto como a transformação. O transporte *facilita as trocas*. *Pode considerar-se como acto que vise à satisfação de uma necessidade, mesmo que não seja êle acompanhado de transformação, nem de transporte?* Os economistas clássicos negam que seja acto productivo. Entretanto, economistas modernos consideram como um productor a cozinheira ou a dona de casa, que preparam a comida, como um cozinheiro que a prepara num restaurante. Outros pensam que essa afirmação é uma violência feita sobre a palavra *produção*.

Assim, aquêlo que oferece seu serviço, e que não participa em nenhuma fase do processo productivo, não deve ser compreendido na categoria de productor. Entretanto, hoje, os economistas dão ao termo produção sua máxima extensão, englobando entre os productores todos os que participam da actividade econômica, seja de que forma fôr, todos os que fornecem qualquer prestação, com o fito de satisfação de uma necessidade. Desta forma se estabelece uma completa concordância entre a noção de produção e a de necessidade e, conseqüentemente, uma concordância entre os conceitos de utilidade e os bens ou serviços. Assim podemos hoje visualizar a actividade de uma colectividade de maneira mais concreta.

OS FACTÓRES DE PRODUÇÃO

Examinando a produção, podemos destacar três grupos fundamentais e indispensáveis de factores (do verbo latino *facere*, que significa *fazer*).

Primeiro: a *natureza* — o nosso próprio ambiente, a soma de todos os corpos simples e compostos, orgânicos e inorgânicos, as energias *latentes* (ocultas), não actualizadas exteriormente, e *patentes* (o que se actualizou exteriormente), as quais são susceptíveis de transformações de grau maior ou menor e que possam servir às exigências individuais ou colectivas.

Segundo: o *trabalho* — Sendo as coisas inertes, o homem, para consegui-las, deve nelas intervir, captá-las, despendendo deliberadamente um esforço (uma energia), com a intenção de applicá-lo à produção de bens.

Terceiro: *capital* — contando apenas com o seu próprio esforço físico, poucos seriam os bens que poderia produzir. Desta forma, com a evolução técnica, aparelhou-se o homem com meios que lhe permitem vencer dificuldades até então insuperáveis.

Esse aparelhamento, em linhas gerais, chama-se *capital*, e é composto pelos utensílios. Discutem muito os economistas para saber qual dos três factores, *natureza*, *trabalho* ou *capital* é o mais importante. Entretanto, no estado actual

da humanidade, são todos três essenciais à produção, e a valorização estabelecida em benefício de um ou de outro representa uma falsa colocação do tema. Pode-se considerar a natureza e o trabalho como os factores cronologicamente anteriores ao capital. Os economistas modernos excluem o capital dos factores necessários e suficientes, considerando-o como um factor composto.

Tôda sociedade humana possui riquezas adquiridas, e entre essas algumas que servem para a produção de novas riquezas. Temos instrumentos, matérias primas, as quais servem exclusivamente para a fabricação de outros bens, e que têm um papel na produção de novos bens. Esta foi a razão que levou os economistas a classificá-los entre os factores de produção. Assim o solo, transformado pela cultura, pelo estabelecimento de vias de comunicação, pela vizinhança de aglomerações humanas, oferece novas condições. Assim a terra se torna um producto da natureza e do trabalho e, conseqüentemente, um capital. Vê-se, desde logo, que o capital é um factor composto de *natureza* e *trabalho*.

O TRABALHO

Já vimos que o trabalho é energia despendida com a intenção de conseguir bens. O homem é compelido, pela sua condição, ao trabalho, por ser o meio de obtenção de bens, ou para a realização de *serviços*. Os economistas modernos consideram o *serviço*, embora não tendam à fabricação, à manutenção, nem à distribuição de bens materiais, como, por exemplo, o dos médicos, professores e magistrados como *trabalho*, porque tendem à realização de bens *não materiais*.

Como demos um sentido amplo ao conceito de produção, também o devemos dar ao conceito de trabalho. Discutem os economistas o valor moral do trabalho, considerando uns uma servidão, outros um castigo. A idéia do penoso é associada à idéia de trabalho, o que é natural por influências remotas, porque tendo sido difícil a consecução de bens, esta sempre exigiu esforços.

Entretanto, na Psicologia, vemos que nem todo esforço é penoso e pode até ser agradável. Estudos feitos sobre as condições de trabalho revelam-nos que podemos aumen-

tar ou diminuir o esforço e o desagradável que ao trabalho se associa. Também se verifica que há pessoas que encontram nêle verdadeiro prazer, quando êste representa ou realiza uma criação, o que o eleva e também os tonifica.

A educação tem um papel saliente na acentuação ou não do carácter penoso no trabalho. Se os homens são educados, vendo no trabalho algo desagradável, é natural que se predisponham a actualizar o carácter penoso, virtualizando o que possa ser agradável. Ensina-nos a Psicologia que há prazer na actividade, a qual levada a determinados graus, pode tornar-se desagradável e até dolorosa. A Economia não deve estar adstricta aos interêsses criados pelas classes, grupos, etc. Tem ela que, colaborando com a Técnica, auxiliar a melhoria das condições de trabalho e a transformação dêste de penoso em agradável.

CONDIÇÕES TÉCNICAS E JURÍDICAS DA PRODUÇÃO

Demos até aqui os conceitos fundamentais num sentido amplo, sobretudo extensista, applicável a qualquer economia, em qualquer parte do mundo e em qualquer época. No entanto, a produção tem, como coordenada, o meio físico, que não é idêntico em tôdas as latitudes, e também o homem é diverso. Diversidades raciais, de cultura, de civilização, e as relações entre a natureza e o homem variam, como também variam as relações entre os dois factôres.

As necessidades diferem segundo as raças, o meio ambiente, a cultura, como também diferem os meios de satisfazê-las. Como estão em relação recíproca, — natureza e trabalho — e também as necessidades e o trabalho, as condições de trabalho modificam as necessidades como aquelas influem directamente no primeiro. Desta forma, a necessidade tende a multiplicar-se à proporção que se aperfeiçoam os meios de produção. A complexidade da produção complexiona as necessidades que, por seu turno, actuam sobre o trabalho, complexionando-o cada vez mais, e êste, por sua vez, sobre as necessidades. Essa interactuação é importantíssima, porque a *reciprocidade*, aqui, tem uma função criadora de necessidades e de trabalho.

Considerando tudo quanto dissemos acima, vê-se, desde logo, que não poderíamos explicar nem compreender a vida econômica de uma sociedade se não tomarmos em conta o meio em que se desenvolve, o estado de civilização; em suma, se não considerarmos a *técnica e as instituições jurídicas*. Oportunamente, quando estudarmos a Técnica, e, conseqüentemente, seu papel em nossa civilização e cultura, compreenderemos que influência ela exerce na actividade econômica, como também na compreensão das idéias e das noções que constituem o seu arcabouço intelectual.

É muito maior do que se pensa o papel que a Técnica desempenha no pensamento econômico, e teremos oportunidade de ver que muitas das leis fundamentais da Economia são leis de carácter tecnológico. As profundas transformações que ela tem dado à produção, em todos os seus aspectos, modificaram a vida humana, penetrando até no terreno da História, que, numa concepção concreta da Economia, como a que exporemos, é inseparável daquelas.

As condições jurídicas da produção são importantes, porque esta toma aspectos variados, segundo a influência das instituições jurídicas adotadas. Basta que atendamos para a propriedade, e compreendamos a produção baseada sobre a propriedade individual ou a colectiva, para que, desde logo, tenhamos patente aos olhos a importância das condições jurídicas. Por isso, no decorrer das análises das diversas categorias da Economia, teremos sempre presente, tanto quanto possível, as condições jurídicas.

CONSUMO

Já vimos que *consumo* é a aplicação dos bens na satisfação das necessidades, com o desaparecimento destas. Já vimos que há bens, cuja destruição é imediata, como os alimentos, enquanto outros têm, pelo uso, um desgaste mais lento, como os vestuários. Há também, o consumo de bens que são empregados para produzir outros. Quanto ao modo de se realizar esse consumo, pode-se estabelecer que os bens podem oferecer um *máximo proveito* ou não. Chama-se o consumo de *anti-económico* no primeiro caso, quando são desperdiçadas utilidades, isto é, não aproveitadas.

CIRCULAÇÃO

Já vimos que os bens nem sempre se destinam ao consumo de quem os produz, mas a outros. A actividade específica de passarem *mediatamente* (por meio de...) os bens do producer ao consumidor é o que se chama de *circulação*. Para muitos, essa circulação faz parte da produção, é um simples desdobramento desta. Para outros, é um

fenômeno autónomo. Embora as razões sejam muitas, de parte à parte, devemos sempre considerar que tomamos o facto económico concretamente com os outros factos da vida, razão pela qual não aceitamos essas separações como reais, mas apenas como distinções abstractas. Por isso se *separa* o fenómeno da circulação para melhor estudá-lo, nunca porém se deve julgar que as abstracções que fazemos, por uma exigência de ordem mental, signifiquem que *realmente se dão*, separadas umas das outras. Dessa forma, a Economia deve procurar as características que peculiarizam a circulação, nunca porém considerá-las como autónomas.

MERCADORIA

O bem que circula, que passa de uma para outra mão, de diferentes pessoas, recebe o nome de *mercadoria*. E tem o nome de *mercadoria* quando, quem a entrega, recebe em *compensação*, bem ou bens que são dados *em troca* daqueles. E esses bens, que se dão em troca, constituem o

PREÇO

Para facilitar ou tornar mais rápida a troca (que numa vida humana primitiva era feita segundo os bens disponíveis), com a complexidade da vida, e para tornar mais eficiente essa troca, escolheram os homens bens conhecidos, que servissem para representar o bem trocado, e temos a

MOEDA

É mister, examinemos previamente as diversas *modalidades de troca*, essas operações económicas, pelas quais os individuos e grupos de individuos fornecem-se reciprocamente bens e serviços. Numa sociedade primitiva, a troca é feita sob a forma de um *escambo directo* de um producto ou de uma prestação de serviço, por outro producto ou por outra prestação de serviços. Esse acto se decompõe, geralmente, em uma *venda* e uma *compra*. Com a introdução da moeda, que, como já vimos, é um bem que substitui, que representa outros, cujas características estudaremos oportu-

namente, a *troca* pode ser feita entre o producto ou a prestação de serviços, pela moeda que pode representar, até certo grau, productos e prestações de serviços.

Não há necessidade de amplas explanações sobre a moeda aqui, porque é tal a familiaridade que temos com ela que as definições tornaram-se desnecessárias, pois um estudo mais aprofundado exige que primeiramente abordemos outros temas. Tem essa parte sintética apenas a função de nos familiarizar com os conceitos fundamentais, para que, na fase analítica, não tenhamos necessidade de explanações elementares.

Todos sabem, sem terem estudado Economia política, que a moeda é uma coisa que recebemos em troca de uma mercadoria ou de um serviço prestado, ou que damos em troca de mercadorias ou serviços. Assim, a moeda se torna também uma *mercadoria*, um *sinal representativo concreto*. As diversas modalidades de troca tomam o nome de *venda*, *empréstimo com juros*, *aluguel*, *depósito* e *contracto de trabalho*, cujos aspectos serão oportunamente estudados. É fácil perceber-se que em toda a explanação que fizemos dos conceitos fundamentais, esforçamo-nos por não empregar um termo, que denomina um dos conceitos mais importantes da Economia política, que é o de *VALOR*.

VALOR

Não iremos estudá-lo pormenorizadamente, porque as diversas teorias e opiniões sobre esse tema têm tal importância na formação do seu conteúdo próprio, que exige um capítulo especial. O conceito de valor é muito complexo e também muito confuso na Economia. Vamos, por ora, apenas dar-lhes um enunciado geral. *O valor corresponde à importância econômica de um bem ou de um serviço.*

Um bem é uma coisa útil conforme à sua importância econômica. O valor deve ser estudado intensiva e extensivamente, qualitativa e quantitativamente, objectiva e subjectivamente. Vamos, agora, apenas considerá-lo por estes dois últimos ângulos. Tomado *objectivamente*, toma o nome de *valor de troca*, e este é representado pela mercadoria

dada em compensação, representada pela moeda e, neste caso, fala-se em *preço*. Trocamos um terno por dois sacos de arroz. Dizemos, pois, que um terno é igual a dois sacos de arroz. Concluimos então, que um terno *vale*, como valor de troca, dois sacos de arroz. Mas, digamos que, em moeda, o terno vale X. Então está visto que cada saco de arroz *vale* a metade de X, que é o seu preço. Dizemos, então, que o *preço* de um saco de arroz é de X/2 (meio X).

A escala dos preços registrados sobre todos os mercados, permite-nos, da mesma forma, representar o conjunto das relações de valor existente entre uma quantidade dada de uma mercadoria ou de um serviço e uma quantidade dada de qualquer outra mercadoria ou serviço que se torna objecto de uma troca. Esses aspectos, que são importantes, serão estudados pormenorizadamente, sobretudo no que se refere à formação dos preços, cuja análise é de grande importância à boa compreensão dos factos económicos.

Subjectivamente, temos o *valor de uso*. A noção de valor não é necessariamente associada à de troca. Podemos considerar, fora de toda troca, a importância económica relativa de certos bens ou serviços, que estão à nossa disposição ou que desejamos ter à nossa disposição.

A diferença entre o *valor de uso* e o *valor de troca*, já a encontramos em Aristóteles. As grandes polémicas, que se travam na Economia sobre os verdadeiros sentidos desses dois valores, como: se são contrários, se um só pode reduzir-se ao outro, etc., serão examinados no lugar competente. Entretanto, algumas considerações ainda podem ser feitas aqui. O valor de uso é essencial a toda mercadoria, portanto a todo valor de troca, mas há bens, com valor de uso, que *não são mercadorias*; porque não se trocam, como, por exemplo, a água dos rios. O valor de uso é condicionado pelas propriedades do bem, na sua capacidade de satisfazer as necessidades humanas.

RENDIMENTO E RECEITA

Dá-se o nome de *rendimento* a tudo quanto o indivíduo percebe num determinado período, tudo quanto constitui fruto ou *resultado* de sua actividade económica, tudo quanto pode aplicar às suas necessidades e dos que dele dependem.

Receita é tudo quanto o indivíduo percebe, independentemente de uma actividade econômica, como uma doação, uma herança. Desta forma, o *rendimento* está incluído na receita, mas nem tudo que é receita é rendimento.

Dominados êsses conceitos, podemos entrar nos métodos para o estudo da Economia e, depois de têmos examinado a Técnica e a História, faremos uma síntese dos sistemas econômicos.

OS MÉTODOS NA ECONOMIA

Para o exame de alguma matéria segue o ser humano diversos caminhos julgados positivamente bons, hábeis, capazes de alcançar o termo desejado, que é o conhecimento mais exacto das relações de causalidade; ou seja, de dependência real dos factos sucessivos aos anteriores e da interacção que os mesmos podem exercer uns sobre os outros. A tais providências dão-se o nome genérico de *métodos* e em tôdas as disciplinas alinham-se muitos numa grande variedade, uns mais eficazes que outros, em certo ou determinado sector. Também a Economia tem seus métodos, e muitos foram aplicados, no intuito de penetrar com segurança no campo de sua matéria. Assim, empregou-se desde a simples observação ao método histórico; analisou-se a correlação entre os factos econômicos e os factos psicológicos através da Psicologia. Também concepções do mundo tais como a materialista foram tentadas muitas vezes, como ademais se fez a aplicação e a redução ao método matemático dos factos econômicos, bem como se tentou combinar diversos métodos para com êles alcançar resultados mais seguros.

O clássico método deductivo, e o inductivo-deductivo foram aplicados intensamente (1). Em tôda ciência, tende-se a alcançar uma concepção generalista, fundada ontologicamente; ou seja, em bases positivas na positividade do

(1) Houve sempre na Economia, o desejo de estabelecer alguns princípios axiomáticos, dos quais fôsse possível deduzir o restante das proposições dessa disciplina. Pode-se mesmo dizer que êsse foi o método predominante, método deductivo, muito embora tais axiomas só pudessem ser constituídos após a observação dos factos econômicos, ou seja induzidos.

Não se admite mais hoje, na Economia, a opposição entre os dois métodos, que, na verdade, se complementam e constituem um só método real.

ser que constitui a matéria e a forma de uma ciência determinada, que toma em geral o nome de *pura*. Assim, fala-se em uma Matemática pura, em uma Física pura, em Psicologia pura e também em uma Economia Pura. Não toma aí o termo o sentido restricto que lhe deu Kant de meramente *a priori*, porque não seria possível estabelecer-se uma física pura apenas aprioristicamente, mesmo porque não há um *a priori* em sentido puro. Na dialéctica concreta, pode-se estabelecer as bases de uma ciência, desde que partamos do conceito do seu objecto e das suas intenções e tenhamos alguns dados experimentais. Não é o homem capaz de construir uma ciência pura sem a presença dêsse elemento experimental, sobre o qual êle aplica os conteúdos eidético-noéticos do conceito fundamental da ciência que pretende examinar. Assim não seria possível falar-se nos elementos fundamentais e puros da cristalografia, sem se saber primeiramente que significa *crystal* e também *grafia*, descrição, e ter alguma experiência de cristais. Julgar-se que o homem é capaz de criar uma ciência *a priori*, pura, sem auxílio da experiência é um erro lamentável. E são precisamente tais factos da experiência sobre os quais se applicam os conteúdos eidético-noéticos, e que facilitam, quando bem conduzidos, que, dos juízos estabelecidos como seguros, se possam deduzir os juízos virtuais que nêles estão contidos, bem como os que êles permitem estabelecer, como temos demonstrado em nossas análises dialécticas.

O que se costuma chamar por ciência pura não é a ciência completamente separada da experiência, mas a ciência reduzida a fórmulas, embora captadas da experiência, que possam ser empregadas antes desta, e que sirvam como fórmulas matemáticas, como vemos entre os economistas matemáticos, como Cournot, Gossen, Tinbergen, Leontiev, Chait, A. Marchal, Divisia, e todos aquêles que se dedicam à economia, na qual se pretende sintetizar, como o expõe Chait, a Economia Política, a Economia Matemática, a análise estatística e a análise matemática.

A Economia Matemática era desconhecida dos economistas clássicos e a applicação do método matemático aos factos económicos significa realmente um desejo de tornar mais apodítica essa ciência, dar-lhe o rigor que a Matemática exige e oferece, como o pode realizar a Lógica quando conduzida com o rigor dialéctico que lhe imprime a Lógica

Maior, a Lógica Demonstrativa. Dêste modo, o emprêgo de tais métodos buscam emprestar à Economia maior regularidade. Como os factos económicos não se dão de per si, independentemente de tudo o mais, e ao contrário acompanhados dos factos *extra-económicos*, e que têm uma importância capital na formação e no processuamento daqueles, não é de admirar que a tentativa de matematizar a Economia encontrasse suas resistências, sérios obstáculos, e não conseguisse êxito em equacionar todos os acontecimentos económicos possíveis, o que forneceu razões poderosas para os adversários negarem validez às tentativas de matematização.

Os "matemáticos" chamam de "literários" aos outros economistas, e afirmam, ademais, que representam êstes um verdadeiro perigo público, pois os prejuízos que causam na sociedade são imensos, incalculáveis, como afirma M. Frecht.

Contudo, os últimos respondem que não é possível matematizar os factos sociais e muitos apóiam-se em Comte, que embora matemático, afirmava que, nos factos sociais, seria melhor empregar a Lógica que a Matemática, como também se pode dizer quanto à Psicologia.

Como a polémica ainda continua, à semelhança de outras que também surgiram quanto a outras disciplinas, podemos, contudo, tecer os seguintes comentários.

Em primeiro lugar, é mister que se esclareça bem o que significa, ou pelo menos, em que sentido se toma o termo *matemático*. Como se entende a Matemática apenas no sentido quantitativo, como a disciplina que se dedica ao estudo das quantidades abstraídas, em segundo grau de abstracção, a matematização da economia se processaria apenas tomando o aspecto quantitativo dos factos económicos, que não abrange a totalidade da realidade possível de ser captada pelo ser humano. Ademais, grave defeito é julgar-se que podemos estudar devidamente uma matéria, considerando-a sempre como separada do restante da realidade concreta à qual pertence, como o considera o especialismo caolho e vesgo, que separa mentalmente e julga, de pois, que a separação é real-real, *extra-mentis*.

A matematização da Economia só é applicável até onde abrange o quantitativo, ao que pode ser tomado por êsse modo abstracto, e falha lamentavelmente no que ultrapassa

a êsse aspecto. Por sua vez, os "literatos" da Economia poderão actuar e obter êxitos relativos no sector que permite divagações e especulações tão ao gôsto das opiniões diversas, do que é julgado o mais acertado e fácil de ser empregado e aplicado. Não há dúvida que há certa positividade em ambos os lados, mas apenas no que realmente é positivo, e ambos pecam quando negam as possibilidades reais da outra posição.

Nenhuma ciência pode alcançar a plenitude de sua actuação se não se considerar como fazendo parte de uma concreção, e essa concreção abrange o que é *extra-scientiam*, mas que actua no que constitui o objecto formal terminativo e também do formal-motivo e do material da mesma. É um êrro pensar-se na Economia separada da História, da Ética, da Psicologia, da Sociologia, da Política, etc. É pensar que tal abstracção, por ser possível de realizar-se mentalmente, corresponda ela a uma realidade insofismável, como julgam racionalistas e idealistas. Nenhuma ciência pode ser devidamente examinada com um especialismo de tal espécie, que se situa fora do que constitui a generalidade da qual aquela ciência faz parte. Nunca o especialismo realizou tantos desgastes e tantos males como na época de hoje, em que vivemos numa verdadeira Torre de Babel, em que dialogamos uns com os outros num verdadeiro diálogo de surdos, porque cada um fala uma "língua" que o outro não entende. E tudo isso surge da má visualização da especialidade, que foi confundida com a separação mental e esta como se *realmente* se desse na natureza do mesmo modo como se dá em nossa mente.

Na Economia, como em tôdas as outras ciências, os *métodos abstractos*, que são os especialíssimos, produziram males inumeráveis. Só um método pode realmente produzir bons resultados, e os mais seguros, e é o *método concreto*, como o chamamos, que segue uma dialéctica concreta, que considera a natureza da coisa a ser estudada, a sua emergência, ao lado da predisponência e, nesta, considera aquela que é factor essencial da coisa e os factores que são *extra*, mas que exercem também um papel determinante. Ou, em outras palavras, tôda ciência deve considerar o que é *extra-scientiam*, e que actua no campo da primeira. Assim é impossível a Pedagogia sem a Psicologia, a Medicina, a Sociologia, a História, a Sociologia, a Ética, etc., é

impossível sem considerar o que é extra-pedagógico. Do mesmo modo é impossível examinar bem a Economia sem considerar o que é extra-econômico, e que exerce um papel importante naquela.

Por tais razões, esta obra obedece a uma hierarquia dialéctica concreta: examinamos abstractamente cada sector do conhecimento, para concrecioná-lo com outros aos poucos, até alcançar uma concreção mais vasta, que nos permita ter uma visão superior dos temas e problemas de cada disciplina, em benefício de um conhecimento mais concreto. Por isto, nesta parte, examinamos a Economia nas bases em que em geral a colocam os economistas, embora deixando desde logo algumas sementes concretas, que germinarão no futuro. Queremos ter uma visão de condor dos factos de tôdas as ciências afins e não uma visão de batráquio. O especialismo tende e gestar esta visão, mas o generalismo concreto permite a primeira, que preferimos e demonstramos a razão da nossa preferência. Mas outras provas virão a seu tempo.

A ECONOMIA A TÉCNICA E A HISTÓRIA

Podemos agora estudar condensadamente, de forma concreta, a interpenetração da História, da Técnica e da Economia, aproveitando os conceitos, cujo estudo sintético tivemos ocasião de fazer.

Uma rápida visão panorâmica da História nos mostra que, nestes últimos mil anos, não só a base cultural como a material sofreram profundas modificações no ocidente, e quão grande foi o papel que nessa transformação exerceu a *máquina*.

Como da História o que nos interessa, por ora, é o que se refere à Economia, e o que contribuiu para a formação das condições econômicas do mundo actual, é fácil compreender que vamos tratar da História, aqui, absolutamente fora da explanação comum das obras especializadas no gênero, para fixar os factos históricos englobadamente com os técnicos e os econômicos. Nesse estudo, nos fundaremos em muitas obras do gênero e sobretudo nos notáveis estudos empreendidos por Lewis Mumford, cujas idéias principais aceitamos, e às quais acrescentaremos algumas contribuições nossas.

É comum ouvir chamar-se a nossa Era de "era mecânica", como é comum também afirmar-se que a transformação, que se observa na indústria moderna, começa com a invenção da máquina a vapor, atribuída a Watt, ou como o fazem alguns economistas, na "máquina automática de tecer".

O desenvolvimento, porém, da máquina processou-se durante pelo menos, sete séculos, na Europa, antes que se dessem as mudanças dramáticas que acompanham a chamada "revolução industrial".

A mecanização do homem no mosteiro e no exército, precedem à que se verificou na fábrica.

Não são a *mecanização* e a *sistematização* fenômenos novos na História. O que se deu de novo foi a *organização das formas* que dominam agora toda a nossa existência.

O *mecânico* domina hoje quase *totalmente* a nossa vida.

Os elementos fundamentais da tecnologia moderna, como o relógio, a imprensa, o moinho, a bússola, o tear, o tórno, a pólvora e o papel, como as matemáticas, a química e a mecânica já existiram em outras culturas.

Tanto os gregos como os árabes haviam dado um grande passo para a máquina. As grandiosas obras dos cretenses, dos egípcios e dos romanos revelam trabalhos extraordinários de engenharia e demonstraram habilidades técnicas elevadas. "Tinham máquinas, mas não haviam desenvolvido a *máquina*" diz Mumford. Foi à Europa Ocidental que coube o papel de adaptar a vida ao ritmo e à capacidade da máquina, como a ela caberá incorporar o *inorgânico ao orgânico, a máquina à vida*. Dá Mumford três momentos sucessivos de penetração da máquina na nossa civilização. A primeira deu-se no século X, a segunda no século XVIII, e, finalmente, em nossos dias, temos o início do terceiro momento.

* * *

Vejamos antes de tudo o que é *máquina*.

Segundo Reulau, "máquina é uma combinação de corpos resistentes, dispostos em forma tal para que, mediante êles, as forças mecânicas da natureza possam ser obrigadas a fazer trabalho, acompanhadas por certos movimentos determinados".

A máquina serve para poupar forças e obter maiores proveitos com menos esforço do homem. Quando um homem trabalha com uma ferramenta e executa, depois de muita aprendizagem, trabalhos perfeitos, é êle *uma verdadeira máquina*.

Com a máquina, o *automatismo* é maior e adquire uma *exactidão* mais completa, reduzindo o trabalho humano.

Conservou a civilização ocidental os conhecimentos da cultura greco-romana, apesar das invasões de bárbaros e da luta dos primeiros cristãos contra aquela cultura.

Foi nos mosteiros do ocidente que o desejo de ordem e de poder, *distinto do domínio militar*, manifestou-se mais plenamente.

A ordem reinava dentro dos mosteiros, com a mais completa disciplina. Foi o relógio a primeira grande máquina, inventada e usada nos mosteiros, que teve sua influência decisiva sobre a formação técnica da humanidade ocidental.

Nos mosteiros, sobretudo nos dos beneditinos, onde imperava a ordem e a disciplina, é que se dá uma das grandes revoluções que sucedem à revolução cristã.

São os beneditinos em grande parte os fundadores do capitalismo moderno.

O trabalho, que havia sido apresentado como uma maldição, encontrou naqueles uma redenção. Realizaram eles grandes obras e santificaram o trabalho. Basta dizer-se que, em certa época, houve cerca de 40.000 mosteiros de beneditinos na Europa.

O relógio servia não só para marcar as horas, como para sincronizar as acções dos homens. No século XIII, é que nas cidades apareceram os relógios mecânicos. Alguns comentários precisam ser feitos aqui.

Com a vitória do Cristianismo, com a queda do império romano e a invasão crescente dos povos bárbaros da Europa, as condições de vida da Europa tornaram-se diferentes, como diferentes eram as opiniões então dominantes.

Na cultura grega, predominava o *orgânico*, a vida, que era plenamente vivida, amada, apesar de todo o pessimismo grego. Os romanos também foram em parte orgânicos em sua visualização da vida, embora não tivessem aquêlê sentido tão natural e vital dos gregos. O cristianismo, no início, não dava à vida aquela beleza simples e natural dos helenos. O mundo era um *vale de lágrimas*, o trabalho um castigo, a vida uma preparação apenas para a morte.

Os primeiros cristãos esperavam pelo juízo final que os profetas haviam prometido para os dias de sua vida. Toda a Europa cristã preparava-se para a morte.

O império romano tombou fragorosamente. O Cristianismo dominou a Europa e impediu que os bárbaros destruissem tudo.

Com o não advento do juízo final, aos poucos o espírito místico do Cristianismo foi sofrendo um refluxo cada vez maior e os homens começaram outra vez a olhar para a vida e para o corpo com outra atenção.

Este é mais um dos elementos que vão constituir uma das coordenadas do capitalismo em sua fase ascendente, como veremos.

Não podiam, porém, os europeus tornar ao espírito simples e orgânico dos gregos.

A carne era já demasiadamente duvidosa, fonte do pecado, para que a exaltassem.

Por isso, a penetração do *mecânico*, em vez do *orgânico*, para a máquina, em suma, era o único caminho que se oferecia, como também o desvio do homem para as coisas, já que a visão de si mesmo oferecia o repugnante espetáculo das paixões pecaminosas.

Examinemos outros aspectos: foi o relógio a máquina-chave da época industrial moderna, e não a máquina a vapor que, ao sobrevir, já abre o campo a uma outra fase no terreno técnico. O relógio é o símbolo mais típico da máquina, pois é a máquina mais importante da técnica moderna, como também a que sempre manteve a dianteira na precisão.

Serviu o relógio de modelo para muitas outras classes de funções mecânicas, como também permitiu a análise do movimento, os tipos de engrenagens e transmissões, e a exactidão da medida.

Com o relógio, o tempo adquiriu um sentido quantitativo, separando-se do sentido intuitivo, qualitativo, que lhe era próprio.

Passou a ser medido, separado em minutos, segundos, e permitiu que se tivesse da existência uma outra concepção, favorecendo, assim, o advento da ciência. A idéia de tempo tornou-se tão grande que o maior ideal burguês foi a regularidade: "ser regular como um relógio", "funcionar como um relógio".

Ser dono de um relógio foi durante muito tempo o símbolo do sucesso.

"Tempo é dinheiro" é uma das muitas frases prediletas dos burgueses do século XVIII em diante, quando o relógio atingiu a sua grande perfeição cronológica. A vida humana passou a ser regulada pelo relógio.

E a nova idéia do tempo permitiu que se desenvolvesse o conceito da História sob outros aspectos e o interesse sobre o tempo passado tornou-se tão forte, que o Renascimento, em seu aspecto cultural, foi uma tentativa de reviver o que já se dera, o esplendor das antigas civilizações greco-romanas.

Depois da atomização européia, que decorrerá da invasão dos bárbaros, com seus castelos fortificados, seus burgos fortificados, com a vida segregada nos mosteiros, o mundo tomara uma feição espacial estreita, limitada. Mas as Cruzadas, a separação entre o ocidente cristão e o oriente muçulmano, permitiram que novas gerações, criadas em ambientes estreitos, empreendessem novas marchas por terras desconhecidas.

A amplificação do espaço foi também uma influência da idéia nova de tempo. A divisão do espaço e a nova concepção que dêle se forma têm seu início sobretudo nos séculos XVI e XVII, na época das *descobertas*. O espaço não é mais uma hierarquia de valores, mas um sistema de magnitudes. O sentido quantitativo predomina definitivamente. As leis da perspectiva na pintura só poderiam surgir aí.

A relação simbólica entre os objectos é substituída por uma relação visual. A *fase místico-espiritual dos cristãos*, que substituiu a *fase orgânica* dos gregos, foi substituída pela *fase mecânica* do Renascimento. O homem pôs-se à conquista do tempo e do espaço.

A arte da guerra, cuja importância sobre a Economia em breve estudaremos, tem um sentido de conquista do espaço. Surgem o canhão e o mosquete. Nessa época foram feitos projetos fantásticos para voar, como os interessantes e extraordinários de Leonardo da Vinci. O ritmo do trabalho aumentou, as magnitudes cresceram, a cultura entregou-se ao espaço e ao tempo. Max Weber chamou essa

época de "romantismo dos números". Para comerciar e guerrear, os homens baralharam números e, "finalmente, à medida que se generalizou o costume, só os números foram tomados em conta."

* * *

Nessa fase, surgiu, com Galileu e Leonardo, uma nova orientação no pensamento, que favoreceu o advento da ciência moderna.

Em vez de procurar saber *por que* um corpo cai, preocupou-se Galileu em estudar *como* caía. O *modo* tornou-se mais importante e urgente de conhecer-se do que o *porquê*, entregue apenas à Filosofia. A ciência iniciava-se aí, para entrar no campo das coisas contingentes e experimentáveis.

* * *

Estudando essa época, diz Marx: "Assim como todas as diferenças qualitativas entre as mercadorias desaparecem quando intervém o dinheiro, este, que é um nivelador radical, faz desaparecer todas as distinções. O próprio dinheiro é uma mercadoria, um objecto externo, capaz de chegar a ser a propriedade privada de um indivíduo. Portanto, o poder social se converte em poder privado em mãos de uma pessoa privada."

E a medida comum, o denominador comum, o dinheiro, representado pelo ouro, tomou um vulto extraordinário e simplificou as relações de troca. A atenção humana foi desviada para o "ganho e a perda", e surgiram grandes banqueiros, como os Fugger.

* * *

Não podiam os cristãos, nos primeiros séculos do Cristianismo, emprestar dinheiro com juros. No entanto, a reforma protestante o permitiu e além disso os judeus, não sujeitos a essas restrições, faziam grandes negócios com empréstimos a juros. Esses elementos são importantes e vão constituir as coordenadas do capitalismo moderno, que, conjugadas com as anteriores, formam as condições concretas das grandes transformações que a economia começa então a sofrer. Por outro lado, protestantes, como Cal-

vino, julgavam que a vitória no mundo dos negócios era uma manifestação da graça divina. Os homens que vençiam, que aumentavam seu pecúlio, eram agraciados por Deus, o que significava uma reviravolta importante nas restrições que os católicos ainda faziam.

* * *

Vemos assim que essa época marcava a predominância do *quantitativo*. Estas palavras de Kepler, em 1595, são bastante significativas: "Assim como o ouvido está feito para perceber o som, e a vista a côr, a mente do homem foi formada para compreender, não tôda classe de coisas, mas quantidades. Quanto mais se aproxima uma coisa, quanto à sua origem, às quantidades nítidas, tanto melhor a percebe a mente, e à medida que uma coisa se afasta das quantidades, aumentam nela, em proporção, a obscuridade e o êrro."

O capitalismo ter-se-ia de tornar racional, portanto quantitativista pois o mercador pesa, mede, compara, conta. A razão é a função do espírito que mede, pesa e conta, compara. O racionalismo, como a racionalização do Cristianismo, que passava do domínio platônico para o aristotélico, era uma decorrente dessas condições.

O mercantilismo e as trocas mais constantes entre as partes atomizadas da Europa tinham que predispor a formação dos grandes países já sob outro aspecto. Os mercadores, que iam e vinham do ocidente ao oriente, formaram outra coordenada que constituiria os fundamentos da nossa era.

Grandes mercadores eram também experimentadores na ciência física, como os fundadores da Royal Society de Londres.

Se os hábitos abstractos do pensamento, os interesses pragmáticos e as estimações quantitativas preparam o ambiente do capitalismo, não foram, porém os únicos como já vimos.

O desenvolvimento técnico influuiu sobre o capitalismo como o capitalismo sobre a técnica.

Se a indústria necessitava de grandes capitais, e tendia a crescer, graças à mecanização, o comércio oferecia também possibilidades de grandes lucros. A economia fechada, que então predominava, abria-se agora e procurava mercados, matérias primas. Os mercadores, trazendo novos materiais da Índia e das Américas, permitiam que se descortinassem novas possibilidades.

A máquina foi aproveitada, não para estimular o bem-estar social, mas para *aumentar lucros*, e em benefício das classes dominantes. A máquina, assim, trazendo em si êsse interesse privado, era desvirtuada. *As virtudes da máquina não são devidas ao capitalismo. A êste apenas se devem muitos de seus males.*

Convém que se note desde já um ponto importante: o capitalismo existiu em outras épocas, mas com *técnicas diferentes*.

A técnica permitiu que o capitalismo ocidental tomasse essa feição que conhecemos.

A técnica não depende do capitalismo, portanto, como julgam tantos, e entre êles Marx, que escreveu as páginas mais entusiastas sobre aquêlo. E tudo isso, aos poucos, iremos abordando para que se esclareça bem.

O mundo, para o homem religioso ocidental, não era a realidade que *aparecia*. Havia *outra-realidade* atrás desta.

As coisas permitiam que se vissem as intenções de Deus e o mundo era demasiadamente insignificante para ser valorado em extremo. A visão era mística, e só a valorização da visão natural e a libertação do misticismo dos números valorativos, como 3, 4, 7, 9, 12, poderia permitir a ciência de formar-se sob uma base realista. Neste ponto, o papel dos artistas do Renascimento, e antes até, é importantíssimo, e deve ser considerado como uma das coordenadas da economia moderna. O livreto de notas de Villard de Honnecourt, um mestre de obras, nos mostra em seus desenhos uma visão realista das coisas. Quando os jovens estudantes, em pleno século XIII, faziam perguntas e desejavam conhecer as condições do globo, eram criticados pelos mestres religiosos, apegados mais à Teologia e às explicações religiosas.

Os estudos sobre o corpo humano, o qual se pode, sob certo aspecto, considerar uma grande máquina, o desenvolvimento da anatomia e da fisiologia, a ânsia de conhecer o mundo, os animais, sua forma de vida, enfim o conhecimento intensivo e extensivo, da natureza, permitiram que Leonardo, por exemplo, construísse tão maravilhosos inventos. O desejo das descobertas, as grandes aventuras ataçavam o espírito humano ao conhecimento das coisas e não da divindade. Note-se que a máquina começou por imitar a vida, os homens e os animais. As primeiras máquinas tinham representações animais; só depois, no desenvolvimento da técnica e já em nossos dias, é que ela tomou esse aspecto puramente mecânico que hoje conhecemos.

* * *

Por não serem as máquinas mais feias e repulsivas que o corpo humano, tão desprezado por certos religiosos, êsses não a combateram, apesar de encontrar-se na Crônica de Nuremberg, em 1938, frases como esta: "o diabo é o realizador das máquinas e rodas que realizam estranhas acções e trabalho." Mas, nos mosteiros, entre os beneditinos, por exemplo, as máquinas eram construídas. Teve a máquina seu maior desenvolvimento nos mosteiros, nos campos de batalha e nas minas, e menor entre os camponenses, por serem mais conservadores.

Não se deve considerar o papel do protestantismo na formação do capitalismo ocidental como a predominante, mas apenas como um dos factores coordenados, como veremos. Escreve Mumford: "A vida, em tôda a sua variedade sensual e sua cálida delícia, foi excluída do mundo do pensamento protestante; o orgânico desapareceu."

"O tempo é uma coisa real: aproveite-o! O trabalho é uma coisa real: pratique-o! O dinheiro é uma coisa real: economize-o! O espaço é uma coisa real: conquiste-o! A matéria é uma coisa real: meça-a! Essas eram as realidades e os imperativos da classe média."

A mecanização cresce nas coisas e no espírito. O *orgânico* dos gregos e o *espiritual místico* dos primeiros cristãos é reduzido agora ao *meccânico*. Não era possível ao homem, imbuído pelas máximas do cristianismo, duvidoso

da carne pecaminosa, voltar aos gregos. O Renascimento foi assim um grande equívoco. E êle não voltava, êle apenas justificava, através da arte, uma nova visão da vida, que não era mais orgânica, pois procurava até no orgânico apenas o aspecto mecânico, extensista, quantitativo, e inibia, virtualizava, o intensista e qualitativo. Em "Filosofia e História da Cultura" examinaremos outros aspectos e outros factores do Renascimento.

Tudo tomava "fins práticos". Se procurarmos bem, veremos em Sócrates a origem dessa concepção. Ao desviar-se dos filósofos jônicos, preocupados com o mundo e o orgânico, Sócrates procurou o *lógico-extensista*, o mundo homogêneo das idéias, estável, imutável. O dinamismo do quantitativo só poderia surgir, como surgiu, na cultura ocidental, como já vimos até aqui e como veremos ainda, quando penetrarmos em outros *campos* e *planos* da Técnica.

* * *

São muito expressivas estas palavras de Galileu, que abaixo reproduzimos:

"Enquanto concebo uma substância material ou corpórea, simultâneamente sinto a necessidade de imaginar que em uma ou outra forma tem limites, que em relação com outras substâncias é demasiado grande ou pequena, que está neste ou naquele lugar, neste ou naquele tempo, que está em movimento ou em repouso, que toca ou não toca outro corpo, que é única, rara ou comum; e não me é possível, mediante um acto de imaginação, abstrai-la dessas qualidades. Contudo, não me encontro absolutamente obrigado a apreendê-la como se estivesse necessariamente acompanhada por certas características, como, por exemplo, a de ser branca ou vermelha, amarga ou doce, sonora ou silenciosa, de odor agradável ou desagradável; e se todos os sentidos não tivessem destacado essas qualidades, a linguagem e a imaginação, por si sós, jamais teriam podido descobri-las. Portanto, creio que êsses gostos, odores, côres, etc., com respeito ao objecto, no qual parecem residir, não são outra coisa que nomes. Só existem no corpo sensível, pois, quando se suprime a criatura viva, tôdas as qualidades desaparecem, embora nos tenhamos impôsto nomes particulares, e resultaria vão todo esforço para convencer-nos que de

facto existem. Não creio que exista nada nos corpos externos para excitar os gostos, os odores, os sons, etc., excepto o tamanho, a forma, a quantidade e o movimento.”

Está aí sintetizado o sentido quantitativo que tomaria essa fase mecânica, a qual começa hoje, por uma imperiosidade do espírito, a ser substituída, como veremos mais adiante.

* * *

Grandes inventos foram realizados nessa época, como também grandes antecipações foram propostas. Notemos estas palavras do monge Roger Bacon (1214-1294):

“Mencionarei agora algumas obras de arte maravilhosas e também algumas obras maravilhosas da natureza, que nada têm que ver com a magia, e que esta não poderia realizar. Podem fazer-se instrumentos graças aos quais grandes barcos serão guiados por um só marinheiro; tais barcos viajarão mais rapidamente do que se tivessem a bordo uma grande tripulação. Poder-se-ão construir carros que se transladarão de um lado a outro com incrível rapidez, sem a ajuda de animais. Talvez se construam aparelhos para voar, nos quais, o homem, sentado com toda comodidade e meditando sobre qualquer tema, possa bater o ar com suas asas artificiais, tal como o fazem os pássaros... e também máquinas que permitirão aos homens caminhar no fundo dos mares ou dos rios.”

O DESENVOLVIMENTO DA TÉCNICA

Tudo quanto estudamos até aqui foi para dar um panorama do pensamento europeu que serviu de preparação ao desenvolvimento da máquina e do mecanicismo, e que permitiu um grande salto qualitativo da Técnica, o qual será estudado no capítulo correspondente, quando examinemos as fases daquela, como também de suas profundas relações com a Economia. Não seguimos nesta explanação, até aqui, uma ordem cronológica, mas dialéctica. Procuramos fixar alguns *planos* e, ao fechá-los, abrir os sucessivos, com os retornos no tempo que se tornarem necessários.

Apresentamos uma visão geral do período de preparação para a máquina, que começa no século X, e termina no século XVIII.

* * *

Não se pode deixar de considerar a técnica mais primitiva, o emprêgo de objectos modelados pela natureza, pedras, conchas, para transformá-los em utensílios, e, com êles, cavar, partir, martelar, fiar e modelar até as ferramentas, segundo eram exigidas pelas necessidades e pelas habilidades do artesão.

Accidentes felizes, como o do fogo, e posteriormente o do vidro, permitiram transformações importantes do ambiente material. O uso do ferro meteórico, o emprêgo de fios cortantes que têm certas conchas são descobertas humanas.

A linha de desenvolvimento da civilização humana encontra-se nos vales, aproveitando os caminhos naturais dos rios ou à beira do mar. O trabalho nas minas é um dos mais primitivos, e tècnicamente ainda em nossos dias é realizado em geral por meios primitivos.

A necessidade de alimentos obrigou o homem a caçar, perseguir a caça, golpeá-la, firmar o olhar, ser hábil na construção de armadilhas, invadir, na perseguição de animais, as regiões de outros, e com êles ter conflitos constantes.

Nas selvas, aprendeu a tornar ôcas as árvores e transformá-las em canoas, inventou o arco e a flecha, o mais eficaz dos instrumentos primitivos, inventou os dispositivos para fazer o fogo, cortou as árvores, construiu a roda. Ao derrubar as árvores, deixou cair sementes no chão, e com elas descobriu a agricultura. Nos campos criou cabras e vacas, e inventou as formas primitivas do fuso e do tear.

A ordem e a segurança das civilizações agrícola e da pastoril representam o progresso mais importante observado no período neolítico. A estabilidade procurada permitiu que surgisse a vivenda, a comunidade permanente, uma vida de cooperação econômica e social. Posteriormente, surgiram os mercados, o intercâmbio.

Esses elementos da cultura primitiva nunca estão num equilíbrio completo. É o lavrador e pastor que ocupam as posições mais importantes, e é a agricultura que oferece as modalidades principais da vida, tanto na religião como nos conhecimentos da época.

As culturas de lavradores sofriam com os ataques vorazes dos caçadores e pastôres, que dilatavam seus territórios de caça, e em fases mais adiantadas, começaram a exigir tributos e a exercer o domínio sobre tribos inteiras.

Três culturas têm continuidade na história: as culturas pacíficas da Índia e a da China e a cultura urbana dos judeus.

As formas predominantemente militares foram sempre auto-destruidoras.

A Europa é a região de caçadores e de conquistadores de homens.

* * *

A primeira ferramenta eficiente parece ter sido uma pedra tomada pela mão humana e transformada em martelo.

O sílex era comum no norte da Europa. Ao partir-se, forma fios cortantes e, por isso, foi aproveitado para ferramenta. Com a ajuda do corno de rena e pedras, extraía o mineiro o sílex e, com o tempo, o martelo alcançou sua forma perfeita actual, em fins do período neolítico.

Oferece a indústria mineira, desde os tempos primitivos, grandes sugestões para a formação das idéias humanas, mas tais aspectos não poderão ser examinados aqui.

Como a civilização industrial de nossos dias está ligada à produção das minas, êsse tema voltará a ser examinado debaixo do ponto de vista técnico, sempre que necessário.

O trabalho nas minas é o mais penoso que se conhece. Os riscos são numerosos, os desastres quatro vezes mais numerosos que os de qualquer outra profissão. O mineiro vive num mundo estranho, de umidade, sombras, falta de ar, perigos. Não tem côres, luz diurna, formas, mas apenas matéria bruta, informada, terrivelmente a mesma.

Em suas fases primitivas, procurava o imprevisito, a fortuna, que poderia surgir de um momento para outro, e encontrava, a maior parte das vezes, o malôgro. As gerações de mineiros formaram uma psicologia tôda especial. Com as descobertas de uma maquinaria complicada de bombear água, ventilar a mina, com o aproveitamento da energia hidráulica para accionar os grandes fornos, tornou-se necessário o emprêgo de capital, que não possuíam os primeiros trabalhadores.

Desta forma, grandes capitais particulares começaram a ser aplicados na indústria da mineração, oferecido por patrões que não tomavam parte no trabalho, os quais, com o decorrer do tempo, foram apropriando-se plenamente da propriedade da mina e transformando os antigos patrões trabalhadores em meros assalariados.

No século XV, dá-se na Europa um grande desenvolvimento da indústria mineira, que, desde então, prosseguiu em ascensão. E agudizou a luta de classes. O desenvolvimento da indústria mineira atraiu o emprêgo de grandes capitais, graças aos lucros fabulosos que oferecia, levando também a conquista de outros territórios para explorarem

as jazidas minerais, provocando guerras de conquista. Se considerarmos que a mineração é a base das guerras modernas, e que para manter os exércitos são necessárias novas jazidas de mineral, vemos que os ciclos das guerras modernas formam um verdadeiro círculo vicioso: é mister minas para fazer a guerra, e fazem-se guerras para ter-se minas.

E como a guerra é um consumo completo, porque é um consumo total, é ela anti-econômica, e tem custado mais males à humanidade do que benefícios, tanto para vencidos como para vencedores.

Empregaram os homens, nas guerras, esforços combinados e reservas, que, se utilizadas fôsem para seu benefício, não para a sua destruição, outro seria o panorama da vida humana.

Embora seja uma verdade tão simples, não é facilmente compreendida nem aceita, por um lado, pela influência dos interesses criados e, por outro, porque, dizem alguns, a guerra estimula a criação de novos inventos. Um estudo, porém, consciencioso, nos mostrará que grandes inventos não foram criados propriamente pela guerra, mas sim guardados para ela, para os momentos oportunos, por aquêles que tinham interesses directos naquela.

O mineiro primitivo trabalhava para enriquecer, e o seu espírito impregnou o capitalismo e, assim como êste, sua concepção do valor é também meramente quantitativa, e quando estudemos êste tema, tão importante, teremos ocasião de ver a influência do mineiro sôbre a concepção do valor predominante na Economia Política.

Entretanto, a conquista do ambiente por meio de máquinas, deve-se à acção do madeireiro. A madeira presta-se à manipulação, e foi por isso o elemento que exerceu mais influência, e a matéria prima por excelência da produção. O aproveitamento da madeira e das condições oferecidas pelas árvores serviu para os empregos mais diversos. Por ser um material dúctil, por se prestar a uma grande variedade técnica, foi possível construir, não só instrumentos de trabalho, mas também casas, pontes primitivas, defesas, estacas e combustível, permitindo assim que êle de-

envolvesse a sua técnica e aproveitasse ainda mais as pedras e os metais. Os primeiros tornos foram feitos de madeira.

* * *

Grande é o papel da pilhagem na História, o que merece estudo especial. Foi um dos meios de poupar trabalho e a guerra permitiu obter mulheres, obter poder, pelo uso da força. Ante destas possibilidades, o caçador, à proporção que se desenvolvia, transformou-se em conquistador sistemático à procura de escravos, pilhagem, poder.

O desenvolvimento da guerra foi dando, aos poucos, uma superioridade ao soldado, e pelo progresso técnico, a sua capacidade de matar foi aumentada. Os povos agrícolas e pastôres não cavaleiros são em geral pacíficos, desejam a cooperação amistosa, e dêles saíram os grandes pregadores da paz e da cooperação entre os homens, como Moisés, Confúcio, Jesus, Rama, etc.

O desenvolvimento da guerra forçava um desenvolvimento da técnica, e esta, por seu turno, a própria guerra. Os primeiros altos fornos construídos na Europa foram destinados às fundições e à manufatura de material de guerra. A primeira grande indústria organizada foi precisamente guerreira. Como a guerra e o exército são consumidores puros, e oferecem maiores lucros às indústrias, como vemos exemplos extraordinários na história, provocam êles a construção das grandes fábricas de armas, realizadas por Colbert na França, as de Gustavo Adolfo na Suécia, e as de Pedro o Grande, na Rússia, onde uma única fábrica empregava quase 700 trabalhadores. Pode-se dizer que a primeira produção em série, organizada tecnicamente, deu-se na fábrica de material de guerra.

Tais factos vêm salientar a nossa "teoria da pilhagem" como facto da História, por oferecer ela a aquisição de uma soma maior de bens à custa de outros, com um menor emprêgo de esforços. É o que veremos em "Filosofia e História da Cultura".

Se nos recordarmos que Luís XIV tinha um exército de 100 mil soldados, e que o exército é um grande consumidor, cujo consumo não é reproductivo, podemos imaginar

que procura extraordinária de mercadorias estandardizadas êle exigia.

As necessidades individuais dos gostos eram postas de lado para atingir-se a uniformização, o que tinha fatalmente que levar à criação de uma indústria em série, já que o exército é um consumidor ideal, que tende a reduzir a zero o producto, e sendo todo-poderoso em suas exigências, e não olhando preços, foi êle o estimulador da indústria moderna.

Se observarmos também a psicologia do militar, se considerarmos as abstenções e cruezas bestiais dos campos de batalha, os excessos praticados após os combates, a exacerbação do erótico, o gasto descontrolado, o luxo, tudo isso tinha de provocar uma ampliação da produção. Num campo de batalha não se fazem restrições ao consumo. No decorrer da idade média, os senhores feudais e os grandes chefes militares procuraram, por todos os meios, aumentar o seu poder à custa dos outros. Tal prática levou os imperadores a centralizar o poder num poder superior, decorrendo daí a formação das côrtes. Estas, pela necessidade da magnificência, capaz de impressionar aos menores, foram levadas ao uso de um luxo desmedido. Os que se deixaram arrastar por êsse plano inclinado do luxo, acabaram por gastar mais do que podiam, terminando por comprometerem seus bens junto aos grandes banqueiros e mercadores, de quem obtinham empréstimos, acabando por se empobrecerem.

A conseqüência foi a decadência da classe dominante e o domínio econômico de uma nova classe detentora do capital, que, no século dezoito, já senhora do campo econômico, tornou-se finalmente senhora no campo político.

A aristocracia, levada pelo luxo, era obrigada a relacionar-se, por meio do casamento, com os mercadores e fabricantes. Com a vitória econômica e política da burguesia, esta transformou a classe aristocrática em subserviente, e permitiu que ela existisse enquanto não a prejudicou.

Acostumados ao luxo e ao consumo exagerados, a vitória da burguesia trouxe, como conseqüência, um aumento do consumo e da produção, do que em parte se aproveitaram as classes inferiorizadas.

A EOTÉCNICA

Foi Patrick Geddes quem dividiu as fases da Técnica em três: a *eotécnica*, a *paleotécnica* e a *neotécnica*.

Na realidade, Geddes estudou as duas últimas, tendo deixado de lado a fase preparatória anterior, que Mumford chamou de *eotécnica*, palavra formada de *eos*, que em grego quer dizer aurora, enquanto *paleos*, quer dizer antigo.

Essas três fases são sucessivas, mas superpõem-se uma à outra; isto é, estamos hoje, nos países mais civilizados, na *neotécnica*, mas ainda perduram elementos da *eotécnica* e da *paleotécnica*.

Cada fase tem sua origem em regiões determinadas e apresenta a tendência de aproveitar matérias primas especiais.

"Cada fase tem seus meios específicos de utilizar e gerar energias e suas formas especiais de produção. Finalmente, cada fase cria tipos particulares de trabalhadores, especializa-os de acordo com modalidades determinadas, estimula certas aptidões e atenua outras, e desenvolve certos aspectos da herança social."

Há exemplos que são claros: a pena de ganso é um producto da eotécnica; a pena de aço, da paleotécnica, e a caneta-tinteiro, da neotécnica.

A *eotécnica*, quanto à energia e os materiais característicos, é um complexo de água e madeira; a *paleotécnica*, um complexo de carvão e de ferro, e a *neotécnica*, um complexo de electricidade.

A chamada *biotécnica*, cujos traços gerais deixamos para mais adiante, será a época da energia atômica e outras energias a serem descobertas e controladas.

A eotécnica, no Ocidente, vai conhecer seu momento mais alto no período compreendido entre o ano 1000 ao ano 1750, que é o da *eotécnica superior*, e o anterior é o da *eotécnica inferior*.

Durante este período, foram aproveitados os problemas e as sugestões técnicas de outras civilizações. Nêle foram idealizados os principais inventos que condicionaram o desenvolvimento da maquinaria. Os trabalhos de Leonardo da Vinci, de Galileu, entre outros, mostram os pontos altos dessa época.

Foi um momento grandioso, apesar de seus malogros políticos, que realizou todo esse grande arcabouço da arte e da filosofia dessa época. Do ponto de vista sociológico, o Renascimento não foi a aurora de um novo dia, mas sim seu crepúsculo, afirma Mumford.

No terreno sociológico, o sentido orgânico dos gregos e dos romanos, fora substituído pela direção espiritual-mística do Cristianismo. Com o Renascimento, há um desejo de retorno ao orgânico, mas é já impossível, porque a vida e o mundo estavam irremediavelmente modificados pela visão cristã. Deu-se o inevitável: retiraram do orgânico helênico apenas seu aspecto *quantitativo*, o *mecânico*, que encerra o movimento, o dinamismo, já não vital.

As artes se debilitaram, e as artes mecânicas tiveram seu maior desenvolvimento. *O homem diminuiu no sentir, mas aumentou no poder.*

Tivemos, nas eras anteriores à eotécnica e durante a primeira fase desta, exclusivamente, o emprêgo da força física do homem, livre ou escravo, e a dos animais. Eram esses os geradores e productores da energia. No artesão, temos o exemplo dessa fase, onde se une a habilidade humana aos instrumentos de trabalho.

O período eotécnico mostra um aumento da utilização do animal para a produção da energia. A introdução da ferradura de ferro nos cavalos, aumentando seu poder de tração, permitiu maior rendimento, bem como o aproveitamento do arnês, no século X, que já os chineses conheciam duzentos anos antes de Cristo, o que permitia aos cavalos tirarem pelas espáduas, em vez de pelo pescoço, como era antes.

Foram usados os cavalos para mover os moinhos de trigo e para bombear a água. Com os cavalos, agora aproveitados, a agricultura teve um grande desenvolvimento, permitindo, por seu turno, que se pudesse criar mais cavalos, dadas as possibilidades maiores de alimentação.

Os progressos técnicos mais importantes se deram nas regiões, onde os rios são de corrente mais rápida, como o Ródano e o Danúbio, os arroios da Itália e nas regiões do Mar do Norte e do Báltico, açoitadas por fortes ventos. A nova civilização teve aí suas expressões culturais mais felizes.

As rodas hidráulicas, para levar água, foram descritas por Filon de Bizâncio, no terceiro século antes de Cristo.

No século XIV, o moinho de água era empregado nas fábricas de todos os grandes centros industriais, como Bolonha, Ausburgo, Ulm.

Em 1290, o moinho serviu para reduzir os farrapos de panos em uma polpa, que se convertia em papel, e foi empregado também para accionar máquinas portadoras das fábricas de ferro, para serrar madeira, para bater couros nos cortumes, para fiar sêda.

Em 1400 foi aproveitada para bombear água nas minas e nesse mesmo século empregaram-se moinhos de água para triturar minerais.

Graças a eles foi possível fazer foles mais poderosos, alcançar temperaturas mais altas, empregar fornos maiores, aumentando a produção do ferro. Esse aumento da energia e da produção possibilitou a maior difusão das populações e permitiu que houvesse maior equilíbrio entre as diversas regiões da Europa e entre a cidade e o campo.

Com a concentração do poder financeiro e político, nos séculos XIV e XVII, surgiram as grandes cidades de Londres, Amsterdam, Paris, Lyon e Nápoles.

Outra fonte importante de energia foi ministrada pelo vento. Em fins do século XII, os moinhos de vento propagaram-se rapidamente na Europa. Em 1438 criou-se a primeira turbina de vento que no século XVI tiveram maior desenvolvimento com os holandeses.

É nesta época que se dá o grande desenvolvimento industrial dos Países Baixos, centro de produção de energia, como seria a Inglaterra no regime do carvão e do ferro. Sendo uma região batida pelo vento, os moinhos, na Holanda, permitiram um grande desenvolvimento econômico, como também ganhar terra ao mar, evitando as inundações. Estas terras conquistadas ao mar, depois de extraído o sal, proporcionavam boas pastagens e eram de grande fertilidade.

Existia na Holanda, em 1836, doze mil moinhos, que forneciam uma força motriz aproximadamente de cento e vinte mil cavalos, o que era dez vezes maior que a força motriz de que dispunha a Alemanha na mesma época. Convém notar que o moinho, depois de construído, dá energia sem nenhum custo de produção, o que já não se verifica com a máquina a vapor que, no início, era custosa. Por outro lado, os moinhos de vento contribuía para enriquecer a terra e facilitavam a implantação de uma agricultura estável, enquanto as indústrias mineiras deixavam atrás de si ruínas e vilas despovoadas, além de terras cansadas e de matas derrubadas, devido ao grande emprêgo da madeira para a construção das galerias.

No século XVIII, a grande produção das indústrias têxteis decorreu da utilização da energia hidráulica.

Furneyron criara uma turbina hidráulica de grande eficiência e, em meados do século XIX, construíram-se turbinas de quinhentos cavalos de força (500 HP).

Pode-se concluir desta maneira, que a revolução industrial moderna podia ter-se registrado sem a necessidade da extração do carvão.

Já vimos que foi a madeira a matéria prima da economia eotécnica. Só no século XV, começam a aparecer as rólhas de cortiça, depois da invenção das garrafas de vidro. As máquinas empregadas na indústria eram feitas de madeira, como o tórno. Mas a necessidade de armaduras, canhões e balas de canhão, a necessidade de metais para a guerra, favoreceu o desenvolvimento da arte da mineração.

Foi o vento, a água e a madeira que se combinaram para uma produção técnica importante: a construção de

barcos. A arte da navegação desenvolveu-se extraordinariamente, graças aos grandes lucros que oferecia, e não só serviam aquêles para o comércio oceânico como também para os transportes regionais e locais, graças aos sistemas de canais organizados na Europa há muitos séculos.

A velocidade dos navios também foi aumentada. Outra matéria de grande importância na economia eotécnica, que permitiu empregos dos mais variados, foi o vidro, um descobrimento feito pelos egípcios ou provavelmente por povos mais primitivos.

No século XII, teve a indústria do vidro um grande desenvolvimento, que colimou, no século XIII, com as famosas fábricas de vidro de Murano, perto de Veneza. O vidro mudou completamente o aspecto da vida doméstica, sobretudo nas regiões onde imperavam longos invernos e dias nublados.

O vidro das janelas permitia uma visão da natureza emoldurada e das suas perspectivas, o que influiu na transformação da pintura do século XV em diante. Com o vidro, surgiu a descoberta das lentes e, em 1615, Johann Lippersham inventou o telescópio, permitindo a Galileu as suas observações astronômicas.

Outro holandês, Zacarias Jansen, inventou o microscópio composto, e provavelmente também o telescópio. Essas invenções permitiram estender o macrocosmos e o microcosmos, isto é, o mundo do imensamente grande e o do imensamente pequeno. Desta forma, a concepção do espaço modificou-se radicalmente.

Tudo isso facilitou o advento das teorias de Leibnitz.

Com o vidro, a visão ampliou-se mais, tornando-se um órgão ainda de maior valor para o homem. Com o vidro, a química obteve o seu grande progresso, por ser êle um corpo de propriedades únicas, não só transparente, como por não ser afetado pelas composições químicas. Além de neutro às experiências, permitia que o observador as acompanhasse com os olhos. Ademais, por ser passível de sofrer temperaturas relativamente altas, e ser um grande isolador, o que seria importante no século XIX, permitiu, além da criação da retorta, do frasco de destilação, do tubo de ensaio, do barômetro, do termômetro, das lentes também, e na

neotécnica permitiu a formação das lâmpadas de luz elétrica, dos tubos de raio X, etc.

Poderia acaso a ciência ter-se desenvolvido tanto sem o vidro?

O vidro, além disso, permitiu que através da luz por êle coada se percebesse melhor o pó que bailava no ar. A necessidade de mantê-lo limpo, para que por êle se coasse a luz, veio trazer um sentido de higiene muito mais alto, e, então, "a janela limpa, o assoalho lavado, os utensílios brilhantes foram a característica do lar eotécnico."

Ofereceu uma imagem muito mais nítida das feições humanas e desenvolveu, assim, uma consciência muito mais profunda do eu, do introspectivo, que tanto influiu na obra de Rembrandt e dos retratistas.

Muitos mistérios da Natureza tornaram-se transparentes pelo vidro, e é de salientar-se que um Spinoza, além de holandês, era um polidor de lentes.

A centralização, que se verificava nesta época, permitiu uma monopolização do poder das corporações e também do monarca absoluto, e das idéias de uma harmonia universal encontraram então campo para se desenvolverem, como veremos.

Já vimos quanto deve a *eotécnica* ao relógio, mas outro invento veio permitir uma transformação imensa nas condições do mundo eotécnico: foi a imprensa, que desenvolveu uma série de outras indústrias, como a do papel. A imprensa permitiu o desenvolvimento da cultura e da educação e, conseqüentemente, de novas necessidades humanas.

PALEOTÉCNICA

A Revolução industrial, em meados do século XVIII, transformou o modo de pensar, e também os meios de produzir e as maneiras de viver.

Estávamos em face de uma *quantificação* crescente da vida e os êxitos eram desde então, medidos apenas pelo *quantitativo*.

De 1760 em diante, os inventos se sucedem. A nova fase técnica tem lugar na Inglaterra. Neste país, o regime eotécnico havia deitado poucas raízes. Por isso foi fácil aceitar a nova fase.

A Inglaterra era um país atrasado economicamente, razão por que não opôs resistência ao novo desenvolvimento da técnica.

A indústria paleotécnica surgiu da derrocada da sociedade europeia e auxiliou a aumentar essa derrocada.

O interesse humano, em vez de dirigir-se aos valores da vida, transferiu-se para os valores pecuniários. Surgiram novas cidades industriais e a exploração do carvão, como combustível para as máquinas a vapor, era a grande fonte de negócios. As operações eram monótonas e a vida, nessas cidades sujas, era a mais cruel que se poderia imaginar. Quatorze a dezesseis horas de trabalho era o comum, e os operários alimentavam-se muito mal.

Os salários, que nunca haviam sido suficientes para manter um nível de vida normal, haviam ainda baixado com o advento da nova indústria. Eram tão baixos, que não obrigavam os burgueses a melhorar sua indústria, porque admitiam lucros espantosos. Colaborava o Estado com essa situação das coisas, e o empobrecimento dos trabalhadores agrícolas, que vinham aumentar o exército dos que necessitavam de trabalho, contribuía também para que os salários fôsem cada vez mais baixos.

Além disso, a natalidade foi extraordinária. Tal facto tem sido mal explicado e as razões oferecidas não satisfaziam. Mas é aceitável compreender que muitos factores influíram.

De um lado, a vida de misérias do proletariado, que procuraria uma evasão prazenteira ao desprazer da vida na fábrica ou na mina.

E o amor sexual era um recurso para esquecer, naquele instante ao menos, a tortura da miséria espantosa dessa fase da paleotécnica.

(Estudos modernos comprovam que a natalidade cresce com o crescimento da miséria).

Com o amor, vieram os filhos. Mas êstes, com o tempo, serviam para ajudar os pais desempregados, porque as crianças, desde os mais tenros anos de idade, iam para as fábricas trabalhar. E trabalhar numa fábrica ou numa mina significava a miséria inevitável. Era preciso muita sorte e muita astúcia para evitar essa desgraça.

Essa fase não teve paralelo na história da civilização. "Não se trata de uma recaída na barbárie, devido à decadência da civilização, mas a um *sobreerguimento* da barbárie, apoiada pelas mesmas forças e interesses que, originalmente, haviam sido aplicados à conquista do meio e à perfeição da cultura humana" (Mumford).

A paleotécnica teve seu momento mais alto na Inglaterra. O espírito dela ainda perdura, bem como essa fase. Vemo-la na China e também aqui, no Brasil, onde, se não fôsem as leis trabalhistas, teríamos vivido, em grau talvez mais terrível, a miséria que viveu o proletariado inglês da paleotécnica. Essas leis impediram em parte a exploração em massa, que a indústria paleotécnica brasileira fatalmente realizaria. Vivemos, em espírito, paleotécnicamente, pois o desejo do *lucro imediato* e *desenfreado* predomina entre nós, mas, na indústria, graças a essas leis, com todos os seus defeitos vivemos já em parte, a neotécnica, e para ela marchamos.

O que prejudicou o progresso neotécnico brasileiro foi o campo não ter acompanhado o mesmo ritmo, e ter permitido que homens famintos venham para a cidade competir no mercado do trabalho e baixar os salários.

Na Rússia, cuja mentalidade é inteiramente paleotécnica, porque o marxismo é uma filosofia do *proletariado da paleotécnica*, e por isso uma filosofia ultrapassada em quase todos os seus aspectos, assistimos ao domínio da mesma mentalidade mecânica quantitativista.

Note-se que o mecânico encerra o quantitativo.

Na eotécnica havia o mecânico, mas *qualitativo*, como já vimos.

Na paleotécnica, é o domínio do mecânico quantitativo. Os planos quinquenais russos dão resultados quantitativos, mas falham fragorosamente no *qualitativo*. O povo russo, apesar de haver atingido a um alto progresso material e paleotécnico, vive numa das situações mais inferiores do mundo.

Tal não se dá porque assim o queiram pròpriamente os dirigentes, mas apenas porque a economia, seguida pelos cânones de Marx, é uma economia quantitativista. Em breve veremos, quando analisemos a economia russa, através de suas instituições, como tal visão deformada condiciona os gravíssimos erros, pois ali, contrariando tôdas as idéias de Marx, é a Política que dirige a Economia e não a Economia que dirige a Política.

O carvão já era conhecido muito antes de Cristo, e usado pelos ferreiros, mas em 1709, graças à invenção de Abraão Darby, foi possível a construção de altos fornos de muito rendimento. Só em 1760 é que chegou o invento à sua maior capacidade de produção. Note-se que, nesta época, se desenvolve a grande natalidade na Inglaterra.

O capital financeiro põe-se a explorar os campos carboníferos, em vista dos lucros espantosos que tal exploração oferecia.

O século dezenove é um século da extração do ouro, do ferro, do cobre, do petróleo e do diamante, enquanto o século dezoito iniciara a exploração do carvão de pedra. Com a máquina a vapor e o carvão, podia a indústria pesada conhecer um desenvolvimento espantoso, e, para diminuir as despesas de transporte, concentrou-se perto das grandes jazidas carboníferas, a cidade típica da paleotécnica, a cidade-carvão, a cidade suja.

O espírito quantitativo tinha que ser exacerbado e justificado pelas próprias experiências gigantescas. Primei-

ro: a concentração da indústria, crescimento conseqüente das fábricas. E como a máquina a vapor exigia uma tensão constante, surgiu a conveniência de se criar máquinas cada vez maiores. Esse processo aumentativo, quantitativo portanto, aparecia aos olhos de todos como um progresso, e daí para considerar-se o progresso apenas sob o ângulo *quantitativo* era um passo.

Temos, então, as máquinas de vapor gigantes, as fábricas gigantes, gigantes granjas de exploração, altos fornos. O maior substituiu o menor. Com a invenção das estradas de ferro e do transporte mais barato, grandes populações agrícolas empobrecidas passaram a se transferir para as cidades industriais, aumentando, assim, o mercado do trabalho. A guerra dá à paleotécnica uma transformação espantosa. Os grandes fornos permitem dar mais aço e ferro, e mais barato, aos grandes exércitos, canhões maiores, navios de guerra maiores e mais equipados, e um novo sistema de estradas de ferro torna possível transportar maior número de soldados para os campos de batalha.

O que é espantoso na paleotécnica é a destruição, o desperdício.

As cidades paleotécnicas, sem sol e sem ar, submissas sob a fumaça das fábricas, chaminés fumegantes de gases tóxicos, que exerciam uma acção corrosiva sobre os vegetais e a vida humana, mereceram ditirambos de muitos escritores, mas hoje nos causa calafrios a memória dessa época de desperdício.

No século passado, calculou-se que só nos Estados Unidos, por ano, o desperdício atingia a duzentos milhões de dólares.

A economia paleotécnica era uma economia de desperdício e de sujeira, em que até os cirurgiões, para testemunhar a sua longa prática, orgulhavam-se das manchas de sangue e de sujeira dos seus aventais. Tal facto se dava nos hospitais das classes mais elevadas. Imaginai agora o que seria nos hospitais das classes pobres.

Para se ter uma idéia dessa época e a que ponto levou a degeneração do trabalhador, e ofendeu a dignidade humana, basta reproduzirmos estas palavras de Ure: "É mister realizar a distribuição dos diferentes membros do aparelho conjunto cooperativo para accionar cada um dos órgãos com delicadeza e velocidade apropriadas, e acima de tudo, en-

sinar aos seres humanos a renunciar aos seus desordenados hábitos de trabalho e amoldá-los à regularidade invariável do complexo automático" que acentuam a grande dificuldade que êle notava. E prosseguia: "assim se deve proceder devido à imperfeição da natureza humana, pois sucede que quanto mais hábil é um trabalhador, tantas maiores probabilidades tem de chegar a ser obstinado e intratável e, conseqüentemente, menos adequado para o sistema mecânico dentro do qual... que, em última análise, causar grandes prejuízos."

Vemos que o requisito para a fábrica paleotécnica é a falta de habilidade, a disciplina miserável e cega, e a supressão de qualquer ocupação optativa. O operário era reduzido, assim, a uma peça do maquinismo; não podia trabalhar a não ser prêso a uma máquina. Assim a miséria, a ignorância e o temor eram os fundamentos da disciplina industrial, permitindo a formação da produção em série, o que impedia ao operário a satisfação que tinha o artesão independente, que podia deter-se no trabalho quando assim o quisesse. Com a produção em série, tal tornava-se impossível e prejudicial.

As grandes greves que se verificaram neste período, tiveram as melhorias na produção. Também nunca foram repelidas com tanta energia, como nessa época, pela polícia a serviço do capitalismo paleotécnico.

As grandes cidades da paleotécnica mostravam os bairros de miséria mais espantosos que já existiram em qualquer época na humanidade. A adulteração dos alimentos foi a mais completa e apoiada até nos parlamentos pelos representantes do povo (temos, aqui, exemplos também). O álcool fazia estragos espantosos, o sexo degradou-se ao extremo, e nas minas e fábricas o acto sexual era praticado com a maior brutalidade. Em algumas minas, as mulheres inglesas trabalhavam nuas e rebaixadas a um grau de indignidade poucas vêzes conhecido entre os escravos da antiguidade. O aborto era geral e os mestres de fábrica abusavam das suas condições, pervertendo jovens.

Cresceram os lupanares, mas também cresceram as reacções morais.

Nunca se combateu tanto o sexo, e os moralistas, que se esqueciam da indignidade da exploração humana, queriam acabar com os efeitos, sem procurar acabar com as causas.

A moda dessa época desvirtuava totalmente a beleza feminina, deformando-a monstruosamente. Esta época, no entanto, de sujeira, de imundície, julgava-se *progressista*, e acusava a idade Média da sua falta de higiene.

Desejariamos muito falar da idéia do progresso, êste grande mito da paleotécnica. Mas, fixemos apenas alguns aspectos, tais como êste: a paleotécnica tinha uma concepção apenas quantitativa do progresso, e homens como Ruskin e Nietzsche, que tanto combateram esta época, foram obrigados a viver na solidão. A justificação maior da exploração humana fundava-se no postulado da supervivência do mais apto; do domínio do mais forte.

A luta de classes assumiu proporções espantosas, e aguçou-se a ponto de levar aos embates mais sangrentos os trabalhadores do mundo inteiro. Foi durante êsses embates que, em Rochedale, na Inglaterra, por ocasião de uma greve, surgiu a idéia, já velha, mas com novas formas, da *cooperação*. Aquêle pequeno punhado de homens, que uniram seus esforços para um bem comum, haviam de semear os elementos de uma nova era, a era da cooperação, a era da biotécnica, que ingressamos agora, aos poucos, e da qual trataremos em lugar oportuno.

Foi a paleotécnica a época dos políticos mais sórdidos da história. Nunca a política desceu a graus tão baixos. Em nossa política, dominada pelo espírito da paleotécnica, temos êsses exemplos, e não devemos esquecer que o que sucede entre nós é consequência dêsse espírito de lucro desenfreado e de aventurismo sem peias, que a paleotécnica permite e alimenta.

Quando estudemos analiticamente a Economia, veremos quanto o espírito paleotécnico influiu nesta, pois é nesse período que ela se estrutura, porque é nêle que o econômico se apresenta mais agudamente aos olhos de todos. Daí a actualização do econômico procedida pelos liberalistas e marxistas.

As interpretações de Marx, imbuídas dêsse espírito, representavam, ante as co-variantes dessa época, um estudo crítico coordenado do capitalismo paleotécnico. Mas surge, depois, uma transformação radical, profunda e muito maior do que poderia parecer, como o advento de uma verdadeira revolução na técnica que, aos poucos, irá transformando totalmente o panorama do mundo. É a Neotécnica.

NEOTÉCNICA

Nesta fase penetramos, e já a iniciamos no Brasil, cujos frutos espectaculares são apresentados sobretudo nos Estados Unidos, na Suécia, na Alemanha Oriental, na Noruega, na Holanda, na própria Inglaterra, etc.

Essa época, mais curta que a outra, está sendo substituída em muitos aspectos, pela *biotécnica*, a fase prevista por Kropotkine, em que se dará a incorporação do orgânico ao mecânico, a fase verdadeiramente concreta, e que será o comêço de uma nova aurora para a humanidade, depois de destruído, de uma vez para sempre, o espírito e as formas de vida, e de exploração paleotécnicas. Estudemo-la:

Essa fase, vem das concepções geniais de Bacon, Leonardo, Galileu, Lord Verulam, Glanvill, Porta e outros filósofos e técnicos do século XVI. Nas obras de Cellini e de Miguel Ângelo, muito já transparecia dessa época. Ainda predominam entre nós as concepções bárbaras da paleotécnica, sobretudo no terreno da luta de classe e das lutas nacionais. Uma pergunta logo surge: quando se iniciou a neotécnica?

Não teve, pròpriamente, um início determinado, mas uma série de inventos foram permitindo que ela surgisse e que se modificasse também a mentalidade humana, pela actualização do que havia ficado inibido durante o predomínio quase total da paleotécnica.

Os inventos de Furneyron, de que já falamos, os de Faraday, o isolamento da benzina, que permitiu o aproveitamento comercial da borracha, as descobertas de Volta, Galvani, Oersted, Ampère, Ohm, o electromagnetismo, as experiências de Joseph Henry, a pilha eléctrica, o acumulador, o dínamo, o motor, a lâmpada eléctrica, o espectroscó-

pio e a doutrina da conservação da energia, tudo isso influiu para modificar o panorama da Técnica. Essas invenções, no período de 1875 a 1900, começaram a ser empregadas na indústria, ainda paleotécnica, para influir na sua transformação rápida, apesar das resistências e do espírito bárbaro que ainda predomina. A primeira Guerra Mundial nos mostra talvez o marco dêsse início, embora a neotécnica ainda não tenha alcançado o seu apogeu, devido às resistências políticas e aos interesses criados.

Cabe à Ciência um grande papel nessa fase. Os trabalhos de um Pasteur, de um Clerk-Maxwell, de um Hertz, de um De Forest, de um Niels Bohr, Einstein, Mach, Planck, Edison, Baekland, Sperry, Lord Kelvin, Michell, Papin, Bell, Gibbs e de muitos outros, dos grandes institutos e universidades, as acções de grandes homens como Siemens, Schuckert, Krupp, Steinheil, Morse, Telsla, permitiram que novas fontes de energia fôsem descobertas, sobretudo com o aproveitamento das forças electro-magnéticas, que iriam transformar totalmente o aspecto do mundo.

Muitas fontes de energia ainda não foram aproveitadas, como a luz solar, senão em fraca intensidade. Mas as quedas d'água tiveram um aproveitamento novo e extraordinário, permitindo que países, sem os combustíveis clássicos da paleotécnica, pudessem tornar-se industriais, passando da eotécnica para a neotécnica, como a Holanda, Suécia, Suíça, Noruega, Finlândia, sem passar pela barbárie da paleotécnica e, conseqüentemente, atingir a um nível de vida mais alto que os países onde ainda a paleotécnica continua fazendo seus estragos pavorosos. Imagine-se a possibilidade imensa da América do Sul, dotada de um potencial hidráulico extraordinário, ainda não devidamente aproveitado pelos entraves que oferece obstinadamente a mentalidade e os interesses paleotécnicos.

A transmissão da força permitiu a descentralização. Imagine-se se as fábricas Ford tivessem que se concentrar, acumulariam elas, com as subsidiárias, milhões de trabalhadores.

A transmissão da força permitiu libertar o homem das concentrações da paleotécnica e das cidades sujas de carvão e fumaça.

O proletariado pôde retornar para mais perto do campo, e ter possibilidades de uma vida mais humana e mais saudável. A higiene nas fábricas pôde ser maior. Os planos de organização das mesmas poderiam ser totalmente modificados, permitindo, também, o aumento da produção que atingiu uma percentagem elevadíssima. Pequenas unidades de produção podem ser utilizadas por grandes unidades de administração, comunicações mais rápidas, supervisão, mais técnica. A electricidade não exige, como a máquina a vapor, que à sua volta se concentre a produção.

Ambientes mais distantes e mais vastos podem ser usados, portanto mais ar, mais luz, mais saúde.

Mas, o que caracteriza sobretudo a neotécnica é a *luta contra o desperdício*. O aproveitamento dos bens é integral. Enquanto na paleotécnica se envenenam os rios, arroios, o ar, a neotécnica limpa, higieniza, porque aproveita tudo. Pequenas oficinas podem ser criadas, e o operário pode deixar de ser apenas uma engrenagem para tornar-se também criador, porque procura-se novamente aproveitar a sua inteligência. Por outro lado seu esforço é menor, seu trabalho mais leve, mesmo quando automatizado. Desta forma, a indústria da neotécnica torna-se capaz de produzir, com 10% de homens, uma produção multiplicada.

Benjamin Franklin já imaginava a organização do trabalho e a eliminação das classes possuidoras, e que seria possível produzir tudo quanto é necessário, trabalhando cada operário apenas cinco horas por dia. Hoje, cálculos mais perfeitos, mostram que bastaria apenas duas horas, numa produção neotécnica, apesar de terem aumentado os nossos padrões de consumo.

O progresso da química, de 1870 em diante, permite um aproveitamento integral, e o desperdício pode ser anulado. Cresce o número de técnicos; a competência afirma-se. Novos metais são descobertos e outros são aproveitados para fins industriais, sobretudo os metais leves. Uma série de compostos sintéticos suprem o papel, o vidro e a madeira: o celulóide, a vulcanita, a baquelita e as resinas sintéticas, irrompíveis e elásticas, imunes à acção dos ácidos, prepararam uma nova era. Graças à electricidade, o cobre e o alumínio tomam um papel importante. O tântalo, o tungstênio o tório, o cério, o irídio, a platina, o níquel, o vanádio,

862



o magnésio, o cromo, o selênio surgem para a indústria. O amianto, a mica, o cobalto, o rádio, o urânio, o hélio, o molibdeno começam a ter possibilidades imensas.

Abrem-se as fronteiras, apesar dos nacionalistas extremados e bárbaros. Os inventos novos vão beneficiar os povos de todo o mundo.

A Ciência rompe as fronteiras e trabalha para a Humanidade.

O amplificador de De Forest e a válvula de Fleming criam possibilidades imensas.

Da fase criadora da química que continua, temos agora a fase da Fisiologia, da Biologia e da Psicologia. O orgânico retorna para incorporar-se ao mecânico, e inicia-se a preparação de uma nova fase do futuro, a *biotécnica*.

O automóvel e o aeroplano, de 1910 para cá, conhecem progressos extraordinários. A radiotelegrafia invade o mundo, a cinematografia cria possibilidades educacionais ainda não aproveitadas pelo entrave do espírito paleotécnico. A câmara fotográfica permite a formação de uma visão nova das coisas e do mundo. A mortalidade decresce, a eugenia avanta-se, a higiene melhora, a cirurgia realiza milagres e os aspectos mais belos da eotécnica podem novamente encontrar campo para suas plenas realizações. A fertilização dos campos aumenta, a alimentação torna-se mais racional, as habitações melhoram de condições.

No entanto, a predominância do espírito paleotécnico na Política e na Economia não permite que ingressemos de cheio nessa fase.

Ainda se favorecem as concentrações humanas. Moscou abre subterrâneos para aumentar e facilitar o desenvolvimento ciclope da sua metrópole. Grandes fábricas, sob as normas da paleotécnica, ainda são construídas.

O manchesterismo continua ainda fazendo seus estragos e as lutas de classe não permitem que os homens actualizem senão os seus ódios e seus ressentimentos. Mas aqui já penetramos em outro terreno que será tratado oportunamente.

Só poderemos penetrar como se deve no terreno das Idéias Políticas se as precedemos dos estudos fundamentais, como os que tivemos oportunidade de fazer.

No desenvolvimento das idéias políticas dos chineses, hindus, egípcios, gregos e romanos, aproveitaremos aqueles aspectos que ainda têm actualidade para nós.

E' natural que a nossa atenção se enderece sobretudo para o que constrói a nossa época, tão rica de idéias diversas e de tantos embates.

O estudo acurado das idéias políticas, que germinaram do Renascimento até os nossos dias, é inseparável das coordenadas sociológicas, econômicas e históricas, pois são elas, na verdade, campos onde se processam diversas relações humanas, que se formam nesse período tão importante. Elas nos dizem respeito mais de perto, em face da influência que tais factos exercem nesta hora conturbada de nossa vida, em que todos sentem que grandes acontecimentos nos esperam, e nem todos são capazes de se guiarem com cuidado pelo emaranhado de idéias, que disputam entre si a primazia, e o que é mais grave, a posse de uma verdade absoluta.

SÍNTESE HISTÓRICA DOS SISTEMAS ECONÔMICOS

Freqüentemente se divide a História Geral nos seguintes períodos: Antiguidade, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea.

Outros dividem as duas últimas fases em Renascença e Tempos Modernos. Não trataremos aqui das críticas que se fizeram a essa divisão um tanto arbitrária. O conceito de cultura, como a greco-romana, a mágica (árabe), a egípcia, a chinesa, a hindu, a fáustica, a maia, etc., também mereceria críticas muito sérias, o que fazemos em "Filosofia e História da Cultura".

Vamos deixar à História o que a ela pertence, e nos dedicaremos à história dos sistemas econômicos, aproveitando a divisão de fases, como já fizemos, da Técnica. A primitiva é a que pertence à Antiguidade em geral, a eotécnica, que vai do século X ao século XVIII; a paleotécnica, do século XVIII até nossos dias; e a neotécnica, que começa no século XX.

Essas fases não têm limites definidos e claros; elas se interpenetram, pervivem umas nas outras, e só as distinguimos claramente pelos grandes inventos que as fundamentam e pelos seus estágios de apogeu. Aproveitamos a divisão técnica apenas como mais fácil para o estudo que ora empreendemos, embora não tenha tal divisão o rigor desejado.

ASPECTOS ECONÔMICOS GERAIS DO HOMEM PRIMITIVO

É muito freqüente ouvir-se dizer que o homem primitivo era egoísta e sua actividade econômica cingia-se apenas à satisfação de suas necessidades individuais. Tais afirmativas, são desmentidas pelos estudos antropológicos. O con-

sumo é familiar e há pleno apoio-mútuo entre os primitivos, quando formam uma família ou um grupo mais complexo (tribo).

Também se julga que houve anterioridade na propriedade individual e também não. As investigações revelam que há uma propriedade comum ou colectiva, que há propriedade pessoal e propriedade familiar, combinadas de diversas maneiras. É comum também afirmar-se que o primitivo é imprevidente e não faz reservas. Tal também não se verifica, senão em casos raríssimos e bem duvidosos. Eles fazem provisões de armas, e de bens de consumo.

Quanto à teoria do *trabalho-esporte* (do *ludus*, brinque-do, divertimento), isto é, de que o trabalho nascera do esportivo, também não resiste aos factos, porque se o esportivo influíu em grandes transformações colectivas e grupais, não poderia criar o trabalho, imprescindível à actividade econômica.

Outro êrro é considerar que há uma evolução na vida econômica de carácter rectilíneo e num único sentido. Há marchas e contra-marchas, avanços e recuos, formas mais complexas, substituídas por outras mais simples.

Tivemos, na História, fases de grande desenvolvimento, com bancos de crédito, títulos, processos complicados, e fases posteriores em que tais sistemas são abandonados.

No Império romano, vimos uma fase de economia monetária bem complexa, que, no fim desse mesmo império, regressou à economia em natureza, com pagamentos, por exemplo, aos funcionários públicos, com bens de consumo.

Quanto à extensão territorial da economia, costumam subdividi-la em:

- a) *economia doméstica*, quando não se estende além da família ou da tribo;
- b) *economia urbana*, quando as cidades vivem dos recursos dos campos que as cercam, sem maiores relações com outros centros urbanos;
- c) *economia regional*, a que apreende uma unidade territorial mais vasta, como o país, grupos de economias regionais e urbanas.

Esta classificação apesar de unilateral e incompleta, é a frequentemente usada e serve para expressar certos períodos.

Não se julgue, porém, que, na História, se dê uma forma de economia, que é substituída por outra superior. Elas vivem muitas vezes juntas.

Quanto às *formas de produção e de distribuição*, podemos classificá-las assim:

Chama-se *forma de produção* o conjunto estrutural das actividades e respectivas instituições, por intermédio das quais os bens são modificados, a fim de se tornarem aptos ou mais aptos à satisfação das necessidades. E *forma de distribuição*, o conjunto dos mecanismos e instituições pelas quais o producto é dirigido para os diferentes agentes, que facilitam o seu surgimento no mercado.

Podem dar-se aqui dois casos:

- 1) quando os meios de produção e as forças de trabalho estão à disposição do mesmo agente ou da mesma categoria de agentes económicos, ou
- 2) quando estão à disposição de agentes separados e distintos.

Com essa classificação, já se nos torna fácil compreender os sistemas:

- a) economia fechada
- b) economia artesanal
- c) economia capitalista

A primeira e segunda destas formas de actividade económica *não se opõem exactamente*.

Nestas, os meios de produção e as forças de trabalho estão à disposição do mesmo agente. O senhor feudal dispõe dos meios de produção e das forças de trabalho. O artesão também dispõe de ambos.

No sistema capitalista, o capitalista dispõe dos meios de produção; não das forças do trabalho.

Esta classificação é completada por elementos *técnicos, políticos e sociais*, como estudaremos, bem como outros aspectos que examinaremos a seguir.

Vejamos agora o que é um *sistema económico*.

Caracteriza-o os fins da actividade económica, os *móveis dominantes*, a forma de produção e distribuição e a organização política, social e jurídica que a regula, formando uma unidade menos coerente e coesa aqui, que propriamente, é o *regime económico*.

Podemos classificá-los em:

- 1) o sistema de economia fechada;
- 2) o sistema de economia artesanal;
- 3) o sistema capitalista, com suas subdivisões;
- 4) o sistema socialista de planificação total.

A ECONOMIA FECHADA

Neste sistema, o trabalho e os meios de produção pertencem ao mesmo agente ou então a uma só e mesma categoria de agentes.

É a agricultura a forma de produção predominante, e exercida por pequenos proprietários independentes ou senhores feudais. No caso do pequeno proprietário, quando subsiste, é ele senhor do capital, da terra e da força de trabalho, como se vê no sistema das colónias do sul do Brasil.

O senhor feudal dispõe dos meios de produção, é proprietário dos bens e tem amplos direitos sobre as pessoas e sua actividade.

No capitalismo, o capitalista, industrial ou comercial, aluga a capacidade de trabalho do operário.

O senhor feudal não paga o trabalho; este é pago pelo próprio trabalho. Recebe em productos ou serviços que, com o desenvolvimento da Economia, se transformam em prestações pecuniárias. Neste caso, não há separação jurídica nem separação económica entre factores de trabalho e capital.

A economia fechada não favorece a exportação. A maior parte dos bens são empregados para a satisfação das necessidades dos individuos que nela trabalham.

Aqui a adaptação da oferta e da procura não se realiza pelo mecanismo dos preços, nem sequer sob a acção do valor de troca.

As necessidades são conhecidas por experiência. Cuida-se de cobrir as necessidades do senhor e dos camponeses.

Não se trata de obter benefício sobre um mercado. Quem regula essa economia é o valor de uso, o valor dos bens produzidos para os que habitam o domínio, e não o valor de troca.

É uma economia da necessidade e não uma economia da procura.

Considera-se a procura a acção de indivíduos que se apresentam num mercado para obter os bens que necessitam, no limite de seu poder de compra.

Quanto à actividade económica, a produção, a troca e a distribuição realiza-se no domínio rural. A fracção do producto total, que cabe ao senhor e a que cabe aos camponeses são determinadas autoritariamente pelo senhor, com certa obediência às prescrições costumeiras.

Há certa semelhança entre a economia fechada e a economia colectivista, e planificada, como na Rússia, onde o granjeiro é obrigado a dar ao Estado sua contribuição de manteiga e de carne ou o equivalente em rublos, conforme o número de cabeças de gado que possua. Essa quantidade é determinada autoritariamente pelo Estado.

Nesta economia, a sua base técnica é a ferramenta, ainda rudimentar. A técnica é pouco progressiva, os inventos são pouco numerosos e pouco importantes.

Psicológicamente, seu fim consiste na busca de bens e serviços necessários para atender a subsistência do camponês e para manter o padrão de vida do senhor. Não busca o máximo de vantagens, mas evita riscos e perdas, por isso não há também o desejo do agente económico procurar o maior ganho expresso em moeda, como no capitalismo.

Temos os seguintes exemplos históricos dessa economia: As "villas" carolíngias, a mansão medieval inglesa, as mansões, as casas grandes e grande parte do sistema feudal, quer na Europa, quer aqui, e em outras partes do

mundo. Temos, hoje ainda, exemplos de economia fechada a par de outros sistemas ainda vigorantes, sobretudo entre nós.

Percebe-se nessa economia:

- a) a produção tende à satisfação directa dos que nela tomam parte, sem recorrer ao mercado;
- b) não há indicação de preços, porque os bens não se destinam ao mercado.

Aqui, podemos ainda esclarecer: a economia fechada pode ser: de um domínio fechado, de uma vila fechada, de tribo ou de clã, economia familiar fechada de cidade. Tais esferas ainda as encontramos nos dias de hoje.

Há, contudo, comércio exterior, mas vejamos as suas características:

- a) não é um comércio à semelhança do capitalista, porque

1) os produtores, que vendem ao exterior, não escolhem suas mercadorias tendo em vista o mercado. Eles procuram satisfazer suas necessidades. Quando a produção supera, empregam o supérfluo para a troca externa. Mas o que os moveu, inicialmente, foi a satisfação de suas necessidades, e não o ganho que lhes dá o mercado;

2) os preços do mercado pouco afectam o preço dos bens que trocam. Vemos isso no Brasil, onde o mercado é regulado pelo capitalismo, e parte da produção não ganha na alta maior preço. O sobranço, aqui, cabe aos intermediários, aos dominadores do mercado.

ECONOMIA ARTESANAL

Como na economia fechada, o trabalho e os meios de produção estão à disposição de uma mesma categoria de agentes; contudo, há artesãos independentes, que fornecem os meios de produção, e também tomam parte nela directamente.

A escala de acção agora não é mais o campo, mas a cidade. Esta afirmação não deve ser tomada ao pé da le-

tra, nem deve ser exagerada. A cidade, em linhas gerais, permanece um centro que deseja bastar-se a si mesma. Temos exemplos nas cidades medievais. Em primeiro lugar, estava a satisfação das necessidades de seus habitantes, que tinham prioridade. As caravanas eram muitas vezes obrigadas a passar pelas cidades para efetuar seus aprovisionamentos.

Há, assim, semelhança entre a cidade e a economia fechada. Mas diferencia-se, porque a cidade é um *centro de trocas*. Não há ainda as trocas entre centros urbanos diferentes, entre si. São trocas entre a cidade e os campos que a cercam. É a característica de uma cidade na Idade Média. Na cidade, concentram-se as actividades económicas, que anteriormente se encontravam nos campos. Senhores, homens armados, trabalhadores manuais estão agora reunidos num mesmo lugar.

Para trocarem com os homens do campo, necessitam um supérfluo de produção.

Para receberem bens de primeira necessidade, precisam dar outros.

Dá-se aqui uma troca directa. Quem a pratica não tem uma clientela anónima. Não trabalha para um mercado, mas para um número determinado de consumidores conhecidos.

O risco económico é diminuto, restrito; maior é o risco técnico.

O risco económico decorre da não adaptação da oferta e da procura, por erro de previsões.

O erro técnico consiste no mal acabamento ou no erro no processo productivo, ou por intervenção de forças exteriores.

Ainda não há rendimento que seja exclusivamente o preço dos factores productivos sobre um mercado livre.

A repartição, dentro do grupo cooperativo, grupo dos profissionais, é feita segundo o costume. A corporação, no início, é um grupo aberto, o que mostra que não é uma classe, mas um grau. O companheiro pode tornar-se mestre. Mas, com o decorrer do tempo, a corporação se fecha, tor-

nando-se a diferenciação entre mestre e companheiro mais aguda.

A técnica artesanal é à base de ferramenta, sendo também pouco progressiva, devido à constância entre a oferta e a constância da procura. Se a produção aumentar, ela não é absorvida.

O móvel dessa economia não é a procura de benefícios, ou pelo menos não é a de benefícios maiores quanto possível.

Temos exemplos históricos em todos os tempos, inclusive quanto à produção nos dias de hoje.

Três factores principais contribuíram para aumentar as trocas comerciais no Ocidente, no correr dos séculos X e XI, como já tivemos ocasião de estudar. Essas trocas comerciais haviam sido mais activas no tempo dos romanos, mas com a queda do império, a economia fechada e a artesanal foram dominadoras, e quase totais.

Os três factores em geral citados pelos economistas são:

- 1) aumento de população, consequência do retorno de uma visão do orgânico em vez da visão místico-espiritual, e que por não poder tornar-se orgânica, tornou-se mecânica;
- 2) factores políticos, como a instalação do regime feudal, o abandono às guerras privadas;
- 3) factores económicos, como a actividade de centros económicos como Veneza, a Flandres, a realização de grandes feiras.

Mostra-nos a história como aos poucos, quase insensivelmente, se passa da economia artesanal para a empresa propriamente dita. Tal se dá pelos seguintes factores:

O artesão trabalha no domicílio, por tempo ou por peça. Recebe a encomenda do cliente, que lhe dá a matéria prima e a técnica de transformação que deseja. Até aqui nada o compara ao empresário.

Mas, muitas vezes trabalha também numa oficina com outros companheiros, a quem paga pelo serviço, e aqui começa a parecer-se com o empresário.

Há, contudo, uma diferença: êle faz a maior parte do trabalho e a mais importante. Entre o empresário puro, que tem por função assumir um risco de produção, e o artesão, que fornece a totalidade do trabalho e a totalidade do capital, encontramos aquêle tipo intermediário, que é o artesão adulterado, de que acima falamos.

Outro aspecto: no início, o artesão trabalha sob encomenda. Não está submetido a riscos econômicos, mas apenas a riscos técnicos, que se dão em toda produção de qualquer espécie, como por exemplo, o incêndio, o trabalho mal acabado, etc. A quantidade oferecida é equivalente à quantidade procurada.

Mas, quando o artesão põe o seu producto no mercado local, quando produz para vender, há uma modificação profunda. Enquanto permanecer na esfera urbana, o risco econômico é limitado, porque a clientela é conhecida. Todo o aspecto se transforma quando intervém o grande mercado, quando trabalha para uma clientela a qual já não conhece e que se estende geográficamente. Esse intermediário, que fornece as matérias primas, os capitais monetários para o artesão, acaba por submetê-lo, reduzindo-o à categoria de trabalhador assalariado.

Essa passagem se observa na Europa do século XIII, em diante.

A ECONOMIA CAPITALISTA

Nesta economia, os meios de produção são de propriedade do empresário ou do capitalista emprestador, e o trabalhador, que é assalariado, aluga sua força de trabalho por meio convencional ou contractual. Não há aqui somente separação técnica, mas também *jurídica* dos factores da produção, trabalho e capital, os quais são unidos apenas funcionalmente na empresa.

A totalidade do producto social encaminha-se para as partes, através de rendimentos monetários (salários, lucros, etc.). Esses rendimentos são determinados por preços.

O salário depende de outros preços, tais como os da subsistência necessária para manter a vida do trabalhador, preços do producto que êle confecciona, preços do factor capital, os juros. O capitalismo é radicalmente oposto ao sistema de economia fechada ou ao colectivismo planificado. O producto não é repartido autoritariamente pela intervenção de um poder estatal, mas pelo jôgo dos preços, pelas flutuações do mercado.

Há uma diferenciação social provocada pela separação do trabalho e dos meios de produção: assalariados de um lado, e empresários e capitalistas de outro.

Essa diferenciação atinge não só o campo econômico do rendimento, mas o do modo de vida, o da cultura e o da psicologia.

Surgem daí os antagonismos mais fortes.

Quanto à circulação, a troca é indirecta e complexa, em oposição à que se verifica na economia fechada e na artesanal.

O productor nem sempre conhece o consumidor; sua clientela é anônima. Toma em consideração as flutuações da procura, e entre o productor e o consumidor intercala-se uma série maior ou menor de intermediários.

Há o risco econômico que decorre da possibilidade de uma má adaptação das quantidades produzidas e das quantidades procuradas, que são ajustadas pelo mecanismo do preço.

O fim do capitalista ou do empresário é a *consecução do maior ganho em moeda*. No início da eotécnica, é o *lucrum in infinitum*, o lucro sempre crescente, que se torna desenfreado na paleotécnica que predomina ainda em muitos países.

Normalmente, o lucro é a única preocupação e o único móvel do capitalista.

Os capitalistas virtualizam o interesse social e actualizam o pessoal, exceptuando-se alguns indivíduos (que êles chamam "românticos"), que sobrepõem o primeiro ao segundo, ou afanam-se por equilibrá-los, como procedeu

Mauá. Apenas esses têm uma visão social, não deformada, do verdadeiro sentido da empresa.

A técnica é altamente progressiva. A concorrência e a grande soma de capital permitem esse desenvolvimento, aguçado pelo ganho sempre crescente.

É uma técnica maquinista: a máquina é desenvolvida, como já vimos, e o trabalho é decomposto em suas partes para a consecução da maior produção e também menos onerosa. A máquina é empregada, extensa e intensivamente.

As tarefas de trabalho são decompostas em elementos ou operações simples, confiadas a várias espécies de trabalhadores. É uma economia aberta e a sua actividade económica ultrapassa à da região e até à do país. Estimula o desenvolvimento dos meios de comunicação e de transportes, o que favorece o seu desenvolvimento.

Sombart, ao estudar o capitalismo, estabelece três idades: a) juventude, b) apogeu ou maturidade, c) envelhecimento.

O regime capitalista reúne seus dirigentes entre os próprios capitalistas e seus mandatários, criando-lhes todas as condições favoráveis para o seu desenvolvimento.

Emprega-se o termo *capitalismo* para indicar o sistema jurídico, a estrutura económica em que o capital é um factor de produção. Nesse sentido, toda estrutura económica é *capitalística*. Mas o que caracteriza propriamente é o titular do capital. Quando este é o Estado, diz-se *capitalismo de Estado*, quando os particulares, fala-se em *capitalismo privado*, ou propriamente capitalismo.

Contudo, como vimos, o que caracteriza propriamente o capitalismo é constituir ele uma estrutura económica, cuja funcionalidade consiste em organizar empresas privadas e ser uma economia de mercado; ou seja, produzir para o mercado, para o cliente indeterminado. Visualizando-se do lado da empresa, pode, pelo vulto das mesmas, ser classificado em capitalismo de grandes unidades ou de pequenas unidades, e segundo o mercado é de concorrência ou de monopólio. Segundo a aplicação de suas actividades eco-

nómicas, o capitalismo é chamado *capitalismo industrial*, *comercial* ou *financeiro*.

Quanto à sua origem, ou quanto aos factores que determinaram seu aparecimento em nosso ciclo cultural, trataremos mais adiante.

ECONOMIA SOCIALISTA DE PLANIFICAÇÃO TOTAL

Deixamos de considerar a economia socialista de planificação não total, como a proposta pelos socialistas libertários (anarquistas), porque as experiências até hoje realizadas processaram-se dentro da economia fechada, da artesanal, do capitalismo às experiências cooperacionais realizadas já em grande escala na Suécia, Suíça, Islândia, Canadá, Nova Zelândia, etc.

Economia socialista totalmente planificada temos hoje na Rússia, que a executou em maior escala. Passamos a estudar, esquematicamente, os aspectos gerais de uma economia colectivista planificada, fixando os aspectos soviéticos.

Os meios de produção são "nacionalizados"; isto é, estão à disposição do Estado, depois de terem sido retirados dos particulares com ou *sem indemnização*.

O Estado organiza-se em órgãos para a administração da produção, órgãos estritamente subordinados aos órgãos centrais.

Estes estabelecem um plano de actividade no tempo e no espaço, (plano quinquenal, regional) para regular as necessidades com a produção. Os preços, que representam um papel de equilíbrio dinâmico na economia capitalista, na colectivista planificada são *regulados pela autoridade do Estado*.

A distribuição é feita por decisões autoritárias dos órgãos públicos, que procuram ou devem procurar evitar as desigualdades e os azares do mercado, oferecendo remuneração de acordo com as necessidades e a productividade.

O fim imediato proclamado é a mais plena satisfação das necessidades da totalidade da população.

Apresenta a mesma atomização técnica do capitalismo. Esta não depende do consumidor, e o Estado cuida de desenvolvê-la e melhorá-la. No campo geográfico, tende a tornar-se em economia "nacional", porém mais homogênea, mais unida e unitária que a do capitalismo, como o nota Marco Fano.

No sistema capitalista, há entre as empresas comerciais e industriais apenas uma solidariedade funcional; umas adquirem de outras, emprestam a outras.

Numa economia socialista planificada, as empresas são unidas por um laço de ordem estrutural, todos os elementos são peças de um só mecanismo e funcionam segundo normas sistemáticas.

O EXEMPLO SOVIÉTICO

Podemos considerar a economia soviética sob três fases:

1) a do *comunismo de guerra* (1918-1922). Nessa fase, as autoridades tentaram exterminar o mercado e o sistema de preços, suprimir a moeda, realizar o colectivismo e até o comunismo integral, como o foi feito em algumas regiões. Mas a intervenção do Estado, sob a alegação da incapacidade do proletariado de administrar, levou a interferência política ao campo econômico, justificada em grande parte pela reacção dos elementos anti-soviéticos. Consequência: queda impressionante da produção, desordem administrativa.

2) A *NEP (nova política econômica)* (1922-1928): Retorno ao mercado e aos preços. Foi novamente aceita a propriedade privada, reaparecendo a empresa privada e o comércio, em parte nas mãos dos particulares. Consequência: aumento de produção, com regresso do espírito socialista.

3) A *fase dos planos quinquenais*: Retorno à ortodoxia socialista, com planificação da economia. Em 1934, as

explorações colectivas sofreram profundas modificações no quadro administrativo, e é essa fase, cujo estudo nos vai interessar agora.

Com a mudança da Constituição de 1936, passa ao Estado a gestão de todos os interesses econômicos da Nação. A administração dos bens e das explorações é confiada a *comissariados especiais* (hoje já se chamam ministérios). Esses comissariados nomeiam os chefes das direcções principais, os chefes dos trustes soviéticos, que são vastas combinações de explorações industriais ou agrícolas, fundadas como um todo, constituindo um estabelecimento público.

À frente do truste, acha-se um funcionário nomeado pelo governo, (*nomeado e não eleito*), responsável penalmente pelos erros que praticar na organização do plano. Dos lucros obtidos pelos trustes, 24% pertencem aos trabalhadores para melhoria de sua vida, e 76% cabe ao Estado. Se houver prejuizos são lançados em balanço para serem cobertos nos exercícios futuros.

Quanto à distribuição de bens, as explorações públicas entregam aos seus colaboradores bens de consumo (objectos de alimentação) ou bens de uso. Esse processo foi o da fase do comunismo de guerra. A partir de 1931, restabeleceu-se, com certa dificuldade, a prática dos salários em moeda. A soma, que é entregue ao operário, é esta a usará para a aquisição de bens nos armazéns estatais.

Para tal aquisição deve o comprador exhibir uma carta de consumo.

Em 1935, suprimiram a carta, e o acesso aos armazéns tornou-se livre, mas, em compensação, os preços aumentaram rapidamente. O preço é, na economia soviética, dirigido pelo Estado, manobrado por este, e nada tem que ver com as trocas na economia russa. Ele é fixado *a priori*, isto é, previamente.

No início do comunismo de guerra, deslocaram-se populações e operários para serem empregados em qualquer ramo de actividade mais penosa, pela coacção até física. Mas de 1930 a 1931, voltou-se à prática capitalista do salário dirigente do emprêgo. Quando se desejavam operários para uma determinada actividade, ofereciam-se melhores salários. Que mostram tais factos e modificações

constantes na orientação? Que a economia não pode ser abstractamente dirigida, como o fizeram, em grande parte, os marxistas. E tanto foi assim que as marchas e contra-marchas, as linhas modificadas, demonstram que a verdade anteriormente aceita é desmentida pelos factos, posteriores. Não basta apenas dizer que as conjunturas são diferentes, porque se diz apenas uma banalidade. São diferentes, não há dúvida; mas há um nexos do semelhante, cuja *conexio* a dialéctica permite que se capte. Mas quando se fala aqui de dialéctica não queremos nos referir à dialéctica simplista e abstracta do marxismo.

Em nosso "Análise de Temas Sociais", voltaremos a tratar dêste tema.

A FORMAÇÃO DO CAPITALISMO

Considerando-se apenas como notas essenciais do capitalismo a acumulação e a concentração de capitais, êsse sistema não é de origem ocidental. Podemos admitir, em face do estudo da história, cujos aspectos em breve veremos — e essa afirmativa será comprovada, — que há *formas sucessivas de capitalismo*. Ademais é mister distinguir *sistema, acumulação* e a *concentração* de capital e o fim do lucro formam o *invariante*, mas os variantes estão marcados, de início, pelo domínio da troca de mercadorias e de moeda. Assim temos um capitalismo comercial e um capitalismo financeiro. Êstes precederam ao capitalismo industrial, peculiar ao Ocidente, na fase mais alta da eotécnica ate nossos dias, embora encontremos em outras civilizações, como veremos, organizações capitalistas de tipo industrial.

Nos séculos XIV e XV, renovam-se as relações económicas entre o Ocidente e o Oriente, e o comércio é estimulado entre as diversas regiões. Uma classe de grandes comerciantes se enriquece e a transformação industrial é feita sob a forma artesanal e da pequena indústria doméstica. Também se pode aplicar a mesma observação quanto à moeda. Banqueiros e operações de crédito se desenvolvem na Europa.

Somos avessos a explicações unilaterais dos factos históricos, entre os quais se incluem os económicos. Não há uma causa única do capitalismo, mas sim uma conjugação de coordenadas, que permitem êsse processo. Na história, vemos que o mesmo se repete em outras épocas (repetir é tomado aqui dialécticamente, isto é, o que se repete é o que conserva mais o *nexo da semelhança ao lado do menor nexo da diferença*, isto é, a *conexio* do invariante maior e do variante menor). E se variam as circunstâncias, entre elas se deve ressaltar quais as *constantes* que determinam o apa-

recimento do capitalismo. No caso ocidental, que é o que por ora nos interessa, podemos ressaltar os fatores cuja coordenação precipitou o advento do capitalismo como sistema econômico. Examinemo-los portanto:

1) *Factor técnico* — É comum dizer-se, como se vê na obra de Marx, que o capitalismo é fruto das invenções da metade do século XVIII, sobretudo o capitalismo industrial inglês. É verdade que Marx fundamentou seus estudos econômicos nos dados obtidos na Inglaterra. Essas transformações vieram dar ao capitalismo um domínio econômico no panorama europeu, que o preparou ao domínio político.

2) *Factor demográfico* — Para Achille Loria, sociólogo italiano, as transformações da actividade econômica são devidas exclusivamente à acção do *factor demográfico*. Sua economia à base de escravidão é substituída por uma economia capitalista. As terras disponíveis são em quantidade limitada. Sua fertilidade não é susceptível de ser aumentada à vontade.

Dando-se a multiplicação dos homens, e permanecendo a terra, quantitativa e qualitativamente, igual, impunha-se a inversão de maior quantidade de capital numa determinada unidade de superfície, para que a exploração se tornasse mais intensiva. Se há muito de verdade nessa afirmação, como há também na da causa técnica, ambas coordenam o processo e não são únicas. Há escalas intermediárias que deveriam ser anotadas, para que a transformação da economia tenha uma plena explicação *concreta*.

3) *Factor religioso* — Sombart, Weber e Troeltsch defendem a tese de que o capitalismo se deve ao factor religioso. Já William Petty e Sismondi haviam ressaltado a influência religiosa. Sombart, por exemplo, defende a influência dos judeus no capitalismo, pela acumulação de *capitais móveis*, no fim da Idade Média e no início da nossa era, por não estarem eles sujeitos às restrições que a proibição canônica e governamental applicava ao empréstimo com juros.

Mas o capitalismo comercial e financeiro já se havia estabelecido na Inglaterra e na Holanda, muito antes da presença dos judeus nesses países. Muito antes de 1593, a Holanda já era um grande centro comercial e financeiro,

e foi nesse ano que se deu o estabelecimento dos judeus em Amsterdam.

Troeltsch e Weber atribuem a influência aos *reformistas*, especialmente aos calvinistas, que não só libertavam o homem do empréstimo com juros, como valorizavam o homem próspero nos negócios como um distinguido pela divindade.

Vemos assim que, na interpretação do advento do capitalismo, Marx acentua o factor econômico, autores mais modernos os factores religiosos; no entanto, poderíamos dizer que esses intuitos de reductibilidade de um factor a outro é ainda uma influência da tendência identificadora do filosofismo, unilateralmente racionalista.

Os factores reais não são separáveis dos ideais. Estes podem dar-se sem os outros e quando não se baseiam naqueles, são *tópicos*, no sentido comum da palavra. Quando os *ideais* se fundam nos *reais*, têm então eficiência, tornam-se activos.

No caso do capitalismo, não só esses factores, mas a conjugação de todos, que dialèticamente podemos estudar e compreender, é que explica o advento do capitalismo moderno.

Quatro acontecimentos importantes se deram no período entre o século XVIII e o XIX: *aumento da população, constituição de grandes colônias de povoamento das Américas, applicação de máquinas à indústria; revolução nos transportes marítimos e terrestres.*

No período dos séculos XII ao XVI, quanto à organização política e social, assistimos à queda do império e do papado. Surgem unidades regionais e nacionais, e instalam-se as grandes "nações", que tendem cada vez mais à formação das economias isoladas. As condições técnicas, a produção agrícola, a têxtil e os transportes desse período já foram por nós examinados, quando estudamos a fase da eotécnica.

Mas, no referente aos transportes, o uso da agulha imantada no fim do século XII, transportada dos países árabes para o Mediterrâneo Ocidental, e aperfeiçoada pelos marinheiros de Marselha e pelos italianos, permitiu o in-

vento da bússola, e mais tarde do astrolábio e conseqüentemente, do uso regular das cartas náuticas. Dessa forma, a navegação, apenas costeira, pôde tornar-se em navegação de alto mar.

Tal permitiu uma verdadeira revolução no tráfego internacional, o aumento da esfera do comércio marítimo e o deslocamento de seus centros essenciais.

Nos séculos XII e XIII, as Cruzadas permitiram a formação de *correntes de trocas*. O centro de interesse e de trocas passou do Mediterrâneo oriental para o Mediterrâneo ocidental. As cidades comerciais da Itália foram favorecidas, como também os entrepostos da Flandres, pois as mercadorias, chegadas a Gênova e Marselha, eram remetidas para o norte. As regiões dos mares septentrionais da Europa, na França do Nordeste, nos Países Baixos, na região do Reno, na Inglaterra do sudoeste, povoaram-se de cidades, que tomaram grande importância como centros de indústria têxtil. Desenvolveram-se também as cidades costeiras da Espanha e Portugal, de onde saíram os grandes descobridores. Com os descobrimentos, surgiram modificações revolucionárias na Europa dos séculos XV e XVI. Alargaram-se as possibilidades de trocas. Com Vasco da Gama e a passagem do Cabo da Boa Esperança, perdeu o comércio do Levante grande parte de sua importância. Vinham diretamente a Lisboa e Antuérpia os produtos do Oceano Índico e do Extremo Oriente. Cresceram os grandes mercados da Europa atlântica e do Mar do Norte. Podiam os mercadores de Lisboa vender a um preço muito mais baixo, diminuindo, graças às suas frotas, os riscos técnicos. Com o descobrimento da América, estabeleceu-se um comércio activo entre as duas margens do Atlântico. As cidades banhadas pelo Tâmsa, pelo Sena e pelo Reno tornavam-se mais próximas e desenvolveram-se extraordinariamente, deslocando-se, assim, o progresso europeu. A indústria progrediu precisamente nessas regiões, que permitiam agora um grande e novo desenvolvimento, e não sofriam os entraves do passado.

Foi no domínio do comércio e no da finança privada, que nasceu o capitalismo na Europa. A formação desse capitalismo deveu muito às Cruzadas, que restabeleceram os laços entre o Oriente e o Ocidente, e que desenvolveram as cidades italianas, como já vimos.

Formadas as finanças, a concentração do capital mobiliário permitiu fossem financiadas as viagens longínquas. Os riscos, embora grandes, ofereciam compensações.

Os lombardos concediam empréstimos nos Países Baixos. Eram em geral judeus que escapavam às restrições canônicas, e também *estabelecimentos religiosos*, que apesar dos protestos da Igreja, enriqueciam-se emprestando dinheiro a juros.

Para fugir à forma do empréstimo com juros, criaram o *processo da comandita e o da constituição da renda*. Como não era permitido emprestar com juros, podia-se, no entanto, *associar-se nos lucros*.

Ou, então, o prestador recebia do tomador uma renda em benefício do primeiro. Formavam-se sociedades comerciais em comandita e em nome colectivo.

Assim, nos séculos XIII ao XVI, a Itália nos ofereceu o tipo de um capitalismo ao mesmo tempo comercial e financeiro, enquanto a Holanda e a Inglaterra, um tipo de capitalismo eminentemente comercial.

Os descobrimentos: — os descobrimentos realizados pelos portugueses e espanhóis aumentavam as relações comerciais e ao lado dos benefícios que estas ofereciam, juntavam-se os do *trabalho forçado* e da pirataria. As novas terras da América permitiam um afluxo de metais preciosos, do ouro e da prata, com a exploração regular das minas e a pilhagem dos tesouros acumulados pelas populações submetidas.

No período de 1560 a 1620, o estoque de prata, por exemplo, quintuplicou na Europa. Mas esse grande afluxo de metal não permaneceu nas mãos das potências marítimas (Portugal e Espanha).

As importações desses países eram superiores à exportação, e a Espanha como Portugal foram obrigadas a dar seu ouro e a sua prata para equilibrar as suas balanças.

O grande afluxo de ouro e prata trouxe como consequência o aumento dos preços das mercadorias. Com a Reforma, desapareceu a proibição canônica do empréstimo com juros. O princípio canônico de que *nummus non parit nummos*, (o dinheiro não pare dinheiro), é rejeitada.

Carlos V e Felipe II autorizaram o empréstimo com juros, e também na Inglaterra, na época dos Tudor, em 1545. A doutrina de Calvino reabilitou a aquisição das riquezas.

Nessa época, começou a dar-se uma grande transformação, que auxiliou o advento do capitalismo: a desmaterialização do capital, que tomou outras encarnações, como os bens fundiários, que se *mobilizaram* pelos documentos. Dêsse modo, pôde ser aplicado em muitas formas. Os depósitos cresceram à procura de juros. Fundaram-se sociedades anônimas para a exploração das regiões descobertas ou a serem descobertas.

No século XVII, a Espanha afirmou a sua preponderância, como no século XVIII foi a Holanda, e no século XIX seria a vez da Inglaterra.

O CAPITALISMO INDUSTRIAL

Já nos séculos XVI e XVII, haviam aparecido formas modestas do maquinismo, mas é na segunda metade do século XVIII, que a aplicação mais intensa do maquinismo permitiu a formação do capitalismo industrial.

Há três formas de indústria:

1) a indústria de forma familiar — em que o produtor trabalha para satisfação das próprias necessidades ou das da família;

2) a indústria artesanal — há nesta um mesmo agente econômico, que fornece o capital e o trabalho, com a independência do artesão;

3) a indústria capitalista — o capital e o trabalho são fornecidos por dois agentes econômicos distintos.

Esta pode subdividir-se em:

a) Indústria capitalista de forma doméstica — O capitalista fornece a matéria prima a um trabalhador, que dele depende. O capitalista marca-lhe a quantidade de trabalho e as condições técnicas. É a forma da indústria de lã em Florença e da indústria de tapetes na Inglaterra.

b) Indústria capitalista de manufacturas — O trabalhador trabalha com instrumentos e em local que não lhe pertencem. As máquinas introduzidas na manufatura são ainda primitivas.

c) Grande indústria capitalista — O trabalhador trabalha com instrumentos e em local que não lhe pertencem,

mas a máquina toma aí uma grande importância. A divisão de trabalho, que no segundo caso é rudimentar, neste é plenamente desenvolvida, como se vê numa indústria moderna.

NA INGLATERRA

O desenvolvimento industrial na Inglaterra, que é tão importante para a economia e para o pensamento econômico, pois foi ali que a ciência econômica teve seu grande desenvolvimento, merece um estudo especial.

Dois grandes factores colaboraram para esse desenvolvimento: em primeiro lugar, a expansão do comércio pelas razões que já expusemos. A importação do algodão permitiu o desenvolvimento da região manchesteriana.

E em segundo lugar: as invenções industriais, que renovaram a produção inglesa, depois da segunda metade do século XVIII.

Esses grandes inventos se devem a artesãos e empresários, e não a homens de ciência. Os artesãos procuravam diminuir seu esforço; os empresários aumentar seus lucros. Em 1763, John Kay inventou a lançadeira volante, de 1761 a 1766, Wabb, Perry, Grant, Garatt, Perrin, imaginaram diversas máquinas de fiar, progressivamente aperfeiçoadas.

O proletariado reagiu contra esses inventos, porque criavam êles o desemprego. O Estado reagiu contra os inventos até que, finalmente, deixou livre o empresário. A máquina a vapor permitiu um amplo desenvolvimento, com os aperfeiçoamentos introduzidos por Watt.

O desenvolvimento do capitalismo se processou intensamente, sobretudo de 1850 em diante. No período de 1815 a 1850, grandes inventos surgiram, sobretudo o dos caminhos de ferro. Multiplicaram-se as sociedades anônimas e a grande sociedade bancária substituiu a empresa bancária isolada.

O esquema que oferecemos da sucessão dos sistemas de economia fechada, para o de economia artesanal, e dêste para a economia capitalista (comercial e depois industrial),

representa o que se deu na Europa. Por outro lado, tais modificações não excluem as anteriores, as quais permanecem em muitos ângulos, bem como permite a formação de processos híbridos, combinados.

Essa sucessão não é uma sucessão linear sem retornos. Além da passagem de um sistema para outro, há regressões. Lembremo-nos que depois de um grande desenvolvimento da economia de troca, que se deu no mundo antigo, voltamos, na Europa, após a queda do império romano e a invasão dos bárbaros, para uma economia fechada.

Segundo Pirenne, tal se deu devido à expansão do Islão, que separou o Ocidente do Oriente. Mas lembremo-nos que as constantes invasões, maiores ou menores, na Europa, exigiram a formação de concentrações humanas em castelos, em cidades fortificadas, etc., tornando-se difícil o intercâmbio até na própria Europa.

Outro aspecto importante, que sempre deve ser considerado, é que a sucessão de um sistema para outro não se faz sem *transições*.

Essa fase de transição, como a que hoje conhecemos, é intermédia entre a formação do novo sistema e o seu apogeu. Quando atingida esta fase última, é que os homens *datam* a plenitude de um novo sistema e dela partem para procurar, então, os precursores, o que a antecedeu, e que já denotava a nova forma. *Não se dá na história a substituição total de um sistema por outro*, porque as formas anteriores continuam subsistindo, aumentando a complexidade dos sistemas e das formas combinadas.

O capitalismo resultou de uma longa *maturação*, e não foi criado de um golpe. Os estudos que já fizemos até aqui nos mostram bem como sucedeu e se formou esse sistema. Tal facto deve estar patente àqueles que julgam que se pode, da noite para o dia, abolir totalmente um regime para instaurar outro. O estudo cauteloso da História lhes será de muita utilidade para que compreendam que a convicção de uma possibilidade prova apenas a convicção e não o advento inevitável da possibilidade.

O regime capitalista, cuja estrutura moderna passaremos a estudar, é defendido hoje pelos que acreditam em suas possibilidades criadoras, e também por ser um regime que

implica certa liberdade, como o mostra o liberalismo econômico, cujas características estudaremos em breve. Os adversários de tal regime, que o consideram cruel e anti-humano, além de desperdiçador e desorganizado, como o fazem os socialistas em geral, esperam uma passagem brusca do capitalismo para o socialismo, hoje compreendido pela quase totalidade dos socialistas como o socialismo de Estado, cujos aspectos também estudaremos em outros trabalhos. Outros, porém, aceitam *terceiras* soluções, combinações entre as formas capitalistas e socialistas, com a inauguração de novas formas de produção e de organização social, que destruam as injustiças sociais, isto é, os *abusos*.

AS ESTRUCTURAS ECONÔMICAS

Por entre as variações conjunturais, pode-se aquilatar o que há de estável num determinado período histórico, porque sempre devemos ser aptos a captar por entre o variável, o que é variante e o que é invariante, que também se dá na vida econômica, e que tomou o nome genérico de *estructura*. Este termo, que se origina do verbo *struor*, que significa juntar, pôr um ao lado de outro para realizar alguma coisa, e que nos dá palavras como con-struir, in-struir, de-struir, refere-se a uma disposição real efectuada com elementos dinamicamente estáveis, cuja estabilidade não significa uma paralisia abstractista, mas a constância da sua presença substancial e formal.

Na Economia, pode-se falar de um país de estructura econômica agrária, industrial, de estructura pouco desenvolvida, super-desenvolvida, de estructuras concorrenciais ou monopolísticas, etc.

Tôdas as instituições econômicas apresentam sua estructura, e estas encontram suas bases concretas nas estruturas geográficas, demográficas, técnicas, científicas, cosmovisionais, etc.

Considerando-se as estruturas de carácter psico-sociológico, como os estamentos caracterológicos, que estudamos em outros trabalhos desta colecção, a cosmovisão, os costumes, as idéias religiosas, filosóficas e sociais, jurídicas, políticas ou institucionais, etc., iniciamos a ter uma visão mais clara e concreta da realidade de um país e do seu povo.

Quando essas estruturas por sua vez se reestructuram numa constelação, que connexiona aquelas numa totalidade tensional e dá-lhes uma normal de proceder (uma *lógica* do actuar), temos, então, o que se chama *sistema econômico*,

como o sistema capitalista, o feudal, o corporativo, o neo-capitalista, o socialista, o libertário.

E quando esse sistema é constituído efectivamente e regulado por leis definidas, confirmando-se praticamente, temos, então, um *regime*.

As flutuações da conjuntura promovem modificações na estrutura. Estas podem ser *evolucionárias*, quando o processo de diferenciação se faz lentamente, conservando a base substancial da mesma, ou *revolucionárias*, quando as transformações se realizam bruscamente, com mudança substancial e não meramente accidental. Contudo, um processo de diferenciação evolucionária, atingindo de início o meramente accidental, pode alcançar aos poucos mutações substanciais, e constituir-se numa revolução quase imperceptível, como aliás se processam as verdadeiramente grandes revoluções da História.

As modificações conjunturais podem dar-se por *factôres intrínsecos* ou *extrínsecos*. Entre aquêles, por alguns chamados de *endógenos*, que têm uma origem interna, temos os *emergentes* (imanescentes, que são os constituintes da própria natureza material e da formal da estrutura económica, e significam propriamente os lanços do roteiro do próprio desenvolvimento natural de uma estrutura. Os *factôres extrínsecos*, também chamados *exógenos*, são os *pre-disponentes*, que, não fazendo parte da natureza da estrutura ou estruturas, actuam, contudo, sobre elas, como a estrutura industrial actua sobre a agrária, e vice-versa, dentro de um país de determinado regime, de um sistema económico, como as lutas de classe, as lutas de interesses de grupos, etc., que são por sua vez, de certo modo, endógenas ao regime, mas *exógenas* em relação às outras estruturas.

Entre os factôres extrínsecos, alinham-se os seguintes:

1) O que Marx caracterizava como *super-estructural*, que constitui propriamente o mundo das idéias, que para êle eram apenas reflexos na mente humana da estrutura económica, podem actuar sobre a estrutura económica, como vemos no próprio exemplo russo, onde idéias distintas às normalmente actualizáveis, segundo o marxismo, pelo mujique e pelo proletariado russo, em fase pouco evoluída, influíram sobre a vida económica daquele país. Não se po-

de negar a influência que a concepção jurídica dos romanos teve sobre a vida dos bárbaros europeus e também na organização da sociedade cristã, nem a influência que a literatura grega, trazida pelos árabes, como as obras de Aristóteles e Platão, sobre o proceder social, filosófico, científico e económico do ocidente, nem o exemplo frisante da "ocidentalização" actual, que se verifica nos países asiáticos e africanos. Homens, como Max Weber, Sombart, Tawney, etc., trouxeram contribuições decisivas sobre este ponto, confirmadas pela própria experiência histórica.

2) Outro elemento é o factor demográfico, cujo desenvolvimento favoreceu o progresso da indústria em tantos países, sobretudo nos de território restricto, pela impossibilidade de se prosseguir a divisão atomizada das terras, aumentando a população das cidades e, conseqüentemente, oferecendo um grande mercado de trabalho, que estimulou a realização de indústrias novas.

3) A actuação de políticos, de líderes carismáticos, e da interactuação constante das idéias fundamentais dos estamentos sociológicos da *teocracia*, da *aristocracia*, da *democracia* e da *cesarioocracia*, como examinamos em "Filosofia e História da Cultura", que permitem a ascensão de certos estamentos económicos (classes, como a burguesia, classe média, classe gestora dos tecnocratas, em ascensão actualmente, etc.).

4) A eclosão das guerras periódicas e das suas conseqüências inflacionárias e da destruição que trazem, o esgotamento dos estoques e o novo ímpeto de produção que provocam, etc. Essas causas, que acima alinhámos, são consideradas supra-económicas, porque actuam elas sobre a estrutura económica. O erro de Marx foi não ser mais dialéctico e não ter compreendido que se a estrutura económica (a *infra* e a *intra* estrutura) actua sobre a super-estructura, esta, por sua vez, actua sobre a primeira, e dessa interactuação é que se realizam as alternâncias e variações, que se processam dentro de um sistema e de um regime.

5) A Técnica, cuja influência sobre a Economia já estudamos em seus aspectos gerais. Ora, a Técnica constitui um elemento estructural, porque, como já vimos, é o estudo sistemático dos factôres instrumentais do processo productivo. Marx também o reconheceu em parte; Fourastié

o exagerou ao extremo e Mumford deu-lhe o verdadeiro valor. Mas é impossível negar sua imensa influência, já que é uma causa essencial ao processo econômico do homem de hoje. Contudo, a Técnica não actua autônomoamente, já que está em grande parte subordinada aos interesses econômicos e obstaculizada em certo aspecto, embora estimulada em outros, segundo os interesses criados. Muitos inventos, que teriam um papel evolucionário e até revolucionário, permanecem em segredo ou em silêncio. Muitos valores técnicos são virtualizados, como o foi a máquina a vapor, para actualizarem-se somente quando a estrutura econômica requeria a aplicação de sua capacidade accional. A máquina a vapor só cem anos após a sua elaboração foi aplicada à indústria. A estrutura psico-sociológica, a cosmovisão predominante podem impedir um desenvolvimento técnico, pois há resistências de toda espécie e os inventos encontram campo livre em certos países, e não em outros. Foi o que vimos ao estudarmos as fases da Técnica, onde verificamos que é mais fácil aplicar a neotécnica num país eotécnico, como o era a Suécia, os Estados Unidos, do que em países paleotécnicos, como o foi a Inglaterra.

Há um ponto importante a observar-se em relação à Técnica: é que ela se coloca acima dos sistemas e regimes. e pode ser aplicada em países de estrutura econômica até opostos, como se vê nos exemplos que se dão nos Estados Unidos e na Rússia.

6) Entre os *factôres extrínsecos* ou *exógenos*, temos de considerar as mutações de ordem psico-sociológicas e políticas, como a intervenção do Estado, gestão dêste e ingerência na economia, a política monetária, financeira, a influência econômica de outros países, as campanhas publicitárias, que modificam o gosto e as preferências.

Essa heterogeneidade tão grande de factôres externos torna difícil ao economista organizar um quadro dos vectores futuros de uma economia, porque, na interactivação de tais factôres, podem surgir resultados inesperados aos mais acurados estudos.

Considerando-se agora os factôres de ordem intrínseca, os factôres chamados *internos* ou *endógenos*, podemos salientar o seguinte: tais factôres pertencem à emergência da estrutura econômica; ou seja, à natureza do mesmo e actua

segundo uma normal da totalidade que realiza a *connexio* dos elementos componentes, e dá-lhe o que chamam os economistas de *lógica interna*, e são os seguintes:

a) Toda entidade tensional tende a realizar seu processo natural. É o desenvolvimento natural obediente à normal da sua natureza, dada pela totalidade tensional. Assim, o capitalismo, desde que instituído, tende a realizar plenamente o ciclo de suas possibilidades internas, e todos os elementos, que compõem a sua estrutura, actuam segundo essa normal. Desde o momento que se instala e torna-se real a intervenção ou a ingerência do Estado (estatismo) na economia, inevitavelmente seguirá o rumo do seu desenvolvimento natural, salvo se lhe opuserem óbices externos.

b) Como estudamos com mais pormenores em "Filosofia e História da Cultura", em toda entidade tensional, ao lado do que actua obediente à normal dada pela totalidade, há as *disposições prévias corruptivas*, que embora não tenham de início um papel activo, capaz de pôr em risco a natureza da totalidade, terminam por actuar de modo a estimular a primeira durante um período, depois a equilibrar-se com aquela, para, finalmente, exercer o papel corruptivo capaz de destruir a unidade tensional. A essas *disposições prévias corruptivas*, os economistas modernos chamam de *evolução de estrutura contra o sistema*.

Temos assim os seguintes exemplos: a concorrência no capitalismo gera a concentração crescente, e termina por destruir a si mesma. A necessidade do amparo, que o capitalismo exige constantemente do Estado, gera a política cesariocrata e a futura submissão daquele aos interesses políticos dos eventuais senhores do poder. A tendência da aristocracia em sua marcha para o nacionalismo, obriga-a a criar monopólios em favor dos empresários utilitários (a burguesia, no ocidente), aumentando-lhes o poder econômico, e preparando o advento da luta pelo poder político, que caracteriza as chamadas revoluções democráticas.

Na dialéctica hegeliana e na marxista, êsse ciclo é chamado de *evolução dialéctica*, que se processa por uma tríada de *tese, antítese e síntese*. Exemplificam com a economia de pequenas unidades (antítese) e, finalmente, pela síntese do Estado-todo-poderoso, que reúne as pequenas e as grandes unidades numa estrutura só. Assim o liberalismo eco-

nômico gera a política econômica independente (tese) que é substituída aos poucos pelo imperialismo (antítese) — como se verificou com as Grandes Companhias do Renascimento — e, finalmente, gera a política econômica dominante do Estado (síntese).

Contudo, essa dialéctica não corresponde à realidade, porque a formação das grandes unidades econômicas, por sua vez, gera a formação de muitas unidades pequenas, como oficinas de reparação, distribuidores regionais, descentralização industrial, etc. Também o imperialismo é forçado a actos gratuitos pela imposição de campanhas bem orientadas e poderosas. O estatismo soviético marcha para um inevitável domínio tecnocrático-científico, cujos representantes serão, num futuro bem próximo, os *novos senhores do Kremlin*, embora mascarados de bolchevistas, com as mesmas roupagens vermelhas, a foice e o martelo. O que tudo isso revela é a lógica intrínseca do regime, que não pode ser desprezada, embora se deva, isso sim, considerar o papel das disposições prévias corruptivas de toda estrutura, que é matéria de estudo em nosso "Filosofia e História da Cultura". Observa-se, na sociedade humana, a coexistência de sistemas distintos e até opostos, de práticas disparatadas, como vemos entre nós, onde encontramos um capitalismo de estrutura liberal ao lado de intervenções exageradas e incompetentes do Estado, apoiada até por elementos capitalistas, a má organização de planos econômicos e financeiros, que geram o inverso do desejado e provocam o advento precisamente do que se desejava evitar.

c) Há, contudo, o desenvolvimento dinâmico e sistemático de estruturas que se processam *pari passu* ao sistema, de origem intrínseca que actuam nêle. A irreversibilidade histórica, que fôra um elemento de coagulação das idéias historicistas, abrangera em sua concepção, erradamente, uma afirmativa da irreversibilidade sociológica e econômica. Há, inegavelmente, o irreversível na História, que pertence directamente à unicidade do facto, não, porém, os aspectos formais, que se repetem. Assim o desenvolvimento industrial não destruiu o artesanato, que continua realizando-se plenamente, tendo até alcançado estágios mais elevados do que em qualquer outra época conhecida; a repetição dos sistemas políticos de força, substituídos por sistemas políticos de maior liberdade, enfim, as alternâncias,

fluxos e refluxos, que são registrados no âmbito que abrange a História. Por outro lado, o exame dos ciclos culturais tensionais nos revelam ademais a repetição de períodos e suas fases, de curvas ascensionais, horizontais e descensionais, flutuações cíclicas, alternâncias em suma, que mereceriam melhor atenção dos economistas se se dedicassem melhor ao estudo da Filosofia, da História, da Sociologia e da Ética, e não ficassem prisioneiros de uma especialidade abstractista. Não se conhece melhor uma matéria quando penetramos apenas nos escaninhos das suas pesquisas especializadas. Conhece-se melhor uma matéria quando dispomos de um método que a concrecione com o restante do saber culto humano. É preferível desconhecer tantos pormenores, que não ajudam a uma visão de conjunto, mas apenas particular e superficial, e dedicarmo-nos um pouco mais ao *generalismo concreto*, para evitar a unilateralidade superficial e a falsa cultura de nossos dias em que se julga, e bem erradamente, que para conhecer bem uma matéria é mister dedicar-lhe a vida inteira, quando, na verdade, é ela conhecida mais profundamente ao sabermos correlacioná-la às outras estruturas, que formam as grandes constelações estruturais tensionais do saber culto do homem.

O ASPECTO ESTRUCTURAL DO CAPITALISMO MODERNO

Se examinarmos o capitalismo em suas manifestações regionais, verifica-se facilmente que há *diversos capitalisms*, que têm notas diferenciais importantes, como, por exemplo, as diferenças entre o capitalismo francês e o americano, o nosso com o da Europa. Diz-se que êsses capitalisms têm *estructuras diversas*.

O campo de aplicação da noção de estructura não se atém apenas ao plano regional, mas invade até o *estudo estructural de uma empresa*.

Neste caso, por exemplo, consideram-se as proporções entre os elementos constitutivos, como o capital fixo e o capital circulante, as máquinas e os fundos destinados ao pagamento dos salários, a proporção do producto escoado para o mercado local e o vendido para o exterior, as diversas espécies de trabalho, a análise das tarefas, etc.

Essa análise das proporções terminaria num exame de diversas *relações* como as que a empresa mantém com os portadores dos serviços productivos, etc.

Façamos, primeiramente, um estudo estructural da economia européia.

Estamos aqui aplicando a noção de estructura a um conjunto mais vasto que o de "nação". Não se pode negar a grande significação que tem êste estudo. A geografia econômica oferece elementos especiais, aproveitáveis para formar uma visão estructural de um país, ou de uma região. Assim fala-se em países novos, em países velhos, considerando como *países novos* aquêles em que as estruturas sociais estão em perpétua transformação, e *países velhos*,

aquêles que têm uma estructura econômica e social mais ou menos constante.

Fala ainda a geografia em *países industriais* e em *países agrícolas*. Os primeiros têm a sua população *fixada* nas cidades, enquanto os outros têm-na dispersa pelos campos.

Não é êste o único critério para marcar a oposição entre estas duas espécies de países. Prendem-se elas mais às quantidades ou aos valores produzidos.

Um estudo econômico dos elementos estruturais permite dividi-los em duas espécies:

1.º) *O meio natural*. — O clima, a superfície, a orientação, o grau de insolação, etc., os quais não podem ser radical e rapidamente transformados pela vontade humana.

2.º) *O sistema econômico*. O conjunto de um sistema não pode ser modificado a golpes de lei ou de decretos. O capitalismo concorrencial e de pequenas unidades não pode ser transformado num capitalismo de unidades monopolizadoras da noite para o dia, como também a inversa não pode ser conseguida a golpes de lei. *O Estado pode modificar os estatutos dos bancos, pode escolher o sistema monetário. Não pode, porém, forçar transformações rápidas e profundas.*

Um dos elementos constitutivos da economia nacional consiste na proporção entre os grandes ramos da actividade econômica como a indústria, a agricultura e o comércio, na relação entre a porção do producto consumido nesta economia e a porção exportada para o exterior, que revela o grau de alta suficiência daquela.

Com êsses elementos podem ser estudadas as proporções entre a produção e as necessidades locais e regionais, permitindo, assim, uma visão estructural da economia.

Para estudar o conteúdo da estructura do sistema capitalista, precisamos estudar as zonas ou sectores, pois, como já vimos, uma economia não é um conjunto homogêneo. Tem ela zonas ou sectores diferentes, pois o capitalismo, ou a economia de empresa, não penetrou igualmente nas zonas geográficas. Encontramos sectores precapitalistas, e onde se dão explorações do tipo artesanal, como sectores capitalis-

tas, onde a separação do trabalho e do capital se dá de acôrdo com as características do regime capitalista e também extra-capitalistas, como as organizações que se destinam a prestar serviços sem intuito de benefício, como sociedades humanitárias, hospitais, etc.

A importância do estudo das estruturas do sistema capitalista é menos importante quando êle tende para a concorrência e, portanto, para a liberdade, do que, quando tende para um capitalismo dirigido ou simplesmente orientado, como é a tendência moderna. É importante também para compreender os planos de socialismo parcial, que tem sido apresentado por elementos reformistas, que procuram a coexistência e a colaboração entre sectores heterogêneos. Assim temos planos de "nacionalização", combinando sectores públicos com privados, para constituir, com os públicos, o modelo de economia do futuro, segundo a tendência predominante entre os socialistas de Estado.

As realizações efectuadas na Rússia mostram-nos a actualidade do estudo das estruturas. As tentativas do governo para proceder a uma socialização rápida e integral da economia, como vimos no início, teve como consequência a fase da NEP, que admitiu a existência de sectores livres ou relativamente livres.

Posteriormente, assistimos a uma ofensiva de colectivização, tanto na agricultura como na indústria. Para tal, foram os economistas russos obrigados a realizar estudos de estrutura. Hoje o estudo da economia, para ser completo, exige que se tenha uma visão estrutural, devido às relações, às proporções e às influências que a política económica de um país pode exercer sobre outros.

Em "Análises de Temas Sociais", procuraremos examinar êstes aspectos estruturais, naturalmente depois de havermos feito uma análise das categorias económicas.

Tal, no entanto, não impede que teçamos, por ora, alguns comentários sobre as estruturas do capitalismo moderno. Todos os factos nos mostram que o capitalismo industrial teve um rápido aumento na sua extensão geográfica pelo emprêgo generalizado da máquina. Da Inglaterra, o industrialismo propagou-se para a América do Norte, para a Europa ocidental, penetrando mais lentamente na Europa oriental e, finalmente, nos países novos, nas colônias, na Ásia, na

África e entre nós, na América do Sul, cujo desenvolvimeto industrial é crescente. De acôrdo com o grau de difusão do capitalismo, poder-se-iam distinguir os países em quatro grupos:

1.º) Países não capitalistas, como a Rússia asiática, o Sudão, etc. Os actuais planos de industrialização pretendem tornar a Rússia asiática industrial.

2.º) Países semi-capitalistas são os em que há *pouco* capital e *muito* trabalho, como os da Ásia, excluindo-se o Japão.

3.º) Países de capitalismo recente, como a América do Sul, a Austrália, a África do Sul, em que há *penúria* de capital e de trabalho.

4.º) Países de alto capitalismo, como a Europa, o Japão, os Estados Unidos da América do Norte, onde há *abundância* de trabalho e de capital.

Como o capitalismo está desigualmente disseminado, tem êle realmente possibilidades *extensistas*, e, conseqüentemente, *intensistas*.

O capitalismo em certos países da Europa Ocidental e na América do Norte, experimentou transformações gerais de estrutura, começadas antes da primeira guerra, continuadas após, até os dias de hoje, de maneira tal que o capitalismo contemporâneo distingue-se profundamente do capitalismo anterior à guerra.

Vejamos quais foram estas transformações:

a) do *capitalismo concorrencial* surge o *capitalismo monopolizador*, isto é, cresce o capitalismo monopolizador e a relação, entre êste e o concorrencial, torna-se favorável ao primeiro. Procura-se organizar o mercado. Os trabalhadores assalariados, para minorar a exploração de que são vítimas, formam associações sindicais, que, perseguidas a início pelos poderes públicos, terminam por impor a sua legalidade.

Os capitalistas, por seu turno, para resistir às pretensões operárias e para aumentar seus lucros, fundam também sindicatos patronais, os quais tentam assenhorear-se do

mercado, dominando, assim, o consumidor, enquanto os agrupamentos obreiros tentam assenhorear-se da mão de obra e disciplinar os trabalhadores, a fim de lutar contra o monopólio.

Desta forma, passa-se do *capitalismo de individuo* para o *capitalismo de grupo*. As grandes empresas reúnem-se em grupos de empresas, a fim de impor a sua preponderância sobre as pequenas empresas.

Os próprios trabalhadores vêem declinar a sua potência ante a influência crescente do sindicato. Com a organização das suas actividades e a homogeneização dos métodos de acção, conquistam reivindicações junto aos poderes públicos. As minorias, que a princípio têm seus direitos garantidos, vêem-se a braços com a acção da maioria, que deseja impor a sua vontade.

O capitalismo inorgânico das primeiras épocas passa a ser um capitalismo orgânico. Tal não havia sido compreendido por Marx, mas o foi por Proudhon, que, em dias do século passado, previu essa transformação do capitalismo, que, de desorganizado e vário, procuraria, a pouco e pouco, coordenar sua acção. O capitalismo comercial e industrial torna-se cada vez mais dependente da finança privada. No início, as pequenas e médias explorações não tinham necessidade de capitais monetários em grande escala. Mas as grandes empresas industriais e comerciais o exigem para se constituírem, para crescerem, para funcionarem. São necessárias grandes somas de dinheiro, e essas somas são obtidas nos bancos, dos quais passam a depender as empresas.

Dessa forma, um banco ou grupo de bancos asseguram o contróle sobre um grande número de empresas. Muitas empresas, como a Ford, por exemplo, para liberarem-se do capital financeiro, buscam *poupar* e conservar essa poupança, para, com ela, poderem *auto-financiar-se*.

A Bolsa, como ainda veremos, submete ao seu poder a indústria e o comércio. Campanhas odiosas, pánicos e engodos são criados para levarem títulos à alta ou à baixa, com o intuito de darem lucros elevados.

Mas o capital financeiro não exerce apenas sua influência no terreno económico, mas também no terreno político, e daí surgir um capitalismo de Estado. Se o Estado auxi-

liou o nascimento e o desenvolvimento do capitalismo industrial, o Estado passa, nas mãos do capitalismo financeiro, a transformar-se num instrumento a seu serviço. Desta forma, dá-se uma separação crescente entre o Estado e a Economia. Dominado por particulares é obra de particulares.

Declarava o liberalismo económico que o *sujeito* da actividade económica não era o Estado, mas o individuo. O Estado devia permanecer fora das actividades económicas. Seu papel era manter a ordem, a paz interna e externa, respeitar a propriedade e os contractos.

O individuo, em sua acção, estava limitado apenas aos direitos dos outros individuos. A liberdade de um *cessava* onde começava a liberdade do outro.

Mas, na realidade, tal não se deu. O Estado foi levado, devido às injustiças sociais, a penetrar na vida económica, a criar leis favoráveis aos consumidores e trabalhadores, a criar impostos, a intervir, em suma, não por motivos económicos propriamente, mas por motivos fiscais e sociais. Essa acção do Estado foi a pouco e pouco se transformando. Os agentes económicos começaram a apelar para o Estado, e este acabou por controlar a vida económica, tornando-se finalmente *capitalista*, e criando, assim, razões de ordem económica para a sua actividade.

Assim assistimos hoje a um capitalismo controlado pelo Estado, e a um capitalismo de Estado, motivado por razões das transformações da estrutura económica.

As grandes empresas passam a ser de *utilidade pública*, embora não pertencentes ao Estado.

Há, no entanto, o choque dos grandes interesses de grupo. As pretensões de produtores de um ramo chocam-se com as pretensões de produtores de outro ramo, além dos choques destes contra os assalariados. A intervenção do Estado se dá para solucionar esses choques e evitar os conflitos.

É tal, hoje, o entrelaçamento entre o Estado e a Economia nos países capitalistas, que se discute por saber se o Estado é quem possui, quem domina e Economia ou a Economia quem domina o Estado. Há, realmente, uma inter-

actuação do Estado e da Economia; vemos um exercer sua influência sobre o outro, e vice-versa.

Antes da guerra, a economia procurava internacionalizar-se, e para um grande número de productos havia a tendência de se constituir um mercado mundial. A Alemanha e a Itália, mal providas de riquezas nacionais e relegadas a uma posição inferior na partilha do mundo, sob a influência de regimes totalitários, procuraram tirar melhor partido, recolhendo-se a si mesmas, para adquirirem um potencial de resistência e de expansão cada vez maiores.

Procuram hoje muitos países encontrar um equilíbrio entre os dois ramos de actividade económica: a agricultura e a indústria, sempre numa luta constante. Esse equilíbrio tende para um desenvolvimento e a uma utilização máximas de todas as forças productivas disponíveis.

Assistimos a uma reaproximação entre os países agrícolas e os industriais; é uma economia complexa, que procura vencer a antítese entre a agricultura e a indústria, cujos aspectos contrários teremos ainda oportunidade de estudar. Processa-se, assim, a industrialização dos países até então exclusivamente agrícolas. Essas indústrias oferecem muitas vezes rendimentos maiores aos que se costumam obter nos países industrializados. Por outro lado, os países industrializados procuram uma reorganização do seu território, como vimos na Alemanha e na Itália. A agricultura, com o auxílio da indústria, torna-se industrial. Aumenta o capital de exploração, máquinas e utensílios são aplicados intensa e extensivamente. A exploração agrícola conhece um desenvolvimento que a torna verdadeiramente capitalista, transformando-a de empresa agrícola em empresa capitalista.

Quais as causas que levaram à evolução das economias nacionais para a economia complexa? Para alguns, os que defendem a teoria da divisão do trabalho, tal se deve à tendência de especialização das economias nacionais, o que é combatido por outros, sob a alegação de que não se deu essa especialização das economias "nacionais".

Em tempo de paz, os Estados concedem um estatuto preferencial a certos ramos e categorias de productores, como, por exemplo, protecção alfandegária, etc. Tal favor po-

de ser motivado por uma preferência política ou por uma preferência económica. Em tempo de guerra, os Estados procuram assegurar em seu interior seu próprio aprovisionamento. Podemos salientar alguns aspectos, que permitem o desenvolvimento dos países de economia complexa. Temos que considerá-lo sob o ângulo das condições físicas, técnicas e humanas, que são fundamentais. Quando uma região se torna centro de economia complexa, estabelecem-se aí as indústrias por camadas e grupos sucessivos. Posteriormente, vêm as indústrias de transformação; isto é, aquelas que utilizam a matéria prima ou eventualmente o combustível que se encontra no local. A segunda camada é formada pelas indústrias que oferecem serviços às indústrias de transformação. Posteriormente, vêm as indústrias cosmopolitas, que utilizam matéria prima produzida em lugares longínquos do centro de transformação. Quanto às trocas, devemos considerar previamente que não há um mercado internacional propriamente dito para todas as mercadorias, nem mesmo um mercado nacional unitário. Os preços variam de região para região. Essa diversidade leva a exigir a intervenção do Estado que fixa preços regulares para as diversas regiões, ou então são regulados, segundo a chamada "lei da oferta e da procura". Inúmeros aspectos importantes surgem agora ante nossos olhos, como seja o problema das crises, quer de *funcionamento*, quer de *estrutura*, quer de *sistema*. Mas tal estudo só poderia ser devidamente empreendido, como outros que já acima falamos, depois de havermos passado pela fase analítica da Economia, e nas obras posteriores, que compõem esta coleção de trabalhos nossos.

SÍNTESE DO PENSAMENTO ECONÔMICO

Entre os gregos, encontramos estudos sobre os temas econômicos, e a eles devemos o nome de *Economia* formada dos termos *oikos* e *nomos* (casa e regras), que, em sua etimologia, referia-se apenas à "economia privada". Diversos aspectos sociais da vida econômica foram examinados por historiadores como Heródoto, Tucídides e Xenofonte, e por filósofos como Platão e Aristóteles.

Platão, nas "Leis" e na "República", estudou o princípio da divisão do trabalho e o da troca, que é a sua consequência. Juntava às suas observações, conclusões de carácter moral, considerando-se hostil à propriedade privada, por engendrar ela a desigualdade das riquezas e o luxo. Pintava Platão, em sua "República", uma cidade ideal, em que o Estado seria o regulador da produção e o senhor da distribuição das riquezas produzidas. Poder-se-ia considerar Platão de certo modo, como socialista totalitário.

Aristóteles, menos imaginativo que Platão, apresentou observações mais vastas, e construiu até uma teoria do valor e da moeda, como veremos.

Com Catão e Varro, encontramos, entre os romanos, alguns estudos sobre temas de economia rural, mais tecnológicos do que propriamente econômicos.

No início da Idade Média, o pouco desenvolvimento da cultura intelectual não favoreceu o desenvolvimento do pensamento econômico. Mas, com o decorrer do tempo, e à proporção que volve o homem sua atenção para a vida, os teólogos preocuparam-se com os factos econômicos, sobretudo sob seus aspectos de ordem moral. Eram os primeiros padres da Igreja contrários à propriedade privada, geradora das desigualdades sociais, do luxo e da miséria. Di-

zia Santo Ambrósio: "A natureza pôs em comum todas as coisas para o uso de todos...; a usurpação fez o direito privado."

Com o desenvolvimento da vida econômica, a opinião dos teólogos também se transformou e procuraram, então, conciliar a doutrina do Evangelho com as doutrinas de Aristóteles, com a observação de uma economia em progresso e elaboraram teorias sobre os juros e o valor (teoria do "justo preço").

No século XIII, Tomás de Aquino condenou a usura, mas em certos casos permite uma indemnização a quem empresta.

No Renascimento, surgiram obras de imaginação como a "Utopia ou a melhor das repúblicas", de Thomas More, a "Cidade do Sol", de Campanella, que procedem do socialismo platônico, cujo exame especial fazemos em outros trabalhos nossos.

As teorias relativas ao lucro continuaram a provocar discussões entre teólogos e juristas, bem como sobre a propriedade.

O desenvolvimento e a complexidade crescente da vida econômica levaram os pensadores da época a se preocuparem com os temas econômicos, sobretudo com a aplicação dos sistemas monetários e a política arbitrária dos príncipes. É precisamente a partir do século XIV, que vamos encontrar escritores que apresentam obras de estudo sobre temas especificamente econômicos.

OS MERCANTILISTAS

No século XVI, com a formação dos Estados modernos, com uma economia complexa e de interesses diversos, muitas vezes opostos, a atenção dos estudiosos se dirigiu para os factos econômicos, então patentes pela exacerbação dos interesses em antagonismo. Predominou o interesse "nacional", e nesse campo, principalmente, o comércio exterior, para o alcance de uma balança comercial favorável, visto o afluxo de metais preciosos que dele resultava. Foi por esse aspecto, por terem considerado o problema econômico

do ângulo "nacional", e êste do ponto de vista comercial, que lhes deram o nome de *mercantilistas*.

Não formaram êles uma escola pròpriamente dita, com uma doutrina comum. Apesar de todos se preocuparem com a balança comercial e a aquisição de metais preciosos para o seu país, estavam êles em desacôrdo quanto aos meios para alcançar tais fins. Entre êles os mais famosos foram Thomas Mun e Antoine de Montchrestien.

Com William Petty (1623-1687), o campo do pensamento econômico se alargou. Estudou êle os factôres de producção, o trabalho, que *é o pai, e a terra, que é a mãe de tôdas as riquezas*, para estudar diversas applicações da estatística ao estudo dos factos econômicos.

No século XVIII, surgiu Richard Cantillon, que se pode considerar como um economista moderno. Sua obra "Ensaio sôbre a natureza do comércio em geral", contém uma exposição dos regulamentos internacionais e, seguindo os estudos de Petty, analisou a producção, o valor, a moeda, os salários, a população. Sua clareza de espírito emprestou à obra um valor científico.

A ESCOLA FISIOCRATA

No decorrer do século XVIII, influídos pelo mercantilismo, muitos escritores preconizavam medidas intervencionistas, com o fim de favorecer o comércio e a indústria, enquanto outros reaccionavam em favor de uma política mais ampla e mais liberal.

A miséria, que avassalou a França no século XVIII, e a desordem existente nas finanças públicas davam lugar a muitas idéias liberais, que preconizavam reformas profundas. Com a finalidade de remediar as misérias do tempo por uma ampla reforma, e também com o intuito de constituir uma economia política, surgiu a *Escola fisiocrata*, cujo chefe foi Quesnay (1694-1774). Era Quesnay médico de Luiz XV, e escreveu alguns opúsculos. Teve como discípulos o Marquês de Mirabeau, Dupont de Nemours, Mercier de la Rivière, etc.

A preocupação dominante dos fisiocratas era a de descobrir a *ordem natural* da vida econômica. Essa preocupa-

ção era uma constante da época, que desejava submetê-la às leis naturais. "Laissez faire; laissez passer" ("deixai fazer; deixai passar"), tal era o lema máximo da escola.

Comparava Quesnay a sociedade a um organismo — comparação aliás já velha — cuja fisiologia procurava estudar. Imaginava a circulação das riquezas de uma forma análoga à circulação do sangue. O ponto de partida dessa circulação era a agricultura: "o cultivador consome imediatamente o que é necessário ao seu alimento; o resto é partilhado entre êle e o proprietário, e ambos distribuem o resto em salários a todos os membros da sociedade, como preço de seu trabalho. Os valôres, que êstes receberam, retornam pela compra dos alimentos que êles consomem, entre as mãos dos cultivadores, para sair de novo, por uma circulação, cuja continuidade faz a vida do corpo político, assim como a circulação do sangue faz a vida do corpo animal."

Tinha, assim, tôda riqueza sua fonte na agricultura, e é a ela que os fisiocratas atribuíam a primazia, que era dada ao comércio e à indústria pelos Mercantilistas. Consideravam êles que apenas a agricultura era productiva, e viam nos cultivadores a "*classe dos productores*", qualificando os artesãos e os comerciantes de *classes estêreis*.

Não negavam a utilidade do trabalho efectuado pelos que fazem circular a riqueza, mas só a agricultura ajuntava, oferecia riquezas. Diziam que apenas os cultivadores "produziam por geração, por aumento real do producto", enquanto o artesão "produzia por adição de matérias primas e de substâncias convertidas em trabalho".

Concluía assim os fisiocratas que se devia favorecer a agricultura, mas, conseqüentes com a sua doutrina, julgavam que o impôsto devia recair sôbre a terra, fonte de riqueza, e eram partidários do *impôsto único*.

Vê-se, facilmente, que a teoria fisiocrata funda-se nos dados da sua época e não é mister muitos argumentos para mostrar seus erros. É uma doutrina própria da eotécnica, que actualiza a agricultura, como os mercantilistas haviam actualizado o comércio e a indústria. Tem, no entanto, seu papel histórico e muitas das suas teses retornam, fundadas em novos argumentos, como ainda veremos.

A ECONOMIA POLÍTICA

É na Grã-Bretanha, sobretudo na Escócia, que o pensamento econômico vai ter um grande desenvolvimento. É iniciada por filósofos, os quais, presos à orientação abstracta dominante então na Filosofia, deram ao pensamento econômico êsse cunho abstracto, que teremos muitas ocasiões de salientar. Os precursores foram Hutcheson, mestre de Adam Smith, Ferguson e David Hume. Êste, sobretudo, escreveu notáveis trabalhos sobre a moeda, comércio internacional, taxa de juros, população, dívida pública, etc. Influuiu poderosamente sobre Adam Smith.

Adam Smith nasceu na Escócia em 1723, viajou pela França e pela Suíça. Em 1776 publicou sua célebre obra a "Riqueza das Nações". Apesar das influências sofridas, seu trabalho tem um cunho pessoal e original. É uma obra de observação e de documentação, coordenada por uma lógica penetrante. Professava, em geral, idéias liberais; não era, porém, intransigente. É êle considerado o fundador da economia política moderna.

J. B. Say (francês, 1767-1832) foi continuador da obra de Adam Smith. Publicou em 1803 o "Tratado de Economia Política", que foi posteriormente remodelado pelo autor. Adotou uma classificação lógica (Produção, Distribuição, Consumo), que ainda é usada hoje, e estudou analiticamente essas fases. Sua obra teve grande influência nos estudos posteriores.

ESCOLA CLÁSSICA INGLÊSA

David Ricardo (1772-1823) foi, no início, um financista, que obteve grande fortuna, e depois se dedicou a uma especulação desinteressada. Após haver lido a obra de J. B. Say, entregou-se ao estudo dos problemas mais teóricos da economia política. Com sua teoria do valor, reconhece que a utilidade é a condição prévia do valor, mas considera que o valor de troca normal depende do custo de produção, e, finalmente, do trabalho. Em face da desigualdade de fertilidade do solo, o custo da produção não é o mesmo para todos os proprietários. Ora, como o preço do

mercado regula-se pelo custo mais elevado das mercadorias necessárias para responder à procura, os proprietários favorecidos obtêm um retôrno suplementar, que êle chama *renda*.

Segundo Ricardo, êsse retôrno suplementar é pago pelos granjeiros.

Por outro lado, o aumento da população exige que se ponha em plantio terras menos férteis, em que a produção é cada vez mais onerosa, razão pela qual o preço das subsistências tende a elevar-se, o que vem em proveito dos antigos proprietários por um acrescentamento da "renda".

Quanto ao salário, apesar da relação entre o capital disponível e a população, êle não pode cair abaixo das estritas necessidades da existência e tende a elevar-se, mas somente na medida em que é preciso para enfrentar a alta do preço das subsistências e, conseqüentemente, sem proveito para os operários.

Segundo Ricardo, devido ao aumento dos salários, os lucros do capitalista iriam diminuindo até o momento em que a acumulação de capitais cessaria de ser lucrativa. Chegar-se-ia a um estado de produção estacionária, enquanto o proprietário territorial se beneficiaria com uma renda sempre crescente. Essas premissas, hoje contestáveis, inclusive em suas conseqüências, tiveram grande influência no pensamento econômico. Forneceram argumentos aos socialistas e aos adversários de uma organização puramente individualista da produção.

Contemporâneo de Ricardo foi *Thomas Robert Malthus* (1766-1834), pastor protestante. Publicou em 1820 "Princípios de Economia Política". A celebridade de Malthus se deve ao seu ensaio sobre o princípio da população, publicado em 1789, em que afirmava um crescimento numa progressão geométrica, enquanto o aumento das subsistências se processava numa progressão aritmética. Desta forma, aumentava a necessidade, e a quantidade de alimentos não aumentando na mesma proporção, a fome e a miséria cresceriam, razão pela qual propôs certas medidas anti-concepcionais, com o intuito de evitar o aumento da população. Fundava-se em estatísticas inglesas e suas opiniões mereceram posteriormente severas críticas. No entanto, há, em suas teorias, muitos aspectos verdadeiros.

Surgiu depois *John Stuart Mill* (1806-1873), filho de *James Mill*, filósofo e economista. Sua obra tem pouca originalidade, mas apresenta um rigor e uma clareza iguais às idéias expostas por Ricardo. Procurava êle a unidade na diversidade. Propôs soluções verdadeiramente socialistas: anulação progressiva do salário pela associação cooperativa de produção, socialização da renda do solo pelo imposto territorial, limitação do direito de aquisição por sucessão, etc.

A ECONOMIA POLÍTICA NA FRANÇA

Enquanto se desenvolvia o estudo da Economia na Inglaterra, na França permanecia ela no terreno das discussões doutrinárias.

Frédéric Bastiat (1801-1850) teve grande popularidade pelo brilho de sua obra que, embora não oferecesse originalidade, mostrava uma série de argumentos favoráveis à economia liberal. Lutou contra os socialistas, e preparou os argumentos em favor do livre-cambismo de 1860.

Sismonde de Sismondi (1773-1842), historiador e economista, foi discípulo de Adam Smith, acentuou seu método de observação e combateu o método deductivo predominante entre os economistas ingleses. Assistiu ao desenvolvimento da grande indústria, o crescimento da produção devido ao maquinismo e à miséria das classes laboriosas.

Criticou o liberalismo absoluto e defendeu o intervencionismo do Estado. Os estudos, que fez sobre a concentração da produção e das fortunas, serviram para inspirar directamente a Karl Marx.

AS TENDÊNCIAS SOCIALISTAS NO SÉCULO XIX

A tradição platônica, renovada na Renascença, encontrou novas circunstâncias que viriam favorecer a formação de idéias de reforma econômica e social. O espírito revolucionário juntou-se à crítica da organização econômica para formar o movimento "socialista".

Na época da Revolução Francesa, temos *Babeuf*, que pregava uma obra política, acompanhada por uma reforma agrária com tendências comunistas. *Godwin* (1756-1836), na Inglaterra, atacou a propriedade privada. Surgiu então a figura de *Robert Owen* (1771-1858), grande industrial, filantropo, que difundiu a noção e a palavra então nova de *socialismo*. Em suas usinas, reduziu o dia de trabalho, fez diversas obras em benefício dos trabalhadores, fundou na América a colônia "New Harmony", etc. Convém recordar que os pioneiros de *Rochdale*, os pioneiros do cooperativismo moderno, foram discípulos de Owen. Pensava êle abolir o lucro, não pela expropriação dos capitalistas, mas pela criação de capitais novos. É dessa época também *Charles Fourier* (1772-1827), que propôs a formação de um sistema de comunidades agrícolas. Desejava tornar o trabalho atraente, criando a variedade, e pretendia organizar a sociedade por meio de pequenos agrupamentos rurais, os falanstérios (de 1.600 pessoas, aproximadamente), em que a produção e o consumo fôsem feitos em comum. Fourier não se considerava um socialista, e até negava que o fôsse. Conservava a propriedade privada e a herança. Nos falanstérios, uns poderiam trazer seus capitais, outros o seu talento, e a repartição se faria proporcionalmente. Não preconizava a abolição do salário. Em sua crítica ao sistema econômico dominante, entreviu certos aspectos da evolução econômica. Sua luta contra o intermediário, que desejava suprimir, e o desejo de preparar o acesso dos trabalhadores à propriedade, levaram-no a ser considerado

por muitos como um precursor do movimento cooperativista moderno.

É com *Saint-Simon* (1760-1825) que o pensamento econômico marcha para o socialismo contemporâneo. Não era êle hostil à propriedade privada, mas criticava a insuficiente organização da produção, e preconizava um sistema de governo econômico, em que as câmaras, compostas de sábios, engenheiros, artistas, dirigentes da indústria, se esforçariam por coordenar, melhorar e aumentar a produção. Era mais um *productivista* que um socialista.

Teve dois grandes discípulos: *Augustin Thierry* e *Auguste Comte*, os irmãos *Rodrigues*, dois banqueiros, e *Enfantin* e *Bazard*. Os saint-simonistas constituíram uma verdadeira "seita". Tendiam para um sistema semi-socialista: a propriedade privada cessaria de ser hereditária, e o Estado, dono dos meios de produção, distribuiria segundo o interesse geral. Um banqueiro forneceria os capitais necessários aos indivíduos mais aptos para tirarem partido dêles, de forma que ninguém permanecesse ocioso e cada um recebesse na proporção de suas capacidades.

Não prepararam a comunidade do consumo, mas aceitavam apenas uma partilha econômica igual. Observe-se quanto há de Saint-Simon e de Fourier nas idéias contemporâneas, e porque Marx havia de considerar essas figuras como as mais importantes do socialismo por êle chamado de "utópico", em contradição ao seu "socialismo científico".

Inegavelmente, o saint-simonismo exerceu grande influência no pensamento moderno, sobretudo pelas grandes figuras que se encontram entre seus adeptos.

Foi a doutrina de Saint-Simon que inspirou *Louis Blanc* (1813-1882), que preconizou a criação de oficinas sociais, verdadeiras sociedades cooperativas de produção. Louis Blanc tinha grande confiança no progresso dessas cooperativas.

Proudhon (1809-1865) obteve grande renome graças ao seu livro "O que é a propriedade?", cuja resposta era: "é o roubo". Proudhon combateu, na propriedade, o *abuso*, e não o *uso*. Combateu a propriedade neste sentido, não como usufruto, e defendeu a liberdade do trabalho, com a desapareição das rendas sem trabalho, modificando simplesmente as condições de troca, organizando o crédito gratuito, pondo os capitais à disposição dos trabalhadores. Não pôde realizar seus desejos.

A ECONOMIA NACIONAL E A ESCOLA HISTÓRICA, NA ALEMANHA

Não ultrapassaram os autores alemães o limite de seu país, pois a Economia não mereceu o estudo acurado que se verificou na França e na Inglaterra. Mas, ao surgir a Economia na Alemanha, tomou uma direção diferente da Inglaterra. Enquanto, nesta, tinha um sentido um tanto filosófico-racionalístico, na Alemanha teve um sentido positivo. Não tinha a Alemanha, na primeira metade do século XIX, ainda adquirido a unidade política nem a econômica. As idéias do liberalismo econômico, abrindo as fronteiras, encontravam apoio na Alemanha, cheia de regiões separadas. Mas, obtida a unificação alemã, tiveram logo necessidade de construir uma economia que servisse aos interesses "nacionais". Era a Alemanha rica em reservas naturais, mas pobre em recursos de capital, e não atingira ainda ao desenvolvimento econômico que se verificava na Inglaterra e na França. O livre-cambismo encontrou logo oposição, embora, na fase anterior à unificação, tivesse obtido seus defensores. É que ela não podia competir com países tão desenvolvidos como a Inglaterra.

Frederic List (1789-1846) foi quem fundou a "economia nacional", abrindo o caminho para a "escola histórica". O primeiro representante da escola histórica foi W. Roscher, em quem a Economia se mantém "em contato estreito com a história do direito, a história política, e a história da civilização." A Economia torna-se descritiva e tenta explicar a realidade viva, pormenorizadamente, em vez de guiar-se por leis abstractas.

Não se pense que a escola histórica alemã se limitou a investigações retrospectivas sobre a história econômica.

Estudou, sobretudo, os factos contemporâneos, mas com um método paciente de historiador, buscando a realidade, procurando explicar os factos concretos da vida econômica, antes de procurar seus princípios.

O SOCIALISMO DE ESTADO E O COLECTIVISMO, NA ALEMANHA

O espírito positivo que, como já vimos, penetrava na literatura econômica da Alemanha, preparou, com seus elementos descriptivos, a formação de um socialismo novo, que a si mesmo intitulou de "científico", e que teve três figuras de relêvo, que foram *Rodbertus*, *Lassalle* e *Karl Marx*.

Era *Rodbertus* (1805-1875) um grande proprietário prussiano, que se inspirou diretamente na obra de Sismondi e dos saint-simonianos. O livre-câmbio levaria a fornecer aos capitalistas e aos proprietários territoriais uma parte, cada vez maior, de um producto que eles não criaram. "Vivem eles no luxo, enquanto outros mal podem satisfazer suas necessidades essenciais." Concluía então *Rodbertus* que o Estado deveria tomar a direcção da actividade econômica. Não queria suprimir a propriedade privada nem as emprêsas particulares. Permanecendo a propriedade e as emprêsas privadas, deveria o Estado intervir nas relações entre o capital e o trabalho.

Ferdinand Lassalle (1825-1864) acreditava, com *Rodbertus* e *Marx*, numa evolução histórica, que terminaria na desapropriação da propriedade privada. Era um grande agitador público. E pelas necessidades da acção, acabou por preconizar seu programa prático à criação de sociedades operárias de produção, como o fizera antes *Louis Blanc*.

Karl Marx (1818-1883) foi inegavelmente o teórico mais completo do socialismo autoritário do século XIX. Sua teoria da *plus-valia*, apoiada na teoria clássica do valor, e a concepção da evolução econômica, baseada sobre os factos contemporâneos, levaram-no a aceitar o advento da propriedade colectiva, como necessidade histórica. Estes são os pontos fundamentais da sua doutrina econômica.

Com a doutrina da *plus-valia*, não atacava *Marx* a exploração sofrida pelo trabalhador, mas *explicava*, com ela, a teoria do valor. Aceitava a de *Ricardo* sobre o valor, fundado no trabalho, o que *Proudhon* antes também aceitara.

Assim o patrão vende o producto ao preço correspondente à quantidade de tempo de trabalho que êle contém, mas paga ao operário, não todo o trabalho fornecido, mas somente um salário correspondente às estritas necessidades, ao custo da existência do trabalhador. Concludentemente, o valor da subsistência necessária para a manutenção do obreiro é inferior ao valor dos productos do trabalho do mesmo, que é a *plus-valia*. Esta doutrina, que examinaremos em outro trabalho desta coleção, foi rejeitada até por marxistas.

Quanto à segunda parte de sua doutrina, afirmava *Marx* a concentração crescente dos capitais com o desenvolvimento da indústria, a acumulação em poucas mãos desse capital, enquanto a proletarização seria crescente por parte dos trabalhadores, cada vez mais miseráveis. Os artesãos, por sua vez, seriam forçados a vender sua força de trabalho e a proletarizarem-se conseqüentemente. Tal facto levou-o a concluir a necessidade da luta de classes. Essa evolução do regime capitalista levá-lo-á à sua própria destruição, e os capitais, concentrados em poucas mãos, serão arrebatados pelo proletariado, que, através da revolução, os entregará ao Estado.

A formação dos trustes e as grandes concentrações proletárias nos sindicatos vinham em abono dessa tese. Mas as crises previstas tornaram-se menos intensas e o proletariado, em fins do século XIX e no século XX, conheceu muitas melhorias.

A doutrina de *Marx* foi combatida por socialistas, autoritários e libertários, sobretudo por se preocupar mais com a produção que com a repartição e o consumo. Uma análise rápida, feita sobre os dados acima expostos, permite ver que a doutrina de *Marx* prende-se mais às linhas gerais do pensamento alemão que às do socialismo, que já estudamos na França. A tese do intervencionismo é cara aos socialistas alemães, que chegaram a criar o nacional-socialismo hitlerista, em que o Estado chegou a alcançar o máximo de poder, só superado pelo poder que se observa na Rússia Soviética.

HENRY GEORGE

Ao mesmo tempo que surgiam projectos de socialização integral, novas doutrinas pregavam a socialização do solo. É a propriedade do solo considerada comumente como a propriedade por excelência, e foi ela a mais criticada pelos socialistas em sua primeira fase. Com o desenvolvimento da propriedade mobiliária, perdeu ela sua grande força.

Já vimos que Ricardo considerava a propriedade territorial como uma renda, uma *plus-valia* não ganha. *Henry George* (1839-1897), um publicista americano, publicou uma obra de grande repercussão, que foi "Progresso e Miséria" (1879), e aproveitou a tese ricardiana para levá-la ao extremo. Verificou que a renda sempre crescente, percebida pelo proprietário territorial, absorvia todo crescimento da renda social, devido ao progresso da produção. Concluiu pela confiscação através de um impôsto, o *impôsto único*, como o dos fisiocratas, pela *single tax*. Teve essa doutrina grande repercussão nos países novos, sobretudo nos Estados Unidos e Austrália, onde foram organizadas ligas que preconizavam a introdução da *single tax*.

Outros pregaram a "nacionalização" do solo, indo, assim, além de Henry George, como o fêz Gossen, economista alemão, e Léon Walras, professor em Lausanne. Mas esses autores queriam apenas uma expropriação com indenização, a fim de reservar ao Estado tôda ou parte da renda futura.

OUTRAS TENDÊNCIAS DO SÉCULO XIX E DO INÍCIO DO SÉCULO XX

Em fins do século XIX e parte do século XX, vemos uma série de economistas, que retornam aos temas do liberalismo e defendem a doutrina de que a sociedade muito pode ganhar com a abstenção intervencionista do Estado. Defendem êles o livre-câmbio, em vez do protecionismo. Criticam com bastante acuidade os modos de intervenção do Estado na actividade econômica, e denunciam sua inaptidão para gerir as explorações autônomas. Poucos acreditam nas inovações legislativas e na legislação social.

Michel Chevalier e Dupont White, já em meados do século dezenove, haviam protestado contra a não intervenção do Estado, e em 1872, no congresso de Eisenach, reabilitaram as funções econômicas do Estado e preconizaram, através, posteriormente, dos socialistas de cátedra, a tese da intervenção. Muitos outros autores defenderam o intervencionismo.

Com a decomposição do Marxismo, feita pela crítica doutrinária dos socialistas, surgiu a doutrina do sindicalismo. Os sindicalistas consideravam os sindicatos proletários como forças constructivas independentes dos parlamentos e dos partidos políticos, capazes de organizarem a produção e a distribuição.

Na Inglaterra surgiram então as *guildas*, que, em vez de lutar pela organização da defesa dos assalariados, procuravam abolir o salário. A Confederação Geral do Trabalho na França, em 1920, era orientada pelos ideais sindicalistas. Surgiu também, em fins do século XIX, movimentos categóricamente hostis ao Marxismo, que repudiavam o materialismo histórico e a luta de classe, e que ofereciam melhorias das condições dos trabalhadores por meio de reforma, por exemplo *Frederich Le Play*, que se preocupou em reforçar a instituição da família e em desenvolver a boa harmonia entre as pessoas, operando no mesmo trabalho, tornando o chefe de indústria uma espécie de chefe de família, cujo *paternalismo* tenderia a melhorar a sorte do operário. Os sociais-cristãos e os "socialistas" cristãos preferem uma espécie de socialismo proudhoniano, tendente à emancipação do trabalho pela constituição de grupos cooperativos de produtores, ou por um retôrno ao regime cooperativo.

Esta última é a tendência dos católicos alemães, enquanto a primeira é a dos católicos franceses. Com as crises posteriores à primeira grande guerra e depois da grande crise de 1929, muitos economistas descreveram o mundo como uma abundância de estoques de mantimentos e de matérias primas, ao lado de produtores arruinados pela própria superprodução, enquanto milhões morriam de fome. Nos Estados Unidos, os tecnocratas assinalavam as ilimitadas possibilidades de produção que a ciência oferecia à indústria moderna, e que uma má organização econômica não permitia fôsse aproveitada. Na realidade, não

havia superprodução e, em breve, veremos por que e como. Com a aplicação dos planos econômicos na Rússia, elaboraram-se inúmeros projetos e planos em outros países. Pode dizer-se, no entanto, que há uma tendência geral para uma racionalização da economia, cujos aspectos não podem ser aqui desenvolvidos.

Quanto às tendências contemporâneas, delas trataremos na parte que estuda as teorias políticas, demorando-nos na análise daqueles pontos que realmente exigem maior exame.

PARTE ANALÍTICA

O FACTOR HUMANO, MEIO NATURAL E TÉCNICA

Um dos pontos mais importantes e que mais interessam aos economistas é o da relação entre a *população e a produção*.

Primeiramente, abordemos o aspecto *quantitativo* do factor humano, pois o *qualitativo* será estudado quando analisemos o *trabalho*.

O aspecto quantitativo é matéria da *demografia*.

A quantidade de bens para satisfação das necessidades humanas nem sempre aumenta à proporção que aumenta a população, porque o homem não é o único factor de produção. Temos que considerar também a *natureza*. A espécie humana cresce, aumenta, mas o solo do nosso planeta é limitado. Também o são os recursos que ele nos pode dispensar.

Imaginando-se um crescimento indefinido da população humana, num campo limitado, é fácil logo compreender o vulto desse problema para a Economia.

Malthus, em seu tempo, verificou que enquanto a população da Inglaterra aumentava na proporção de 16, a produção aumentava na proporção de 5.

Tal perspectiva indicava a fome, a miséria crescente, porque, aumentando a necessidade pelo aumento da população e não aumentando a produção na mesma proporção, a fome era inevitável. Para tanto, impunha-se que se restringisse a natalidade, única solução que surgia a seus olhos. Apesar das críticas que lhe fizeram e do ridículo em que se

quis colocar as suas conclusões, na realidade o problema permanece de pé, embora sob outros aspectos. E por quê? Pela simples razão de que além do aumento da população verificável, há também um aumento das necessidades, as quais não são satisfeitas, mas agudizam-se precisamente por isso. Mais cedo ou mais tarde o problema tomará proporções alarmantes.

Não resta dúvida que as grandes descobertas na química e nas ciências em geral nos permitem um notável desenvolvimento da produção, mas o problema se agudiza sobretudo em países de população densa, e está a exigir soluções cada vez mais imediatas. Os economistas modernos desejam encontrar esse *optimum*, essa base ideal, onde a população e as suas necessidades encontrem um perfeito equilíbrio.

Um outro facto que veio chamar a atenção dos economistas é que a média de vida humana aumentou consideravelmente, variando de país para país.

Tivemos, no século passado e parte deste, as soluções migratórias. Grandes massas de população procuraram novas terras, sobretudo nas regiões pouco povoadas, para descarregar o excedente de suas populações. Mas essas novas regiões aumentam também consideravelmente de população e o problema terá que ser enfrentado constantemente, e exigir, por isso, soluções cientificamente orientadas.

A Economia, a pouco e pouco, vai penetrando no terreno social, vai influenciando as consciências humanas e hoje a administração pública exige o seu estudo como fundamental, como devera ter sido sempre, o que nem sempre foi. Os problemas crescem e a situação actual do mundo exige soluções.

Como esse estudo implica bases de demografia e não poderia estar incluído aqui em seus aspectos específicos, mas apenas em seus aspectos genéricos, só através do estudo de obras actuais daquela ciência se pode aquilatar a importância de tal tema, cuja influência no facto económico é importantíssima.

* * *

Já tivemos oportunidade de examinar a Técnica e de mostrar quanto ela penetra no problema da produção. Vi-

mos também que o conceito de produção é mais amplo que o de técnica.

Produzir é transformar a natureza para adaptá-la às poucas necessidades. Assim todo acto que contribui para a satisfação de nossas necessidades é, para o economista, um acto de produção. Quando porém esse acto é acompanhado de uma transformação do bem, exige um certo *saber*, um certo conjunto de processos conjugados com os conhecimentos aplicados da ciência, temos a Técnica.

A Tecnologia é a ciência que estuda esses meios e penetra no âmbito da Economia, como já vimos.

Os recursos da natureza são aumentados graças à Técnica, e segundo os elementos que ela nos dá, podemos oferecer uma definição nítida de capital: *este consiste nos bens produzidos, que servem materialmente para a produção de outros bens ou serviços.*

NECESSIDADES E BENS

Procederemos agora à *análise abstracta* dos elementos da Economia, para depois caracterizá-los sociologicamente.

Para satisfazer suas *necessidades*, o homem transforma e troca *bens e serviços*, aplicando-lhes *trabalho*.

Exemplifiquemos: temos necessidade de comer e uma série de fenómenos fisiológicos, que em nós se processam num conjunto de sensações desagradáveis, leva-nos a satisfazer essa necessidade por intermédio do alimento. Precisamos ir ao alimento para com ele satisfazer a necessidade. Então temos abstractamente considerado:

- 1) conjunto de sensações desagradáveis;
- 2) conhecimento de um meio para fazê-las cessar;
- 3) impulso ao acto que nos leva a aplicar bens capazes de satisfazer a necessidade.

Pantaleoni vê na necessidade "o desejo de dispor de um meio próprio para fazer cessar uma sensação desagradável ou penosa ou para preveni-la, ou para conservar uma sensação agradável, ou para provocá-la ou para aumentá-la."

Guillot define a necessidade como "o sentimento de um estado afectivo doloroso, que podemos substituir por um estado afectivo agradável pelo emprêgo de um meio do qual acreditamos poder servir-nos."

Thaon di Revel, economista italiano, assim define: "a consciência que o homem tem da precisão de dever recorrer a um meio determinado, como condição *indispensável* da existência ou o conhecimento que tem de poder obter por um meio determinado uma melhora de sua condição de vida ou da de outrem, ou a *cessação* de uma sensação penosa ou de incomodidade para si ou para outrem."

Estabelecem os economistas êstes elementos da necessidade:

1) *o ser consciente.*

Êste pode ser o indivíduo físico ou um grupo social. Neste último caso, a necessidade do grupo é apreciada por um indivíduo físico ou mais de um.

2) *Conhecimento da existência de um meio.*

Êsse conhecimento nos é dado pela experiência ou pela cultura. Êste elemento nos leva a compreender por que certos bens se tornam necessários em dado momento da história: As *meias*, por exemplo, eram raras em tempos passados, hoje são *imprescindíveis* ao homem civilizado.

3) *Conhecimento do emprêgo possível do meio com vantagem para o sujeito econômico.*

O sujeito econômico sabe que o bem lhe é necessário para a manutenção da existência ou para melhorar sua condição de vida. Podemos citar quatro suposições fundamentais, que estão na base da teoria moderna da necessidade.

4) *Princípio hedonístico* — Pode ser enunciado assim: afirmavam os hedonistas (filósofos gregos), que o homem deseja obter o máximo de prazer com o mínimo de dor. A Economia, em sua actividade, quer proceder como um hedonista.

5) *Mensurabilidade da necessidade* — Julgam muitos economistas modernos que os prazeres e as dores são mensuráveis. Mas são êles intensistas, portanto não são quantitativos. Podemos apenas conhecer graus. Medir só

quando reduzimos o intensista ao extensista, o qualitativo ao quantitativo.

6) *Julgam que os prazeres e as dores são comensuráveis* — Ora ambos são subjectivos, variam, portanto, de indivíduo para indivíduo. Por outro lado, não há uma unidade de sensação que sirva de medida.

7) *Julgam que as necessidades são divisíveis* — Portanto supõem que cada dose de um alimento de qualidade homogênea, consumida pelo sujeito, faz desaparecer, proporcionalmente à sua aplicação, uma fração correspondente da necessidade de comer.

Tôdas essas teorias, que são modernas, cometem o erro inicial de confundir o lado *intensista* e o *extensista* da necessidade. O lado intensista varia de indivíduo para indivíduo, de grupo para grupo, etc. No *extensista*, as variações são menores, por isso se costuma chamar de *constante*. As leis, que muitos economistas procuraram construir, fundadas nas medidas das necessidades e da sua satisfação, têm valor apenas pelos elementos normalmente necessários para a manutenção da vida. Outras necessidades ultrapassam o campo do extensista, do quantitativo.

Multiplicação das necessidades — Observa-se no capitalismo que os novos inventos criam novas necessidades. O cinema, o rádio, a fotografia criaram necessidades novas. Na verdade foram novas manifestações das velhas necessidades de divertimento, mais agudizadas agora pelo dinamismo da vida capitalista. Revela-nos a história que há épocas em que as necessidades se multiplicam, enquanto noutras diminuem. Pode o homem suportar essas restrições na satisfação de suas necessidades e temos um exemplo na guerra, onde as restrições impostas são suportadas.

8) *As necessidades são saciáveis* — É essa uma das afirmações mais contraditórias.

Alegam alguns que tais afirmações não procedem, pois há necessidades não saciáveis, como, por exemplo, o *luxo*. Entretanto, se o luxo agudiza a necessidade, êle leva à saciedade e até ao desprazer, quando atinge um grau muito exagerado.

O capitalismo e a necessidade — No regime capitalista, há uma multiplicação intensa das necessidades. As causas

são: o desenvolvimento crescente da Técnica, que aumenta em quantidade os bens e os transforma *qualitativamente*; o desenvolvimento dos meios de comunicação materiais e intelectuais, que são numerosos e poderosos, permitindo que se conheçam novos bens para satisfação de necessidades.

O capitalismo é uma economia de forma monetária, que funciona sobre a base do mercado. Assim os bens podem ser avaliados numericamente. Uma necessidade nascida pode encontrar uma satisfação, porque é acessível apenas às possibilidades monetárias. Ao lado da multiplicação das necessidades, temos a multiplicação das satisfações.

É muito comum, sobretudo entre os marxistas, dizer-se que a situação do proletariado é menos invejável que a do escravo antigo. Tal afirmativa, considerada apenas como "frase de propaganda", pode ser desculpável, mas como afirmação econômica, como transparece nas obras de Marx e de seus sequazes, não é perdoável, porque mesmo em tempos daquele, a situação do proletariado era economicamente melhor. Além disso, a situação do proletariado melhorou com o tempo, e hoje um operário recebe tanto e vive como um privilegiado de séculos anteriores ao XIX. As análises feitas por sociólogos sobre os orçamentos operários demonstra que os mesmos têm aumentado.

Os estudos sociológicos, neste ponto, interpenetram-se com os da Economia. Certos aspectos econômicos vão encontrar na Sociologia base para novas compreensões. Quando alguns autores socialistas comentam a *falta de solidariedade* entre operários de uma fábrica e empregados da mesma, temos aí um facto sociológico, mas também com suas relações econômicas, pois se verifica que as necessidades de uns e de outros também são diferentes.

Estamos numa época nova do pensamento humano. É que hoje os homens estudam mais as *diferenças* que as *semelhanças*. Já mostramos em "Filosofia e Cosmovisão" por que é como isso se dá, e também o motivo por que a Filosofia não pode permanecer no terreno unilateral que muitos desejam dar-lhe.

Se tratamos agora das necessidades, devemos ressaltar factos importantes, como a *dissemelhança das necessidades fisiológicas*, que se dá entre os povos do mundo, entre os

operários dos diversos países, ao lado das *dissemelhanças dos orçamentos*.

A falta de um conhecimento científico da alimentação, mais seguido pelos usos e costumes e a influência do meio e do factor étnico têm influído poderosamente nessa disparidade. Conseqüentemente, é preciso também reconhecer as diferenças de mentalidade.

Entretanto, o que nos revela a história é que, no decorrer do domínio do capitalismo, houve um aumento de consumo de parte da população humana, a par de um aumento das necessidades que se multiplicaram, não apenas para uma classe, mas para todas as classes, cuja situação melhorou. Outro aspecto também digno de nota é que o luxo se desenvolveu, mas acessível a um número maior, verificando-se muitas vezes a preferência em atender-se as necessidades de luxo do que as necessidades fundamentais.

É digno de nota que no regime capitalista a satisfação das necessidades depende da *solvabilidade* do consumidor. Esta depende das rendas, dos salários, etc. Uma sociedade socialista planificada, que estabelecesse o desaparecimento do mercado, e que o trabalhador, para satisfazer a sua necessidade, adquirisse bens nos armazéns do Estado ou da colectividade, e para tanto usasse de bônus, em vez da moeda comum, esse bônus deveria refletir as horas e a quantidade de seu trabalho. Ainda aí teríamos a *solvabilidade*, pois apenas adquiriria bens na proporção do seu crédito em *bônus*.

Na Rússia, tentou-se criar tal situação, mas deram-se casos em que o proletário tinha meios solváveis para aquisição de bens, mas os armazéns não os tinham. O retorno ao regime monetário, na Rússia, não resolveu a situação, porque o encarecimento dos preços foi extraordinário e, então, se deu o que se observa no regime capitalista. O proletário passou a não ter *solvabilidade* suficiente e a aquisição de bens dependeu da sua solvabilidade. Dessa forma, na Rússia, através da *sua* socialização, uma *elite* dirigente tem solvabilidade para satisfazer até necessidades de luxo, enquanto a maior parte da população não tem solvabilidade suficiente para satisfazer as necessidades fundamentais.

É essencial do capitalismo que a satisfação das necessidades decorra da solvabilidade, a qual depende da renda,

do salário, o qual tem uma zona máxima e mínima de crescimento ou de diminuição. Há um máximo e um mínimo possível de salário.

Na realidade concreta não há salário rigorosamente econômico e natural, êle depende ao mesmo tempo de fenômenos econômicos, jurídicos, e sociais.

Na sociedade capitalista, permanece ainda na *família*, com exceção dos casos anormais, uma cooperação igualitária. quando certos socialistas atacam a família, deveriam, pelo menos, estudá-la em seu aspecto econômico, e verificar que nela, precisamente, não há a competição econômica verificável no resto da sociedade. É ela ainda, quer queiram quer não, a célula, a base de qualquer forma de sociedade humanamente desenvolvida. Pode considerar-se, sem receio, que é na formação da família, na ordem que nela se verifica, no espírito de cooperação que a anima, na solidariedade que a une e a coerencia, que se pode aquilatar o sentido verdadeiramente humano e o valor de qualquer colectividade.

OS BENS

Já vimos que os bens são os meios que servem para a satisfação das necessidades. Mas, para que exista um *bem econômico*, mister se torna mostrar suas condições:

1) que se dê concretamente a necessidade num agente, mediata ou imediatamente; isto é, previsto pelo raciocínio ou sentido imediatamente;

2) que exista um objecto que o agente considere capaz de satisfazer a necessidade. Não importa que o objecto satisfaça ou não na realidade, mas é imprescindível que o agente *julgue que satisfaça* (elemento subjectivo);

3) que o bem possa estar à disposição do agente e que possa ser aplicado à satisfação da necessidade;

4) que o objecto exista em *quantidade limitada*. (Porque se fôr ilimitada, já vimos, deixa de ser um bem econômico, como o ar, etc.)

Na realidade, tôdas as coisas físicas são limitadas quanto à quantidade. Mas algumas podem ser aplicadas à satisfação das necessidades *sem esforço* (ar, luz solar, etc.) Costumam os economistas chamá-los de *bens livres*, em oposição aos *bens econômicos*.

Então um bem livre pode tornar-se um bem econômico e vice-versa. Quando?

a) Suponhamos que os alquimistas descobrissem a *pedra filosofal*. Então tudo poderia ser transformado em ouro. Nesse caso, o ouro perderia seu valor de *bem econômico*, para tornar-se *bem livre*. Conclusão: uma transformação na Técnica, que permita obter um bem em quantidade tal que ultrapasse as necessidades determinadas, tal bem passaria, de econômico, para livre. (Há limites, aqui, quanto à Técnica: isto é, se os meios forem livres, tal se dá. Se os meios forem de propriedade de alguém, que os utiliza em

seu proveito, dar-se-ia o contrário. Mais adiante estudaremos este aspecto).

b) Um bem existe materialmente, contudo, pode desaparecer a necessidade. Neste caso, a coisa perde seu carácter actual de bem. Ex.: certos remédios hoje desusados.

c) Se se dá a existência material do bem, mas desconhece o homem as suas propriedades que servem para satisfazer uma necessidade. Por exemplo, certas ervas medicinais, cujas propriedades são desconhecidas. Falta a relação subjectiva do conhecimento para dar-lhes a categoria de *bem actual*.

d) Se o bem, embora exista materialmente, sofre transformações físicas que o tornam incapaz de satisfazer uma necessidade. Neste caso, deixa de ser desejado, deixando de ser um bem. Ex.: um alimento que se corrompe.

e) Se o objecto existe materialmente, porém, não está ao alcance efectivo do agente. Por ex.: um navio naufragado no fundo do mar.

Um serviço pode ser considerado um bem, como: a acção do médico, do advogado.

Nota: Que sugere tudo isto? Sugere a aplicação aos bens da categoria de acto e potência. Há *bens em acto* e há *bens em potência*. Para a Economia, o bem só é económico quando é *em acto e limitado*. Se *ilimitado* é um *bem livre*, se *em potência*, deixa de ser um *bem económico*, e é apenas uma possibilidade. O bem ainda desconhecido é um *bem em potência*, que poderá ser actualizado, quando conhecido.

Os bens podem ser: *directos* ou *indirectos*.

Quando os bens têm um emprêgo útil, determinado e imediato, são bens directos ou de *primeiro grau*: os bens de consumo.

Outros não são aplicáveis imediatamente à satisfação de uma necessidade, nem têm um emprêgo útil, determinado, imediato. Permitem obter outros: são os *bens indirectos ou de produção*. Também neste caso, um bem directo pode ser tomado indirectamente e vice versa. Vejamos o exemplo do açúcar. Quando o suco de cana é feito é um bem indirecto em relação ao açúcar já precipitado, o qual é de consumo directo. Mas o suco de cana pode ser também de consumo directo, quando é utilizado como bebida.

Pode-se ainda estabelecer graus quanto aos bens. Vejamos o exemplo do açúcar.

O açúcar é um bem directo de 1.º grau.

A pasta é um bem indirecto de 2.º grau.

O suco é um bem indirecto de 3.º grau.

A cana é um bem indirecto de 4.º grau.

Estas classificações dependem do processo de transformação técnica, e pode ser aumentado, segundo as fases.

BENS ACABADOS E INACABADOS

A opposição entre bens directos e indirectos é uma opposição *econômica*. Mas a opposição entre bens acabados e inacabados é uma opposição *técnica*. Assim, o suco de cana, enquanto não é filtrado, é um *bem inacabado*. Vejamos o pão. O pão à venda, na padaria, é, para o consumidor, um *bem directo*. A farinha, um bem indirecto de 2.º grau, o trigo um bem indirecto de 3.º grau. Todas as máquinas e instrumentos empregados para a sua produção são *bens indirectos*. O trigo, enquanto não é maduro, é um *bem inacabado*, mas, em relação ao pão, permanece indirecto. A farinha, em relação ao pão, é um bem indirecto e inacabado. O pão, enquanto não é cozido, é um bem inacabado.

A distinção entre bens directos e indirectos é importante para o estudo das teorias econômicas.

Por ex.: essa distinção é a base para a *teoria do capital*. Para muitos economistas, o capital é o conjunto de bens indirectos, que apresentam determinados caracteres, como veremos mais adiante.

Quanto à produção: o empresário é o agente que transforma bens indirectos de graus sucessivos e bens directos ou de consumo.

O valor dos bens indirectos, por exemplo, para muitos economistas, procede do valor dos bens indirectos que eles permitem obter.

A teoria das crises cíclicas exige, para seu estudo, a distinção entre bens directos e indirectos.

Um factor importante é incluído aqui: *o tempo*.

Um bem para passar de bem indirecto para directo necessita um certo lapso de tempo. Para obter colheitas é preciso plantar, esperar que amadureça. Enquanto isso, as condições do mercado podem variar radicalmente. Portanto, há *riscos econômicos particulares*.

Quando se trata de bens directos, a avaliação é imediata, quando se trata de bens indirectos, é preciso o trabalho de previsão. É preciso calcular a quantidade e bens directos no mercado para concluir exactamente sobre a avaliação dos bens indirectos.

Muitos chamam os bens indirectos de *bens instrumentais*. O vinho, para o comprador, é um bem indirecto não instrumental. Mas para o vinicultor é um bem instrumental. Há, portanto, uma diferença. Um bem pode ser instrumental ou não, segundo sua relação a uma pessoa ou a um grupo de pessoas.

A moeda, por exemplo, é um bem instrumental, porque serve para trocar-se por bens ou serviços de qualquer espécie.

São *substituíveis* os bens que podem ser recolocados por outros que servem para satisfazer as mesmas necessidades.

Os bens *fungíveis* são os que podem ser empregados indirectamente um pelo outro. Por exemplo, as notas monetárias.

Bens sucedâneos podem ser substituídos por outros, porque tendem para a satisfação de necessidades *análogas*, não *idênticas*. Portanto, os bens sucedâneos podem ter graus de sucedaneidade, dependendo de caracteres objectivos e de elementos subjectivos. Por ex.: a margarina, como sucedâneo da manteiga.

Falamos em elementos objectivos e subjectivos.

a) os *objectivos* são, em regra, mensuráveis. Por ex.: o valor nutritivo de um alimento pode ser calculado.

b) *subjectivos* não são mensuráveis. Por ex.: o sabor.

Os bens sucedâneos podem ser de espécies diferentes. Ex.: o óleo de oliveira e óleo de linho, de algodão, etc. Podem ser da *mesma espécie*, mas de *qualidades diferentes*, co-

mo um óleo de oliveira pode ser de melhor qualidade que outro inferior.

Os *bens sucedâneos* podem ser *directos* ou *indirectos*.

Entre os bens sucedâneos, podemos distinguir os *productos naturais* e os *syntheticos*, hoje são importantes. No século XIX, devido à concorrência, e ao aumento do consumo, apoiado nas descobertas técnicas, foi possível realizar bens *syntheticos*.

Depois da 1.^a Grande Guerra, a necessidade dos Estados em se bastarem, levaram-nos à *autarquia*, para garantir sua independência. Certos países, movidos pela necessidade de abastecerem-se a si próprios, estimularam a produção de bens sucedâneos, que substituíssem os de importação. Tal facto é importante no estudo da economia moderna.

Bens complementários são aquêles que estão colocados numa relação tal que devem ser empregados conjuntamente, para que possam atingir o fim desejado pelo agente que os usa, por ex.: o café e o açúcar.

A complementariedade é uma regra quase geral, pois são poucos os bens que, para serem consumidos, não exigem outros que os complementem. A complementariedade cria um risco económico, porque, durante a produção, *os laços de complementariedade podem modificar-se*. As causas podem ser de ordem técnica ou por modificações do gosto do consumidor.

Assim a diminuição do consumo do café traz uma diminuição do consumo do açúcar. Essas modificações estão sujeitas a graus, maiores ou menores.

DA UTILIDADE

A *utilidade* é um atributo dos bens, consistente na aptidão de satisfazer uma necessidade ou de fazer nascer uma sensação agradável ou de criar situações imprescindíveis para o aparecimento de tais sensações.

A utilidade não pode ser medida como uma dimensão física. Ela é uma *relação* entre o bem e o agente económico, portanto variável segundo os indivíduos, os grupos, as épocas.

Em si, a utilidade econômica é indiferente e neutra. Actualiza-se quando o bem é efectivamente desejado. Independe do carácter moral ou higiênico, pois o álcool, os tóxicos são bens econômicos para quem os deseja.

Que se conclui daí? Que há uma diferença entre a utilidade no sentido comum e utilidade no sentido econômico. O álcool tem valor e preço e obriga a trocas onerosas. Assim quando a economia emprega o termo *utilidade*, emprega-o no seu universo de discurso. É importante esta distinção para a compreensão de temas futuros.

Podemos considerar a utilidade sob dois aspectos:

- A) *utilidade total*
- B) *grau de utilidade*.

Vejam: um bem, à proporção que é consumido, tem uma dose de utilidade até um determinado grau, depois pode ir diminuindo até perder a utilidade. Exemplifiquemos com um alimento: cada dose tem uma utilidade e na sucessão das doses atingem elas um grau máximo. Posteriormente a este, passa a ser de grau inferior, até perder a utilidade. Então: *utilidade total* é a soma das utilidades de todas as doses; *grau de utilidade*, a de cada uma.

Fala-se, também, em *utilidade composta*. A necessidade de comer é rapidamente satisfeita se se dá absorção de um único alimento, em vez de uma alimentação variada. Um espectador, de um espectáculo sempre igual, é mais rapidamente saturado que um que assiste a um espectáculo variado. Assim o agente retira das doses mais utilidade à proporção que sejam elas mais heterogêneas.

Os estudos feitos acima nos permitem entrar na análise do *capital* e do *capitalismo*. Tais explicações se dão em qualquer economia, quer fechada, quer artesanal, quer capitalista por que foram examinadas em sua generalidade, abstraídas das diversas condições que as diferenciam. Agora podemos entrar nesse tema e analisá-lo com o auxílio de novos instrumentos.

CAPITAL, LUCRO, POUPANÇA E TRABALHO

No sentido vulgar, o termo *capital* tem uma acepção muito vasta e de contornos indefinidos. Capital vem de *caput* (em latim, *cabeça*, e indica o *principal*, o que está acima de tudo). Para uns é o conjunto dos bens aplicados à produção, para outros incluem-se em seu âmbito até bens não econômicos, como *capital intelectual*. Para o industrial é o conjunto de seu estabelecimento, máquinas, estoques, etc. Para outros, apenas os valores monetários, etc.

O CONCEITO DE CAPITAL

Já vimos como compreendem os economistas o capital, considerando-o como elemento composto da natureza e do trabalho.

Imaginemos um homem que trabalha para a consecução de bens, a fim de satisfazer as suas necessidades. Apanha os frutos das árvores, colhe-os, dêles se alimenta, caça, etc. Mas, imaginemos que um dia desvie *parte de seu tempo de trabalho* para a construção de um instrumento que lhe permita melhorar a produção, obter mais bens que lhe permitem aumentar as possibilidades de aquisição de bens. Para construí-lo, teve êle de trabalhar *um número maior de horas* suplementares ou teve de devotar parte de seu trabalho na confecção do mesmo, diminuindo, assim, o rendimento de bens necessários ao consumo, por ter reduzido seu tempo de trabalho, ou teve de *poupar* bens suficientes que lhe permitissem desviar seu tempo para a confecção do instrumento.

Com este, no decorrer do tempo, obterá bens mais numerosos, no mesmo tempo de trabalho, por meio dêsse *capital*.

O capital está incluído no conjunto dos fenômenos econômicos e apresenta-se como resultado de um *cálculo*, de uma comparação entre as satisfações presentes e as futuras: conseqüentemente, na conveniência de sacrificar bens presentes, já adquiridos ou por adquirir, para devotar o trabalho à realização desse novo elemento, que permitirá, no futuro, obter maior quantidade de bens ou de melhor qualidade.

Já vimos que o preço está ligado ao carácter econômico dos bens, isto é, à sua limitação ou raridade. Todos os bens limitados e raros têm um preço. No caso exposto anteriormente, para exemplificar a formação de um capital, vimos que era o homem obrigado a sacrificar bens poupados, ou a sacrificar parte do seu trabalho, com sacrifício da satisfação das suas necessidades ou a aplicar maior soma de trabalho para obtenção dos utensílios que lhe eram necessários.

É o capital um bem ou bens que sofreram alterações mais ou menos profundas, com o fim de servir para o aumento quantitativo ou qualitativo de novos bens.

Chamamos a atenção para este enunciado, pois o termo *capital* costuma tomar diversas acepções na vida corrente, que aumentam a confusão em torno de seu verdadeiro conceito.

Assim, todo capital *custa*, é um bem limitado, raro.

CONCEITO E FORMA DO CAPITAL

Para estudar concretamente o *capital*, é necessário expor em primeiro lugar as opiniões, em geral abstractas apresentadas pelos economistas.

Vejamos as noções dominantes, segundo Perroux:

1) *As noções contábeis.*

Sob este ponto de vista, o capital é definido como o conjunto de valores monetários, tornados constantes pela prática da amortização.

Numa indústria, as máquinas, os estabelecimentos, os utensílios, etc. são bens *perecíveis*, quer em sua *materialidade* (uma máquina se usa, um instrumento se gasta), quer em sua *eficácia econômica* (*envelhecimento* das máquinas em consequência de certos progressos técnicos).

Desta forma, nos balanços anuais, uma soma determinada, julgada suficiente para que sejam reconstituídos os bens que se usam, é *debitada* sobre o producto de uma empresa. Assim, o capital permanece *constante, permanente, invariante*, como o expressam muitos economistas.

Essa constância é, entretanto, avaliável, porque se podemos *prever* exactamente a usura (de uso) de uma máquina, não podemos prever com a mesma exactidão, as transformações técnicas.

Essa noção de capital está visceralmente ligada à de renda.

A renda é um conjunto de valores monetários que um indivíduo obtém do emprêgo de sua força de trabalho, e que pode ser empregada em bens de consumo, sem que seja atingido o capital, se o indivíduo o tiver.

No caso dessa noção de capital, que ora estudamos, a renda é um *excedente* de valores monetários.

É fácil ver-se que através dessa noção, o capital e a amortização dependem da vontade do agente econômico, que premido por diversas circunstâncias poderá reduzir, na prática, as amortizações.

2) *As noções técnicas.*

Os economistas, que expõem tènicamente a noção de capital, argumentam com a divisão entre *bens directos e indirectos*. Os primeiros são os bens de consumo, os segundos os de produção. Assim, na produção de um bem de indústria extractiva, como um cereal, a semente, a terra, a luz, as máquinas, que depois o transformam, são *bens indirectos*.

Para combater essa doutrina, bastaria perguntar se poderíamos pôr na mesma classificação as propriedades físicas e químicas do solo, da água, da luz com as máquinas e utensílios.

Os economistas clássicos ingleses definem o capital como o *conjunto de bens de produção já produzidos*. São esses bens os que tendem a uma transformação material de outros bens e que têm a virtude de aumentar a propriedade desses bens em satisfazer as necessidades humanas.

Assim, o conjunto dos bens produzidos é o resultado de uma combinação de factores naturais e do trabalho. Dessa forma, *excluem as propriedades naturais e gratuitas dos bens indirectos*, evitando a noção que acima expusemos.

Por essa explicação são distinguidos um *dom gratuito e um esforço*, o que já havíamos salientado, quando estudamos os *bens livres e os bens económicos*.

Contudo, é difícil distinguir o *factor de o elemento natural*.

Imaginemos uma queda d'água. Pela intervenção humana é transformada em força motriz. As propriedades físicas e químicas da água formam o factor natural. Mas o esforço humano a transformou. Como distinguir aqui o factor humano de o elemento natural?

Não nos revela tal facto a preocupação abstractista dos economistas em querer separar? Não é preferível compreender *concretamente* o capital?

Para solucionar as dificuldades surgidas, a escola austríaca de Bohm Bawerk concluiu que o capital técnico (lembramo-nos que estamos estudando a noção técnica do capital) é o *conjunto dos bens indirectos ou intermediários que, através de rodeios productivos fecundos, e mediante uma diminuição de tempo, têm a virtude de tornar mais productivo o trabalho humano*.

Tomemos um homem que tem uma obra a executar. Antes de fazê-la, prepara-se para construir instrumentos, que tornarão mais fácil e eficiente o seu trabalho. Com isto poupa tempo e aumenta a productividade do mesmo. Tais análises permitiram à escola austríaca formular, embora abstractamente, uma noção do capital tecnicamente considerado.

Vimos, assim, que o acto de produção é uma combinação de factores naturais, *capital e trabalho*, e o resultado é um *producto*. Uma fração desse producto global é imputável a cada factor. Os três são necessários para a integridade do producto, mas se pode determinar (abstractamente, é lógico) uma fração do producto para tal ou qual factor.

Até aqui ficamos na noção *técnica* do capital. Vejamos agora as:

3) *Noções jurídicas do capital.*

É o capital, sob o ângulo desta noção, um conjunto de valores monetários, que, numa organização jurídica e social determinada, oferece a particularidade de fornecer, a quem o possui, uma renda sem trabalho *actual* (em acto).

Entendia Adam Smith por capital *todo bem que permite obter renda*. Dessa forma não distingue a noção *técnica* de a noção *jurídica*.

Dessa forma, a noção de capital, juridicamente considerada, é mais ampla que a de capital tecnicamente considerado, porque, além de incluir os capitais técnicos, inclui ainda os direitos reais, a terra, etc.

A renda, para a noção jurídica, está coordenada com a mesma noção. A renda é *sem trabalho actual*. E como se pode dar tal renda?

Pelo *empréstimo*, decorrendo dêle um juro, pela *inversão* (ou investimento) na empresa, para obtenção de benefícios, comprando trabalho humano, etc.

4) *A inclusão do tempo na noção de capital e renda.*

Irving Fischer, economista americano, faz as seguintes observações:

a) que o capital não é um grupo de bens determinados em relação a outros bens, mas o *conjunto de todos os bens existentes num dado instante*;

b) que a *renda é o fluxo de serviços que decorrem desse conjunto de bens durante um período de tempo*.

Quanto ao *capital*, nada de novo, propriamente, nos conta Irving Fischer.

Uma série de problemas surgem quanto ao capital, os quais serão melhor compreendidos, quando estudemos as teorias do valor. Entre esses, poderíamos citar: como decorrem serviços de certos bens? Por que certos bens têm a propriedade de aumentar os serviços tirados pelo homem de outros bens?

Essas perguntas e essas dificuldades, que assaltam aos economistas, decorrem de uma concepção meramente *quantitativa do capital*. Ao formar-se uma nova *estrutura*, com uma nova forma, novo ser tem uma tensão (coerência) diferente, nova, que não é apenas uma soma das tensões das partes componentes, mas especificamente *diferente*. Assim, a tensão do corpo de um homem não é apenas uma soma das tensões dos *sistemas* que o compõem. É *diferente*. Um bem produzido, não é apenas o que é quantitativamente, mas diferente. E quando pôsto em acção pode êle produzir outros, cuja estrutura ou plano tem possibilidades novas e muitas vezes diferentes ou maiores que as que compõem as suas partes.

Um bem pode, dêste modo, permitir que aumentem os serviços tirados pelo homem de de outros bens.

As quatro noções que expusemos do capital dão apenas aspectos *abstractos*. São verdadeiras em suas afirmações, mas falsas quando negam as outras; isto é, quando querem anular as afirmações das outras noções. Elas se completam, sem, na realidade, se oporem. O conjunto dessas quatro noções nos permite formar uma noção mais concreta do capital.

Uma rápida digressão será conveniente fazer.

Quando o primeiro homem percebeu que, com o auxílio de certos objectos, podia aumentar sua productividade, *criou* êle o *capital*. Mas, nesse mesmo instante, criou êle uma série de possibilidades novas, porque já no primeiro instrumento de trabalho estava, *em potência*, todo o desenvolvimento que conhecemos no homem moderno. Considere-se êste facto. O capital é *também* suas possibilidades, e permite êle que se *actualizem* possibilidades de bens que, sem êle, não poderiam actualizar-se. Por isso é que certos bens têm a propriedade de aumentar os serviços que o homem tira ou pode tirar de outros.

* * *

Examinemos sucintamente a noção geral de capital em face dos diferentes sistemas económicos.

Em todos os sistemas económicos, que já estudamos, vê-se que o capital, em seu sentido técnico, está presente.

Numa economia fechada, os capitais técnicos são presentes, embora o capital jurídico não tenha tanta importância. Numa *economia socialista*, o capital jurídico é eliminado para subsistir apenas o capital técnico. Mas é preciso que essa economia socialista seja plenamente socialista. No caso soviético, há rendas sem *trabalho actual*, como bônus, empréstimos, juros, etc.

A polémica entre socialistas e liberais pode ser agora bem compreendida. Quando os socialistas propõem-se a suprimir o *capital*, querem suprimir o *capital jurídico*. E quando os liberais afirmam que "o capital é eterno", fundam-se no *capital técnico para justificar o jurídico*.

Assim ambos empregam a mesma palavra para significar realidades diferentes. Ambos concordam na impossibilidade de suprimir o *capital técnico*, mas, em suas intenções, um ataca o que o outro quer defender.

Concretamente, *capital* é o valor ou o conjunto de valores económicos indirectos, que permitem aumentar actual ou potencialmente a productividade do trabalho, ou criar a renda sem trabalho actual.

CAPITAIS FIXOS E CAPITAIS CIRCULANTES

Antes de dar os enunciados dessas duas espécies de capital, façamos um exemplo. Um criador tem muitas cabeças de gado, algumas êle destina para os trabalhos de campo e para o serviço de agricultura, parte leva para o mercado para vender.

Para Adam Smith, o primeiro gado é capital fixo, e o que é vendido é capital circulante.

Essa interpretação de Smith é combatida por muitos motivos.

1) é uma concepção fluídica e imprecisa de capital, pois ora parece querer referir-se a valores monetários, ora a bens em sua realidade material.

2) Os factos desmentiram as afirmações de Adam Smith. Os capitais chamados fixos, como os estabelecimentos, as máquinas, tomaram uma importância preponderante. Além disso, a classificação entre capital fixo e capital circulante em Adam Smith, gera mal-entendidos.

Adam Smith fundava-se no facto de permanecer o bem no *patrimônio*, e tínhamos um capital fixo, ou de *sair do patrimônio*, e tínhamos um capital circulante.

Modernamente, essa classificação é entendida assim. *Capitais fixos* são os que podem concorrer em diversos actos de produção sem se transformarem materialmente. Exs.: as máquinas, as instalações. Capitais circulantes são os que se destroem ou se perdem no acto de produção em que intervêm. Por exemplo: as matérias primas, as sementes, etc.

Dessa forma, não se visa mais a um *deslocamento patrimonial*, como no caso de Adam Smith, mas a uma *transformação ao mesmo tempo técnica e económica do bem*.

No entanto, essa classificação é relativa. Pois a *moeda* é, para o *empresário*, um *capital circulante*; mas, para o país, é um *capital fixo*.

Clark, economista americano, propõe que seja substituída essa classificação pela de *capitais activos e capitais passivos*. São *activos* os capitais que têm a propriedade de conferir utilidade, e *passivos* os que têm a propriedade de receber a utilidade. Mas a classificação de Clark também é relativa, pois capitais passivos podem tornar-se activos e vice-versa.

A classificação entre capitais fixos e circulantes está entranhada na prática comercial e industrial, razão por que é uma classificação que perdura, apesar de seus defeitos e perdurará ainda.

Entretanto, devemos aqui apresentar algumas razões de ordem filosófica que explicam bem a *angústia* de alguns economistas, quando se encontram em face dessa classificação.

É um natural desejo do homem — desejo de índole racional — *fixar*, delimitar, dar contornos nítidos, precisos, estáticos, parados às suas compreensões, como querer que o capital *ou* seja isso *ou* aquilo, e querer que essa *alternativa* seja *estática*, e não compreender o dinamismo da vida, onde está incluída, naturalmente, a Economia. Dessa forma, a transitividade, o transitar de um capital para fixo ou circulante, para passivo ou activo, não implica uma fraqueza dessas classificações, a não ser quando consideradas do ângulo de fixidez absoluta. Nossa razão por influência racionalista, abstractora e viciosa, quer conceitos definitivos e eternos para as coisas dinâmicas. Mas, os conhecimentos, que hoje temos, não nos permitem mais compreender assim. Sabemos que *parar* é abstrair.

A realidade concreta é dinâmica, e a Economia, sob pena de se tornar uma disciplina inane, tem de ser dinâmica. O capital é fixo ou circulante, activo ou passivo em sua função no *tempo* e no *espaço*. O ferro, que serve para a confecção de um martelo, é um capital passivo, para tornar-se depois activo. Recebe a utilidade no primeiro tempo e serve depois para conferir utilidades no segundo tempo. Sem incluímos o *tempo* em nossos estudos econômicos, isto é, o dinamismo, o movimento, a intensidade, faremos obra apenas abstracta. Assim, pode-se desde logo ver que nossas exposições filosóficas no início eram fundamentais para uma boa compreensão da matéria econômica.

O CONCEITO E FORMAS DE POUPANÇA

Para estudar-se a *poupança*, é necessário colocá-la em relação com os diversos sistemas econômicos.

Em primeiro lugar, a poupança pode ser considerada:

a) como um acto

b) como um conjunto de bens

c) *como acto* — Neste caso, a poupança é uma renúncia ao consumo presente de bens disponíveis.

Ela pode ser *livre* ou *forçada*:

É *livre* quando é realizada *sem* constrangimento do agente econômico.

É *forçada* quando o agente é pressionado por forças exteriores, quer econômicas, quer extra-econômicas a realizá-la (isto é, sob constrangimento).

Na poupança livre, há vontade, há uma estima, uma apreciação posta em acto.

Ao poupar, reconhece o agente econômico, que a *utilidade futura* de um bem é maior que a *utilidade presente*. Quer, com ela, prevenir.

Há, assim, uma disparidade na apreciação da *utilidade presente* e da *utilidade futura*.

Em suma: poupar é renunciar à satisfação de uma necessidade presente, que experimentamos, desde que consideremos a satisfação de uma necessidade futura, que não podemos experimentar, mas da qual temos uma representação.

Então surgem as *coordenadas da poupança*:

- 1) o agente econômico e uma representação do futuro;
- 2) a existência de uma energia suficiente para suportar um sacrifício presente.

1) Um dissipador puro, para o qual os bens têm uma utilidade no futuro igual a zero, forma um extremo oposto ao daquele que dá aos bens uma utilidade no futuro elevada ao máximo, chegando ao sacrifício da satisfação das necessidades mais elementares actuais, e temos o harpagão, o sovina.

2) *A poupança como conjunto de bens* — Neste caso, a poupança consiste no conjunto de bens materiais, que foram subtraídos ao consumo. Estes podem ser:

a) *bens directos*, quando são postos em reserva. *Bens de consumo*, como os bens produzidos por uma economia fechada (agricultores, para argumentar), que os conservam, para consumo futuro. Como são bens de duração limitada, *perecíveis*, estão submetidos a *riscos especiais* de deterioração.

b) *Bens indirectos*, quando formados de bens diferentes de consumo.

Modalidades possíveis:

a) o agente econômico, por meio de bens directos, pode adquirir bens indirectos para *poupança*. Por exemplo, a troca de productos agrícolas por arados, etc. e numa economia monetária, a venda, no mercado, de bens colhidos (trigo, café, etc.), e aquisição de bens indirectos, como a moeda.

Poupança individual é poupança social.

Quando os bens directos ou indirectos são poupados voluntariamente e ficam à disposição de quem efectuou a poupança, temos uma poupança individual.

Quando a poupança é forçada, ela vai beneficiar a outros agentes econômicos ou ao Estado ou às colectividades públicas. Temos, então, uma *poupança social*.

Examinemos êsses dois tipos de poupança.

Marco Fanno considera como poupança individual “toda provisão de bens proveniente de uma produção preceden-

te, subtraída voluntariamente ao consumo, posta em reserva para o futuro, cujos poupadores individuais conservem a disponibilidade.

E *poupança social* “toda provisão de bens existentes num país num momento determinado, posta em reserva para o futuro, e resultante de um excesso da produção sobre o consumo, quaisquer que sejam os indivíduos e os grupos que têm dela a efectiva disposição”.

Essas noções de Fanno são válidas para todos os sistemas econômicos.

Vejamos, agora, as *formas de poupança*.

Embora a poupança, como função econômica, seja *invariante*, suas formas e modalidades *variam*.

1) Na *economia fechada*, a poupança é feita pela *provisão de bens de consumo*.

Essa fase é substituída por outra, quando se dá *tesourização*, a qual se processa pela renúncia a um consumo presente para obter-se uma soma de moeda que não é colocada, mas que é guardada.

Antes do aparecimento dos institutos de crédito, antes do grande desenvolvimento do capitalismo bancário, a *tesourização* era muito verificável na Europa — onde ela foi mais desenvolvida — com a guarda de moeda não colocada. Tal se observa ainda em países pouco desenvolvidos, e em camadas sociais menos cultas. Assim, na França, havia antes da guerra, uma tesourização não empregada, extraordinária. Na Ásia, na América do Sul, a tesourização é muito desenvolvida.

Observa-se que nas épocas de crise, quando há ameaças de insolvabilidade dos bancos, a tesourização em metal ou a poupança em bens naturais torna-se crescente, como se verificou na Alemanha, na França, etc., durante os movimentos inflacionistas, após a guerra de 14-18.

O desenvolvimento do sistema bancário e das operações de crédito permitiu um progresso na poupança. Deixaram de se dar as provisões em bens naturais e a tesourização em moeda, para surgirem os depósitos em bancos, depósitos que variam. Quem dispõe de um supérfluo, confia-o

a um banco. Éste o coloca, emprestando-o a particulares ou a pessoas públicas. Desta forma, a soma depositada retorna ao mercado.

2) Na *economia capitalista*, a poupança se dá segundo as diversas estruturas dessa economia.

Consideremos as estruturas do capitalismo, o capitalismo atômico e liberal, o capitalismo das grandes unidades e o monopólio capitalista de Estado.

No capitalismo atômico, liberal, de pequenas unidades, a poupança apresenta-se como uma poupança caracteristicamente *individual e livre*. Essas somas obtidas são confiadas a institutos bancários, numerosos e de pequenas dimensões.

No capitalismo das grandes unidades e do monopólio, que é o actual capitalismo, os institutos de crédito são concentrados, os institutos bancários aumentam. Esses institutos não estão mais ao sabor dos clientes, têm *poder* suficiente para imporem-se sobre eles.

Nesse período, temos formas de poupança forçada, das espécies mais variadas, por ex., quanto às sociedades anônimas ou sociedades por acções, em que as reservas, constituídas cada ano, tomam o destino decidido pela maioria da assembléa dos accionistas. Uma minoria, que desejasse aumento de dividendo, teria de ceder à maioria, porque, no regime de capitalismo, a maioria prevalece sobre a minoria, à qual se submete aquela. Neste caso, essa minoria se veria forçada a uma poupança. Por outro lado o Estado, com seu grande poder autoritário crescente, estabelece, como se fez na Alemanha hitlerista e na Itália fascista, que os dividendos das sociedades não possam ser superiores a 6% para a distribuição, e o restante deve ser aplicado em títulos públicos, etc.

Alguns autores americanos e alemães sugerem uma outra forma de poupança forçada, consistente numa *alta de preços*. Os que têm rendas fixas, que formam a grande parte da sociedade, salarizados de toda espécie, etc., vêm-se, da noite para o dia, privados de um consumo actual ou virtual. Se o que ganham é suficiente apenas para manter as necessidades, vêm-se forçados a restringir o consumo. Se há sobras, essas são diminuídas pelo encarecimento dos

preços. Há, aqui, uma poupança forçada, diferente das outras. É um processo de poupança, mas destinada para fins diferentes, pois não beneficia quem a faz, mas a terceiros. Nestes casos, o Estado não intervém directamente. E se intervém, é para provocar uma alta de preços através da inflação, diminuindo o consumo. Esses aspectos serão melhor estudados oportunamente, quando examinemos a inflação e a deflaccção.

Num regime de monopólio capitalista de Estado, como o que se verifica na Rússia e que tentou na Inglaterra o trabalhismo, em que o Estado é o capitalista e o comprador de trabalho humano, este estabelece, autoritariamente, as formas de poupança, como se verificou na Alemanha hitlerista. O Estado representa a sociedade e muitos socialistas só compreendem socialismo desse modo. Na Rússia, essa poupança se dá através dos empréstimos públicos avultados, em que a população é chamada a contribuir com suas sobras ou com a redução do seu consumo, para que o Estado possa empregá-las na aquisição de máquinas, construção de novas fábricas, aumento da produção, etc.

Num regime colectivista, de socialismo integralmente planificado, a poupança é forçada, autorizada pelo Estado ou pelas comunidades organizadas para benefício colectivo. Quando individual, foge à significação do socialismo, permitida apenas como reminiscência de sistemas anteriores (capitalista, etc.).

Essa poupança pode ligar-se a dois móveis. Constituir uma provisão de bens para serem ulteriormente consumidos ou para obter bens indirectos ou instrumentos, obtidos de outras colectividades. Neste caso, a poupança *transforma-se em capital*, como já vimos.

Afirmava Stuart Mill, em seus princípios, que "o capital deriva da poupança". Realmente tal se dá, e podemos verificá-lo em todas as economias.

Na economia primitiva, o caçador, quando obtinha alimentos suficientes para manter-se por mais dias, tinha tempo para construir melhores armas. Dessa forma, o consumo não era mais improductivo, mas productivo de bens indirectos, que aumentavam a productividade do esforço humano. Numa economia individual primitiva, o capital nasce da poupança.

Numa economia de troca, o productor de trigo, que cede parte de seu trigo ao fabricante de um arado, transforma sua poupança em capital.

Numa economia monetária, ao transformar seus bens em moeda, com esta adquire bens indirectos para constituição de seu capital. Neste caso, podemos ainda notar o exemplo do empréstimo. Aqui é necessário que alguém tenha poupado para emprestar, *que tenha consumido menos do que produziu*, para poder dar em empréstimo a terceiro. Num sistema bancário, também é fácil verificar-se a poupança como formadora do capital. O banco empresta da poupança de uns em benefício de outros, que poderão, assim, aumentar sua productividade. O sistema capitalista é todo fundado na poupança, isto é, na *restrição do consumo efectivo*, e o capital, que é elemento de todos os sistemas, como vimos, é um *producto da poupança*.

O TRABALHO

Já enunciamos o que é o *trabalho*, economicamente considerado, na parte sintética; analisemos agora esta importante categoria econômica, e vejamos seus aspectos principais.

1) É o trabalho uma actividade consciente e voluntária, que *tende* para um objecto conscientemente concebido.

Por isso, o trabalho está incluído também no terreno que cabe à Sociologia, no meio social em que está imerso o agente econômico, em relação, portanto, com a organização jurídica, política, ética, como as condições culturais, e as psicológicas, emocionais, como veremos.

Todos êsses elementos compõem o facto econômico.

2) Todo trabalho exige uma soma de esforços, *custa*; é um acto fisiológica e psicológicamente *oneroso*.

3) É uma actividade tendente, directa ou indirectamente, à consecução de bens econômicos.

Uma actividade esportiva ou recreativa, tendente para dar divertimento, não é um trabalho econômico, por lhe faltarem êsses caracteres e suas conseqüências.

ANÁLISE DO TRABALHO

Todo acto econômico é, de certo modo, uma *troca onerosa*. Sua realização custa esforço ou o que o representa. No trabalho, o agente, que o executa, procura obter *utilidade*. Há, nêle, fadiga física ou mental. Ora, o homem é biologicamente hedonista (de *hedonê*, palavra grega que significa prazer). Procura obter o máximo de utilidade com o mínimo de esforço e é essa *constante* que o orienta

na vida. O esforço, no início, tem um carácter tônico, hedonista crescente, até atingir um *maximum* (variável quase sempre), e alcançar aí um patamar (maior ou menor), e conhecer, posteriormente, um decréscimo hedonístico, e uma marcha para o desprazer crescente. Há, assim, variação no prazer.

PRODUCTIVIDADE DO TRABALHO

A *productividade do trabalho* consiste na sua capacidade em tornar os bens aptos ou mais aptos à satisfação das necessidades; isto é, criar *utilidades*.

Seu *rendimento físico* ou *material* consiste na quantidade de bens modificados durante certa unidade de tempo (um sapateiro confecciona tantos sapatos em tantas horas de serviço).

O *rendimento utilitário* do trabalho consiste na soma de utilidades que produz o trabalho em um determinado producto.

O rendimento material é *técnico*, e o de utilidade é *econômico*.

Vemos, assim, que um rendimento é *diferente* do outro. Um é quantitativo; o outro, qualitativo.

Certas obras podem ter um rendimento *técnico*, sem rendimento *econômico*. A perfuração de um poço de uma mina sem resultado, em que o minério não foi encontrado, é um exemplo.

Numa economia monetária e de mercado, há um rendimento em *preço do trabalho*. Ele consiste na quantidade de bens fisicamente transformada por ele, multiplicada pelo preço unitário do bem, no mercado. Os dois primeiros rendimentos são encontráveis em todos os sistemas econômicos. O último (o de preço) depende do mercado; por conseguinte, do sistema capitalista.

* * *

É o organismo humano um proporcionador de força motriz. Não tem a relativa continuidade de funcionamento de um motor mecânico.

Interessaram-se os cientistas em estudar o organismo humano em seu funcionamento no trabalho, e muito ainda se pode esperar desses estudos quanto à melhor utilização do esforço humano sem desperdícios.

Chaveau estabeleceu três *leis*, completada por uma quarta:

- 1) o dispêndio de energia é proporcional à sua duração, ao esforço de contracção dos músculos, e ao grau de seu encurtamento.
- 2) O dispêndio de energia diminui à medida que a velocidade de contracção aumenta.
- 3) Existe um esforço e uma fadiga *optima* para realizar o *maximum* de trabalho com a menor fadiga.
- 4) O músculo retorna mais depressa ao seu estado de repouso, quanto mais rápido fôr o seu trabalho.

O rendimento do trabalho está em estreita relação com a sua duração. Essa proposição, embora nos pareça um lugar comum, foi por muito tempo contestada pelos economistas. No início do capitalismo, na fase paleotécnica, em sua primeira fase, julgou-se que se obteria um aumento do rendimento técnico e em utilidade, desde que se aumentasse a duração do trabalho.

Hoje, graças aos estudos feitos, compreende-se que o trabalho tem seus graus crescentes e decrescentes, e o seu rendimento médio pode ser estudado e determinado com bastante rigor. O estudo, que se refere ao trabalho sob esses aspectos, pertence mais à Tecnologia.

* * *

É interessante, no entanto, estudarmos os *juízos de valor* elaborados em relação ao trabalho. Foi sempre, em todas as culturas, e em todas as eras, o trabalho *juulgado* pelos homens, segundo um princípio *ético*; isto é, quanto à sua *dignidade*, ao seu *valor*.

Esses juízos foram os mais divergentes. As funções, até *as necessárias*, tiveram julgamentos diversos. Vejamos:

Na Antiguidade ocidental (greco-romana), o trabalho era exercido por escravos e era a base material da cidade.

Na Idade Média, o trabalho dos comerciantes e o dos banqueiros, embora julgados úteis, eram subestimados em relação aos trabalhos agrícolas e aos intelectuais. No sistema capitalista, o trabalho manual, embora não o digam assim os burgueses, é subestimado por êstes. E embora o elogiem, tudo fazem para que seus filhos não sejam forçados a fazê-lo, e tudo fazem para dar aos filhos profissões chamadas *liberais*; ou seja, que os liberte do salariado.

Por sua parte, os proletários e trabalhadores manuais tudo fazem para dignificar e exaltar êsse trabalho, elevando-o, dignificando-o, deificando-o até.

Já vimos que, na Idade Média, com os beneditinos, o trabalho foi deificado. No século XVIII, os fisiocratas elaboraram a tese da *productividade exclusiva do factor terra*. Só esta dava um rendimento verdadeiro. Dessa forma a sociedade era dividida, para êles, em duas classes: a *classe productiva*, a dos proprietários da terra e os que nela trabalhavam, e as *classes estêreis*, os industriais e comerciantes.

O êrro dos fisiocratas consiste na confusão entre a *criação material de bens* (o rendimento físico), e a *criação ou aumento da utilidade*, a *productividade*.

No século XIX, com os saint-simonianos, são incluídos entre os productores os grandes empresários, os grandes banqueiros, os artesãos, os productores agrícolas, os trabalhadores assalariados. São considerados não productores (classe ociosa) os funcionários públicos e os governantes. Assim a idéia de productividade está ligada a uma *transformação da matéria*.

Para os *marxistas*, a productividade repousa *sobre o trabalho*, e é *sobre êle* que repousa o valor. Para êles os productores autênticos são os *trabalhadores manuais ou intelectuais*.

Posteriormente, por efeito das conveniências da propaganda, os trabalhadores intelectuais independentes (profissões liberais) foram postos de lado e subestimados, e considerados como únicos productores os trabalhadores manuais assalariados e os intelectuais assalariados.

Faremos a crítica dessas concepções quando estudemos a *produção*.

Devemos considerar primeiramente se um trabalho é *productivo*, pouco importando a forma de actividade pela qual é obtida uma utilidade. O trabalho agrícola e o industrial são productivos. E productivo é o trabalho comercial. Aqui podem surgir, e têm surgido, contestações.

Três aspectos podem ser estudados no trabalho do comerciante:

- 1) deslocação de bens no espaço;
- 2) conservação dos bens no tempo (estocagem);
- 3) aproximação de bens na quantidade e na qualidade desejadas pelo consumidor.

Essas três funções são *essenciais*, e se dão *em todos os sistemas económicos*. Inclusive numa sociedade colectivista, tais funções são necessárias. Mas, numa sociedade collectivista, podem e devem ser *transformados os órgãos de distribuição*, embora não o sejam as funções *própriamente*. Essas funções podem ser realizadas por *órgãos cooperativos*, unindo productores com consumidores, sem a necessidade dos *órgãos capitalistas*.

No capitalismo, os intermediários, que realizam tais funções, são:

- a) numerosos;
- b) exigem um ganho como intermediários, excessivo quase sempre.

Tais intermediários são próprios do regime capitalista. Hoje, como estamos num *regime de transição*, o intermediário encarecedor pode perfeitamente ser abolido, *quando encarecedor*, pela aplicação das formas de cooperação, que teremos oportunidade de estudar.

* * *

Analisemos os caracteres do trabalho. O trabalho é uma actividade. No regime de *escravidão* e no de *servidão*,

as fôrças de trabalho estavam à disposição do *senhor* ou dono, que determinava seu emprêgo e duração.

No *capitalismo*, o trabalhador passa a ser *dono* da sua fôrça de trabalho, *juridicamente apenas*. Ele podia ir ao mercado e vender ou alugar sua fôrça de trabalho, sofrendo naturalmente as contingências variáveis do mercado.

Com os *regimes autoritários*, retorna o trabalho à disposição das *autoridades*, que dêle dispõem. Tais factos vemos:

a) nos países coloniais, com o *trabalho forçado* das populações indígenas, sob a alegação de *interêsse público*;

b) nos países capitalistas, por ex.: nos Estados Unidos, depois da primeira grande guerra, obrigando-se os ex-combatentes ao trabalho para readquirirem a profissão ou se readaptarem às profissões; aproveitamento dos "sem-trabalho" (*chômeurs*) em 1933 para obras públicas, evitando os males decorrentes de uma "*chômage*" prolongada, que torna difícil a readaptação.

Temos ainda outras diversas formas de *trabalho forçado* para criminosos, delinquentes primários, etc.

No sistema capitalista, o trabalho é tratado como uma *mercadoria*, como um bem, um serviço, dependente da *oferta* e da *procura*. Dá-se, então a *despersonalização e desumanização do trabalho*, contra a qual são criadas leis protetoras ao trabalhador, através da chamada legislação social.

Essa legislação não é um acto inerente ao capitalismo, mas um acto de defesa, uma reacção contra êle.

Não decorre de uma lógica, de um nexo interno do capitalismo, mas de *defesa do trabalhador*. O capitalista *renuncia* a certos "direitos" em benefício do trabalhador, forçadamente, após lutas mais ou menos cruentas e demoradas, e o faz para evitar renúncias maiores. Elas não decorrem, repitamos, da constituição do sistema capitalista.

Analisemos:

Já vimos, no estudo da paleotécnica, que o trabalho era apenas considerado como um *objecto de mercado*.

O ser humano não era considerado, como ainda não o é, porque ainda o espírito do capitalismo paleotécnico domina as consciências.

Naquela época, no predomínio dessa técnica, o trabalho das mulheres e das crianças era explorado ao extremo.

Lembremo-nos de Pitt, quando pronunciou tais palavras: "Se os salários são muito elevados, tomai as mulheres e as crianças."

Homens, mulheres e crianças eram transformados em *escravos da necessidade*; piores até, porque pouco importavam as condições de saúde física. Os castigos corporais eram admitidos, e não eram poucos os que tombavam mortos durante o trabalho e durante os castigos.

As torturas eram empregadas nas oficinas (suspensão de crianças pelas mãos). O homem não era um homem, mas apenas *uma máquina, um motor*. A legislação do trabalho foi obtida graças à luta feroz travada por êsses super-escravos, e custou muito sangue. Basta a leitura das páginas da história das lutas sociais para aquilatar-se quanto sangue e quanta lágrima foram necessárias para construir as grandes fortunas do mundo. A legislação favorável aos trabalhadores foi conseguida a *despeito da resistência dos empresários capitalistas*.

Aliás, a história nos regista, como von Ihering já o afirmava, que tôda justiça foi sempre conquistada à fôrça contra os que não queriam admiti-la.

A *remuneração* do trabalhador, na paleotécnica, era uma prova dessa desumanização do trabalho. Sem trabalho, o trabalhador torna-se indigente. A assistência social, organizada em seu benefício, procura corrigir, remediar, os males e não resolvê-los.

O trabalho é *pago ao preço mais baixo possível*. E êsse preço mais baixo é o suficiente para manter a vida ou permitir que ela não se destrua imediatamente. Como não pagar salário não seria possível, o capitalista da paleotécnica paga-o na base mínima, na base em que o trabalhador escolhe entre trabalhar para não morrer de fome e morrer de fome ou adiar a morte. Êsse limite é importante, porque êle revela o sentido do capitalismo paleotécnico, que é uma exploração, uma especulação na baixa.

Daí a exploração desenfreada das crianças e das mulheres que *podiam vender* o trabalho a *preço mais baixo* e, conseqüentemente, a *organização técnica despersonalizante do trabalho* se desenvolve, porque permite que *operários menos competentes* possam realizar uma função. A paleotécnica é sempre uma especulação sobre a baixa, inclusive até na qualidade do trabalho.

Só nessa situação é que pode surgir a idéia do *salário mínimo*, que é paralela ao predomínio da paleotécnica e de influência paleotécnica, mesmo num período neotécnico.

* * *

A maior parte do trabalho de execução, no sistema capitalista (operários, empregados, contramestres e inclusive diretores e dirigentes), é *dependente*.

É dependente porque:

a) o agente econômico é ligado ao proprietário e detentor dos meios de produção por convenção jurídica (dependência jurídica);

b) não lhe cabe a escolha nem dos instrumentos, nem do trabalho, nem da matéria prima, nem dos modos de proceder, etc. (dependência técnica);

c) não responde, quanto ao emprêgo dos bens produzidos, nem quanto ao risco, lucro ou prejuízo verificado (dependência econômica);

d) socialmente, sobretudo nos países desenvolvidos da Europa, o trabalhador é dependente socialmente da classe a que pertence, sendo-lhe difícil mudar de profissão, à qual ficam muitas vezes jungidos os filhos (dependência de estamento).

Esses caracteres de dependência predispoem, psicologicamente, a classe operária a ter um sentimento de sua exploração e da sua opressão.

* * *

No sistema socialista planejado, essa *dependência não desaparece*. Subsiste a *dependência técnica*;

aumenta a *dependência jurídica*, com a criação do Estado como Patrão Único.

Se a sociedade fôr plenamente socialista, sua dependência não será mais contractual, mas estatutária, segundo a comunidade a que pertença (sociedade anarquista);

a *dependência econômica* prossegue pelo salário. No caso soviético, há o *salariato*, única renda do trabalhador.

O artesão não é dependente nem técnica, nem jurídica, nem economicamente, salvo por contingência histórica, na sua luta, sobretudo, contra as grandes empresas; não, porém, como decorrência lógica do sistema artesanal.

COMO RESOLVER ESSA DEPENDÊNCIA?

Dentro do sistema capitalista tal dependência é considerada, pelos socialistas, como insolúvel.

Temos a solução *marxista*. Afirmam os marxistas que, com a socialização, podemos transformar radicalmente os caracteres do trabalho, que deixará de ser penoso, substituído por um trabalho "atraente".

O trabalho é penoso, já vimos. Mas é necessário distinguir o *trabalho do artista*, do sábio, do estudioso, que é um trabalho *penoso, mas agradável*.

Há socialistas que são contrários ao trabalho e consideram-no *superável*, livrando o homem de seu esforço penoso, permanecendo apenas em sua fase ainda agradável (sindicalistas, etc.). Os anarquistas defendem que o trabalho deve e pode ser sentido como o do artista. Para tal é necessário compreender-se o sentido ético e estético do trabalho, pela inclusão nêle da vida, do orgânico.

Em suma, tais pontos de vista são os que se presumem possíveis na *biotécnica*, cujos estudos gerais já fizemos.

O que se pode verificar é que a concepção da nacionalização da produção, a transformação do Estado em proprietário dos meios de produção, não resolve o problema da dependência, nem o carácter penoso e desagradável do

trabalho, mais de ordem psicológica do que física. Não é a transformação da propriedade particular em colectiva que resolverá tal problema, como já o salientava Proudhon.

Oportunamente examinaremos outras soluções, inclusive a de Geddes e Mumford, fundados nos estudos de Kropotkin.

TÉCNICA NO TRABALHO

Em um sistema econômico, podemos distinguir três coordenadas com suas variações:

- 1) a técnica (cujas variações estudamos e aqui analisaremos);
- 2) a organização jurídico-social (cujas transformações também analisaremos);
- 3) o espírito (com seus aspectos variáveis e co-variantes, além do invariante).

Já estudamos os quatro grandes sistemas (economia fechada, artesanal, capitalista, colectivista) e iremos agora, nesta fase analítica, salientar novos aspectos.

Já examinamos em que consiste a Técnica. Por si só não é ela suficiente para caracterizar um sistema, embora um sistema tenha maior constância dentro de uma técnica. O capitalismo e o colectivismo empregam a *mesma* técnica, mas as variações são grandes em seus aspectos particulares (eotécnica, paleotécnica, neotécnica, biotécnica).

Pode, quanto à *Técnica*, o capitalismo ser examinado em referência à *divisão do trabalho* e ao *maquinismo*, que serão os temas dêste e do próximo capítulo.

Quanto à *organização jurídico-social* esta nos revela o mais íntimo do sistema: os costumes transformados em direitos, que são as aspirações e os interesses criados pelos grupos componentes de uma sociedade.

Quanto ao capitalismo, examinaremos oportunamente os seus aspectos jurídicos.

Quanto ao *espírito*, podemos examinar essas aspirações e êsses interesses que geram uma verdadeira *lógica do sistema*, os juízos de valor predominantes, com os quais se procura justificar os actos praticados, as categorias, os conceitos, e os intuitos.

O CAPITALISMO E A TÉCNICA

O que se chama por capitalismo moderno, como já vimos, é o aspecto extensivo e intensivo que tomou nestes últimos séculos; isto é, seu crescimento horizontal e vertical, *estendendo* a técnica e *intensificando-a* com a aplicação sistemática das ciências exactas e das ciências naturais. O capitalismo, no Ocidente, foi, na verdade, um retôrno ao mecânico, por não poderem os povos ocidentais *viver* mais o sentido vital, hилоzoísta, dos gregos, levando-os a admirar o progresso e seus resultados, e, conseqüentemente, a uma valorização da Técnica.

Já examinamos a evolução desta e sua influência no capitalismo, que a estimulou pelo desejo de lucro *in infinitum* dos empresários.

Convém que se observe as relações entre as exigências técnicas e as exigências econômicas. A Técnica fixa os limites das *possibilidades*. Tudo quanto é tènicamente impossível não é economicamente possível, mas tudo quanto é tènicamente possível não o é economicamente. Assim, se um producto imaginado não pode ser tènicamente produzido, é inútil estudar suas exigências econômicas, mas também um producto tènicamente realizável pode ser economicamente impossível por não oferecer *renda*. Em todo sistema econômico, podemos notar a relação entre as exigências técnicas e as exigências econômicas.

Assim é fácil compreender-se que um invento, que produz tantos benefícios, não poderia existir se não houvesse vingado outros inventos anteriores, que o tornavam tènicamente possível e se não fôsse acompanhado pelas exigências econômicas.

A imprensa moderna, de rotativas gigantescas, não poderia existir sem que se descobrisse a tinta de impressão feita por Lorilleux, nem a impressora de König.

Que lições nos dá essa interactivação? Dá-nos que, para um problema de ordem econômica, *podemos ter soluções de ordem técnica ou de ordem puramente econômica.*

A técnica é uma coordenação de instrumentos e de processos. Ela actua sobre o homem e sobre os bens. Quando um bem rareia e por isso encarece, a solução técnica (os exemplos modernos dos sucedâneos na Alemanha, por exemplo) apresentam soluções. Em outros casos, a solução econômica resolve um problema técnico, quando há abundância de um bem que necessita apenas ser explorado, etc.

Compreenderemos muito melhor tudo isto ao estudarmos agora a *divisão do trabalho.*

A divisão do trabalho vem desde as mais primitivas formações humanas. Quando os primeiros homens produziam, dividiam as funções espontaneamente dirigidos pela necessidade. Um caçava, outro cuidava dos filhos, preparava o alimento, etc.

Estudemos a divisão do trabalho no capitalismo, comparando-a com a dos outros sistemas.

É que a divisão do trabalho, no capitalismo, além de nos tocar mais de perto, apresenta características originais, particularidades interessantes e, sobretudo, porque, *da divisão do trabalho, fêz o capitalismo a organização do trabalho*, obtendo rendimentos mais elevados e benefícios maiores.

Quando nasceu a grande indústria na Inglaterra, surgiram também, no século XVIII, os estudos sobre a *divisão do trabalho.*

Entre êles devemos salientar Adam Smith. No entanto, êsses homens não foram propriamente *historiadores* da divisão do trabalho, porque se interessaram pela divisão como se dava então, nem tampouco foram *teóricos*, porque satisfazia-lhes apenas apresentar como se dava a divisão sem examinar o nexos que as ligava.

Os exemplos de Adam Smith tornaram-se famosos, e vamos citar o da fabricação de alfinêtes. Um homem, por si só, não seria capaz de produzir um só alfinete no tempo em que alguns operários especializados poderiam produzir

muitíssimos. Entre outros exemplos, estavam o da fabricação de tecidos, cuja matéria prima, antes de tornar-se um bem de consumo, atravessa economias autônomas sucessivas.

Aqui está um aspecto importante dos exemplos de Adam Smith. É que ambos são diferentes. No primeiro caso, o dos alfinêtes, os operários trabalham numa mesma oficina, isto é, indivíduos distintos *concorrem* para a obtenção de um *mesmo producto*, numa *mesma empresa.*

No caso do tecido, são indivíduos isolados que trabalham em empresas diferentes.

Vejamos como a escola histórica alemã precisa o conteúdo dessas formas de divisão do trabalho:

- a) *Trabalho associado*
- b) *Trabalho dividido*

Há trabalho associado quando *diversos indivíduos* se reúnem para realizar juntos o mesmo mister um dos outros.

Apresenta duas modalidades:

- 1) *Trabalho simplesmente associado*, quando cada um efetua o mesmo *mister sem ligação com seus vizinhos.* Por ex.: colheita da uva.
- 2) *Trabalho encadeado*, quando os indivíduos que formam a mesma "equipe" estão submetidos ao mesmo ritmo. Ex.: os remadores.

O *trabalho dividido* apresenta 6 modalidades:

- 1) A formação de profissões elementares. Essas surgem já na economia familiar ou de cidade (economia fechada). Nessa economia, já o trabalho é diferenciado, ou executado sem escolha nem especialização, ora faz um, ora outro; ou, então, trabalho sumariamente dividido por idades ou sexos, que são as primeiras divisões.

Na economia fechada, já se notam diferenciações das grandes profissões. Segundo Homero, entre os gregos tínhamos já os *trabalhadores da madeira*, por sua vez construtores de barcos, carros, etc.; o *trabalhador de metais*, fabricante de instrumentos, armas; os *trabalhadores do cou-*

ro, que preparavam peles, etc.; os *trabalhadores que davam forma ao barro*, os moleiros, etc.

2) *A subdivisão ou especialização das profissões.*

Os misteres fundamentais da economia fechada se fragmentam, se ramificam, se diferenciam, portanto.

3) *A criação de novas profissões.*

Com a aparição de novos bens, as profissões se multiplicam e se subdividem. Exs.: a invenção do fonógrafo, do cinema, do rádio. Essa subdivisão é *lógicamente* igual à segunda, embora diferente *históricamente*.

4) *O deslocamento do trabalho.*

Podemos exemplificar com a confecção de roupas e a descoberta da máquina de costura, que reduz o esforço, permite a divisão e acrescenta novos elementos como os realizadores de máquinas, permitindo que o trabalho se *desloque*.

5) *Seccionamento (formação por secções) da produção.*

Temos, por exemplo, uma construção mecânica de máquinas, com o acrescentamento de indústrias de transformação, empresas de construção mecânica, atravessando o producto oficinas distintas e sucessivas.

6) *Decomposição técnica do trabalho.*

Verifica-se esta, quando, no interior de uma empresa, as modalidades concorrem para a fabricação de um mesmo producto. As operações são confiadas a vários, em vez de serem confiadas a um só agente econômico. Esta modalidade se assemelha à anterior. A diferença, porém, está em que a decomposição técnica se faz *no interior de uma mesma empresa*.

Examinemos agora a divisão do trabalho *no e em* face do capitalismo.

Apesar das críticas que se fazem à escola alemã, devemos, contudo, salientar os benefícios que ela fornece para a nítida compreensão da divisão do trabalho.

Quando estudamos o seccionamento do trabalho e a sua decomposição técnica, podemos encontrar aspectos comuns,

que se assemelham, que se repetem, que são os processos de transformações em fases sucessivas. Mas sucede que essa subdivisão permite que se assinalem os caracteres *específicos do capitalismo*.

Vejamos: quando o capitalismo atravessa sua fase de crescimento, no Ocidente, já encontrara a divisão do trabalho, *os misteres*.

Mas, êsses crescem à proporção que cresce o capitalismo. Essa divisão de *misteres* atinge em nossos dias a *dezenas de milhares de especificações*.

A realização de um só producto exige dezenas de operações distintas (uma camisa tem 39 operações, seg. Aftalion).

A divisão do trabalho actualmente pode ser classificada sob três ângulos:

1) *do ângulo técnico*, a divisão de base é entre uma *divisão vertical* e uma *divisão horizontal*. Na primeira, temos os estágios da fabricação aos processos de operações productivas. Na segunda, ela é *complexa*, segundo a natureza do producto, segundo a qualidade e as diferenciações qualitativas (fios de diâmetros diferentes, por ex.: na confecção de tecidos, segundo se destinem para homens ou mulheres).

Quanto à execução do trabalho e quanto às suas modalidades, o trabalho, que cabia a um operário, é feito por diversos.

2) *Do ângulo técnico*, uma empresa pode ter especialização vertical ou horizontal, e podemos distinguir a primeira, do ângulo técnico. Imaginemos uma empresa de carnes. Ela cria o gado, aproveita os couros, confecciona os seus produtos. Mas, se para cada um dos estágios da produção, corresponde uma empresa independente, não há integração. Isso nos demonstra que a divisão econômica não coincide de forma alguma com a divisão técnica do trabalho.

3) *Do ângulo social*, o agente humano é considerado quanto ao *estágio de fabricação* ou quanto à *espécie de trabalho*.

Para bem compreender esse ângulo, estudemos o que é uma *profissão*. Em geral a) um mister que conjuga tarefas bem determinadas; b) um conjunto de tarefas; c) os misteres, que se relacionam com um ramo da actividade económica, são chamados de *profissão*.

Na profissão, distinguem-se a) trabalho de direcção e b) trabalho de execução.

O trabalho de direcção, segundo a complexidade da empresa, pode ser especializado. No de execução, temos o *trabalho qualificado* e o *trabalho simples*. No primeiro, há necessidade de *aprendizagem e formação profissional*.

* * *

Três grandes grupos de circunstâncias permitiram o desenvolvimento histórico da divisão do trabalho:

1) A densidade e população. Esta estimula a divisão. Já vimos que o capitalismo na Europa está ligado a uma grande densidade demográfica crescente.

2) A facilidade e o barateamento das comunicações, que permitiram o aumento da clientela.

3) A acumulação de capitais (técnicos e monetários).

A divisão do trabalho aumenta o rendimento material. Facilita a *emulação* pela aproximação dos trabalhadores na *mesma tarefa*.

Produz a cristalização profissional, pelo costume, pela especialização do mister que tem seus graus. Cria também a interdependência dos productos e uma solidarização no trabalho.

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Da *organização do trabalho* passa-se à *racionalização do trabalho*.

Neste caso, as tarefas e operações são sistematicamente organizadas para obter o máximo de rendimento natural, para alcançar a maior soma de benefícios.

A *racionalização* se processa:

a) *Taylorismo*.

É o Taylorismo um conjunto de métodos e processos de organização científica do trabalho, no *interior* de uma mesma empresa.

b) *Racionalização propriamente dita*.

Depois da primeira grande guerra, e da crise que a sucedeu, crise da conjuntura (que posteriormente estudaremos), e as transformações sofridas na estrutura (movimentos sociais, etc.), processou-se uma racionalização propriamente dita, muito mais ampla que o Taylorismo, concernente ao *trabalho num conjunto de empresas*.

c) *Humanização do trabalho*.

Até aqui se cuidou da forma do trabalho, esquecendo-se porém do factor humano, do qual *dependia* aquê. O homem não é um motor, uma máquina, mas uma pessoa. A Técnica, como a Economia, servem ao homem e não o homem à Economia e à Técnica. Do exame desses três processos surgem vários problemas, que exigem solução.

E podemos dividi-los assim:

a) problemas que se colocam quanto às relações entre o homem e os meios materiais de trabalho;

b) entre o homem e a actividade profissional e as relações entre homem e homem para a execução do trabalho (Hyacinthe Dubreuil).

Examinemos, primeiramente, o *Taylorismo*.

A sistematização do trabalho já vem de épocas anteriores ao *capitalismo industrial*.

Frederic Winslow Taylor (1856-1915) quis, pela aplicação à actividade industrial do método científico, obter um aumento do rendimento material, conseqüentemente da *rentabilidade*, com um aumento de ganho em moeda para o empresário, do qual se beneficiaria o trabalhador pelo aumento do salário. Consistia o "sistema Taylor" na aplicação dos conhecimentos científicos à indústria, aumentando a renda e os salários, desfazendo, assim, o antagonismo entre o patronato e o proletariado. Verificou Taylor, como trabalhador, que o trabalho, em todas as oficinas, não dava toda a renda máxima. A má vontade do trabalhador, o descuido, o pouco caso, tudo isso influía para que o trabalhador não tirasse o maior rendimento da sua força de trabalho.

Juntava a esses factores, a ignorância técnica, a má organização da produção, da ordem de fabricação, cujas interrupções eram contínuas.

O estudo dos movimentos do trabalhador levou-o a notar movimentos inúteis, mal aproveitados, esforço despendido sem proveito.

Depois de feito esse estudo, verificou o tempo em que tais movimentos se processam, comparando-os entre os diversos trabalhadores, até atingir a uma base segura.

Completados esses estudos por outros, foi possível, nos Estados Unidos primeiramente, aplicar ao trabalhador as condições das máquinas, o trabalho mecanizou-se totalmente. Verificou ainda Taylor que os salários eram pagos dentro de uma média pouco variável. Era necessário atrair para as oficinas os melhores, e para tanto era necessário criar o *salário diferencial*, que permitisse obter do operário o rendimento máximo. Esse suprimento deveria ser de 30% para os trabalhos fáceis e de 60% para os mais difíceis, e que exigissem formação profissional ou vigor físico além do normal. E de 100% para os *demasiadamente difíceis*, isto

é, para os que exigiam além da formação profissional um vigor físico além do normal.

Os operários, que produzissem menos que o normal, receberiam menos.

Desta forma se expulsaria o mau trabalhador.

Com o sistema Taylor, o operário perde toda iniciativa e passa a ser apenas um mecanismo organizado no conjunto.

Não é possível dar ao Taylorismo um quadro completo, porque tal matéria pertenceria, por seus aspectos, mais à Tecnologia que propriamente à Economia.

Por isso os aspectos tecnológicos quanto à organização, divisão das funções dirigentes e controladoras, a ordem de fabricação, a contabilidade, o fichário, instructores, etc., deixam de ser examinados por ser matéria que ultrapassa os limites desta obra e que também, devido às grandes contribuições, é complexa e vária.

Mas podemos salientar que teve o Taylorismo uma propagação imensa, primeiro nos Estados Unidos, espalhando-se depois pelo mundo.

Os trabalhadores resistiram desde logo nos Estados Unidos ao taylorismo, obtendo até algumas leis a seu favor, no Parlamento.

Fundavam-se os operários em sua luta contra o Taylorismo em constatações de carácter científico, o que levou a muitas empresas em não empregá-lo, receosas de represálias dos trabalhadores.

Hoje mesmo, só parcialmente é aplicado nas grandes empresas.

Realmente se deve considerar que o Taylorismo havia trazido benefícios quanto ao aspecto quantitativo em geral. Quadruplicara o rendimento de muitas funções. Não é, porém, apenas esse aspecto que se deve considerar. O homem é o mais importante, porque nunca se deve esquecer que a Economia é feita para o homem e não o homem para a Economia. Por outro lado, o taylorismo malogrou em muitas ocasiões e, sobretudo, serviu para esgotar a capacidade criadora do operariado, torná-lo mecânico cada vez mais, tirar-

-lhe o espírito de iniciativa e de criação. Taylor dizia que um operário em muitas funções, deve "assemelhar-se intelectualmente a um boi" e "trabalhar com os companheiros, ombro a ombro, ajudados, guiados pelos instrumentos."

O Taylorismo trouxe uma superexcitação dos trabalhadores, uma fadiga extrema e o esgotamento. Temos o Taylorismo em sua forma soviética no movimento "*stakhanovista*", na Rússia, cujos salários são diferenciais, e é também uma superexcitação da capacidade productiva do trabalhador, levando-o ao esgotamento.

A RACIONALIZAÇÃO DO TRABALHO

Com a racionalização, conjugou-se um conjunto de meios de técnica e de medidas apropriadas, a fim de dar o máximo rendimento às empresas, quer consideradas isoladamente, quer em grupos.

Assim a racionalização inclui processos *técnicos* e processos de *organização*. Em todas as épocas houve racionalização do trabalho.

Mas, depois da Primeira Grande Guerra, a necessidade de reorganizar as bases da economia, levou, sobretudo nos Estados Unidos, a procurarem-se meios de racionalização do trabalho, tendentes a estabilizar a conjuntura.

Na Alemanha, o trabalho industrial, desde seu início, foi cientificamente organizado. O homem de ciência colaborou com o industrial.

Vejamos os elementos da *racionalização*, já que sua análise caberia a um tratado de Tecnologia. Tende a racionalização para a *unificação dos tipos*, ou *standardização*, que leve a um melhoramento da qualidade com um abaixamento do custo, ao aproveitamento integral das matérias primas, desde a escolha à verificação, à conservação, até à utilização dos resíduos e dos sub-productos; à adaptação de condições e meios de trabalho do agente, por dois aspectos: a *psicotécnica objectiva*, que é a adaptação dos meios ao agente, e a *psicotécnica subjectiva*, que é a adaptação do

agente humano às condições e aos meios de trabalho; concentração das empresas e a criação de laços entre elas, sobretudo com as que anteriormente eram concorrentes, e que se tornam, depois, cooperantes.

A racionalização do trabalho não encontrou resistências sérias da parte do trabalhador, que nela colaborou até, por encontrar muitas soluções que lhe eram benéficas.

A HUMANIZAÇÃO DO TRABALHO

O movimento de humanização do trabalho é também complexo, variado e cheio de fórmulas e processos múltiplos. Como também cabe à Tecnologia, analisaremos apenas os aspectos que possam interessar ao estudo econômico.

Um dos grandes problemas sempre foi o da escolha da profissão e sobretudo da aptidão unida à profissão. A selecção profissional, ao lado de uma orientação profissional, foi um dos aspectos que mais interessaram depois da 1.^a Grande Guerra, para a criação de um operariado capaz de dar o maior rendimento.

A orientação profissional se processa em geral por uma reorientação, que é uma educação às crianças durante a escolaridade, já preparando-as para o futuro profissional, daí para um exame de aptidões, que leve a conhecer a melhor profissão para o jovem.

O que se pode chamar de humanização do trabalho é uma longa e ainda não acabada obra em benefício do homem, não mais utilizável como um instrumento, mas capaz de realizar-se plenamente através do trabalho. Um dos maiores estudiosos deste tema é Hyacinthe Dubreuil, que tem estudado a organização na oficina capitalista.

Suas pesquisas levaram a várias críticas interessantes, que podemos sintetizar: as relações entre o homem e a coisa, as relações entre pessoas, a intervenção do Estado através da legislação protetora do trabalho, que tem efeitos muito limitados (ela elimina abusos gritantes, mas deixa subsistir a dependência econômica e jurídica do trabalhador e au-

menta a que o liga ao Estado: em suma, êle sai de um *paternalismo* para outro maior).

As observações de Dubreuil, como de muitos outros, vieram comprovar as teses já expostas por Kropotkin. *O trabalho de maior rendimento é o trabalho mais livre.* O trabalho servil foi sempre pouco fecundo, como o é o trabalho salariado. Os que, em nossas sociedades, "fazem o máximo de sua actividade, dão o seu máximo, são os que trabalham sem o pêso de qualquer constrangimento: o camponês no campo, o sábio ou o artista em seu laboratório ou oficina."

As observações feitas até entre nós revelaram a capacidade criadora dos nossos trabalhadores quando *livres*, mas quando têm com consciência ética dessa liberdade.

Tais opiniões encontram bases psicológicas para justificá-las.

Resumamo-las:

1) O trabalhador não assalariado, mas organizado sob a *forma de cooperação*, é um productor cuja remuneração não é exclusivamente fixa. Pesa sobre ela um "risco", mas tem uma "margem de esperança".

Pode o trabalhador melhorá-la, aumentá-la. Ela é um prolongamento da sua personalidade.

2) O trabalho é uma actualização do homem quando êle é livre, porque êste se afirma. Não é um instrumento de ganho apenas, mas uma realização da personalidade. Dubreuil não foi um homem de gabinete, mas um operário que viveu entre operários e estudou sua capacidade, seus anseios, sua psicologia e as conclusões que tirou são comprovadas por outros estudiosos, que não esquecem nunca que a Economia foi feita para o homem e não o homem para a Economia.

Julgam muitos que a libertação do operário do salário, isto é, do comprador do seu trabalho, só será obtida, pelo artesanato. Tal não se poderia dar, pois o artesão, no mercado de trabalho, não poderia competir com as grandes empresas e suas unidades.

Pensa Dubreuil que é possível organizar uma autonomia técnica e contábil das oficinas, como já se fez na Creusot, em França.

Cada serviço *compra dos outros* as matérias e máquinas de que necessita, e *vende* os productos que fabrica. Pensa Dubreuil, assim, eliminar o salário. Grupos de trabalhadores livres contractam sua produção com a direcção, permanecendo senhores da nomeação de seus chefes se necessários, e da repartição do producto total obtido. Dubreuil cita várias experiências já efectuadas, como contractos de comandita para a composição em tipografias, contractos entre empregados e empregadores, etc. Desta forma, prevê a libertação de três dependências do trabalho no capitalismo: a dependência técnica, a dependência jurídica e a dependência econômica. A primeira se dá pelos contractos, a segunda é substituída por uma relação comercial entre o proprietário dos meios de produção e dos grupos de operários livres; a terceira, singularmente reduzida, porque se dá, em vez de um salário miserável, uma repartição livre. Dessa forma, seria transformada a usina industrial capitalista num centro de colaboração.

Que resultaria daí? O factor humano seria utilizado para sua plena iniciativa, sob sua inteira responsabilidade e liberdade, animando a vida autônoma dos trabalhadores, os quais ficariam associados às transformações da Técnica e do maquinismo, sem a necessidade de ressentimentos nem de resistências.

A disciplina seria aceita, porque lhes seria útil, além de poderem por si mesmos escolherem os melhores para guiá-los no trabalho.

Desta forma, a oficina seria uma escola para a vida social, uma actividade plenamente humana, sob a base da responsabilidade e da solidariedade. Esse plano de humanização do trabalho, libertariamente organizado, poderia ser aplicado em qualquer sistema econômico, salvo ao que desejasse fundar-se sobre um autoritarismo absoluto, como é o caso do socialismo autoritário (marxista, hitlerista, etc.).

Mas, mesmo numa organização de Estado socialista planejado, em que se respeitasse o trabalhador, a disciplina

seria voluntariamente aceita pelos grupos livres. Ela oferece, pelo menos, a possibilidade de resolverem-se os problemas das dependências do trabalho.

Contudo, é preciso considerar o *acto humano* e os seus elementos, pois o vício que possa sofrer, influi de tal modo que perturba os aspectos positivos que essa solução oferece.

Estudamos o *acto humano* em "Filosofia e História da Cultura".

O MAQUINISMO

Já verificamos a história do desenvolvimento da máquina no Ocidente, quando estudamos as fases da Técnica. É a máquina anterior ao capitalismo moderno. Vimos como influiu nêlo os grandes inventos, o aproveitamento do moinho de vento e de água, do vidro, do espelho, do relógio e, finalmente, do aproveitamento da máquina a vapor.

Tôdas as máquinas nos mostram a passagem do instrumento simples para uma conjugação mais complicada. Em tôdas as máquinas, vamos encontrar as formas técnicas mais primitivas.

Impõe-se, portanto, de antemão, que definamos o que seja *máquina*. Já citamos a de Rouleaux. Outro autor, modernamente, definiu-a como "um conjunto de seres inanimados (ou até excepcionalmente animados) capazes de substituir o homem na execução de um conjunto de operações propostas pelo próprio homem."

Entre essas duas definições, notamos:

- a) substituição do esforço humano;
- b) estabelecimento de um *fin* pelo constructor da máquina.

Outros se colocam em pontos de vista diferentes. Para alguns, uma *ferramenta* é uma máquina. Para outros, é apenas aquêlo instrumento que empresta uma força do meio exterior, porque ela é usada pela força do homem. Essa última opinião, por exigir que a *máquina empregue força do meio exterior*, tem sua vantagem, porque permite que se compreendam e se interpretem melhor os factos económicos.

Encontramos, então, nas máquinas, a conjugação de certos factôres:

a) o factor trabalho, que está na origem da confecção de uma máquina;

b) o factor capital;

c) o factor técnico;

d) o factor natureza, o dom gratuito da natureza, que antecede ao trabalho humano, e que é descoberto pelo homem e empregado, metódicamente, através da máquina.

Estamos, agora, aptos a compreender o *maquinismo*.

Tivemos três fases no emprêgo da máquina:

1) um emprêgo esporádico e accidental, como verificamos na fase da eotécnica, no Renascimento, até à chamada revolução industrial;

2) emprêgo generalizado e comum, que acompanha o capitalismo industrial, na segunda metade do século XVIII;

3) O emprêgo sistemático que vem até os nossos dias.

Já estudamos os aspectos históricos da formação da máquina e também quanto deve ela aos próprios trabalhadores que a criaram para diminuir esforço, para suavizar o trabalho. Também foi essa necessidade que levou à divisão do trabalho, que antecede ao maquinismo.

O maquinismo, com o decorrer do tempo, aumentou de extensão e de qualidade. Mas também se complicou a tal ponto que um novo invento não podia ser desde logo aproveitado, sem que se fizessem profundas transformações em outros ramos da maquinaria.

O maquinismo trouxe diversas conseqüências, que merecem ser estudadas. Com as novas máquinas, o risco aumentava para o empresário que as não possuía e não podia competir com o concorrente. Por outro lado, podia a máquina não corresponder, como muitas vezes se deu, criando um risco ainda maior. Os empresários, que empregaram as primeiras máquinas, foram considerados verdadeiros pioneiros. Tal desenvolvimento vinha encontrar a resistência de uma fraca organização bancária e de crédito, que era exigível para que completasse seu ciclo. O desenvolvimento do maquinismo permitiu o desenvolvimento do sistema bancário.

Hoje os riscos técnicos são assegurados, e são reduzidos os riscos econômicos.

ANALISE DO MAQUINISMO

Do ponto de vista técnico, a máquina aumenta o rendimento material, tornando possíveis muitas tarefas novas, mais rápidas e menos custosas, e que mal poderiam ser feitas apenas com os instrumentos de trabalho (ferramentas). Basta dizer-se que um historiador inglês, Baines, calculou que a produtividade de um operário têxtil de 1760 a 1810 foi multiplicada por 166.

A máquina permitiu que se aumentasse a dimensão da empresa, a baixa do preço de revenda, tornando muitos bens acessíveis a maior número de pessoas. Alargou as fronteiras, como intensificou a concorrência, permitindo também que se desenvolvesse o transporte. Por outro lado, trouxe, como conseqüência, deslocamentos demográficos, aumentando a população dos grandes centros industriais. Em conclusão, criou a "chômage" (o desemprego).

Tecnologicamente, o desemprego é o desequilíbrio entre a quantidade de mão de obra disponível e a quantidade de mão de obra efectivamente empregada, quando da introdução de uma nova invenção num ramo da actividade econômica.

Esse desemprego tecnológico observou-se, sobretudo, durante as grandes crises do capitalismo.

Vejamos como se processa:

1) pela diminuição do número de trabalhadores empregados numa tarefa, que é substituída pela máquina, que necessita menos trabalhadores;

2) substituição da mão de obra forte pela mão de obra fraca, como o caso de inclusão de mulheres e crianças, como vimos e vemos, onde a paleotécnica é dominante. A máquina permite que um trabalhador menos especializado, menos competente, possa fazer o trabalho que era exigido de um mais competente.

Esta traz a substituição da mão de obra qualificada, pela não qualificada, a substituição do trabalhador especializado pelo não especializado. Só posteriormente, em nossos dias, a especialização torna-se exigente outra vez, mas já quando passamos da paleotécnica para as formas mais

elevadas da neotécnica e da biotécnica, cujos ensaios já foram feitos.

Daí o resultado da *chômage* (desemprego).

A *reintegração dos trabalhadores* se processa então:

- 1) pelo desenvolvimento da empresa, seu crescimento;
- 2) pela propagação do *aumento*. Dá-se uma propagação técnica e econômica no capitalismo. Assim, quando uma empresa é deficitária, ela diminui suas compras, e *difunde o deficit* às outras que lhe são subsidiárias. Quando aumenta seu rendimento, compra mais às empresas que lhe são superiores e aumenta o escoamento. Se eleva os salários, aumenta o poder de compra dos operários, criando novos escoamentos, que se difundem a outras, e sucessivamente. (Estamos considerando aqui um aumento *real* de salários e oportunamente veremos porque chamamos a atenção para este aspecto).

- 3) Pela aparição de novos misteres, profissões novas.

* * *

O desenvolvimento do maquinismo trouxe todos esses problemas de desemprego que já vimos acima, provocando revoltas de trabalhadores, ataques às máquinas, sabotagem, destruição, etc. A máquina aumentava o número de necessários, esta era a observação que se fazia. Realmente, já vimos que, na paleotécnica, o maquinismo trouxe males imediatos aos trabalhadores, embora, com o tempo, se *corrigissem* esses males, sem, no entanto, *resolvê-los*.

Entretanto, a máquina devia servir ao homem e acabará por servir-lhe, porque essa será a grande conquista dos que se interessam verdadeiramente pela solução racional e justa dos problemas humanos.

Permitiu o maquinismo que houvesse um desenvolvimento extraordinário do rendimento material, que se abrissem novas indústrias, e que se actualizassem possibilidades até então em estado apenas latente.

Melhorou-se o padrão de vida dos trabalhadores, embora criasse dependências para aquêles. Diminuíram-se as horas de trabalho, graças ao desenvolvimento da luta dos trabalhadores, sem que se prejudicasse o "standing" das populações (padrão de vida). A máquina não beneficiou ape-

nas aos trabalhadores com o decorrer do tempo, mas, sobretudo, ao patronato, que aumentou de poder econômico e político. A máquina permitiu o grande desenvolvimento da agricultura que, sobretudo nos Estados Unidos, penetrou num período industrializado, que permite a produção extraordinariamente aumentada sem os prejuízos que decorriam da paleotécnica.

* * *

Durante o progresso do maquinismo, verificado no período da paleotécnica, a luta contra a máquina levou a afirmar a conveniência de um retorno para benefício das populações sacrificadas. Retorno esse que deveria ser orientado para a formação de pequenas oficinas de artesãos, como vemos na obra de Sombart.

Sobre este ponto, muito teremos ainda que dizer, porque o artesanato não pode ser repellido simplistamente, sem ser examinado com o máximo cuidado, e veremos que Sombart tinha muitos pontos que merecem a nossa mais completa atenção, pois atravessamos uma época de transição da grande concentração industrial para a descentralização, como já o sentia Kropotkin no século passado, a qual será acentuada e permitida pelo desenvolvimento da energia nuclear e outras energias, em vésperas de serem descobertas e utilizadas.

Os prejuízos, que trouxe o maquinismo, levaram a muitos a pensar em sustentar a marcha do desenvolvimento técnico, como foi preconizado por Caillaux, Duhamel, etc. Até leis que interditam o emprego de máquinas foram elaboradas, como se deu nos Estados Unidos e na Alemanha hitlerista, por considerarem que aquelas, em certo grau, geram desequilíbrios econômicos e a mecanização da vida. Essa mecanização da vida, que é o grande problema da actualidade, não pode ser resolvida por proibições, mas por novas formas de cooperação e de libertação do trabalhador. Condições de trabalho, tais como o *trabalho parcelado*, em oposição ao *trabalho sintetizado* do artesão, afirmam muitos, tira ao trabalhador o gosto pelo trabalho, tornando-o insatisfeito. Realmente, há certo trabalho parcelado que oferece esse mal. Henri de Man, estudando o trabalho, concluiu que quando o operário consegue atingir uma obra bela, sente a satisfação do artesão. Não devemos nunca esquecer que o

homem não é uma máquina, mas um ser que aprecia, valoriza. O trabalho, sem valorizações estéticas, é desagradável, porque não oferece satisfações mais profundas ao trabalhador e transforma-o apenas num instrumento.

Por isso, o trabalho parcelado oferece tantos inconvenientes, que são agravados pelo *trabalho repetido*, pois não havendo a variação, a constância da função acaba por secar a capacidade imaginativa e criadora do homem. A *repetição rítmica*, se permite que o homem pense e crie durante sua realização, oferece, no entanto, graus de agradabilidade, como já vimos. No entanto, ela suaviza o trabalho parcelado e repetido. O *trabalho mecânico*, o emprêgo da força da máquina, permitiu que melhorassem as condições do trabalho.

O estudo sôbre as condições do trabalho deve prosseguir e prossegue levado a efeito por operários e cientistas, mas deve ser orientado sempre pelo que não cansamos de repetir: o homem deve ser considerado como hierarquicamente superior à Economia.

Muitos afirmam que a máquina é culpada da desruralização (abandono do campo). Realmente o é, mas em parte, porque antes do capitalismo mecanizado já havia essa desruralização, que foi por êste acentuada. A descentralização da indústria permitirá a ruralização, e veremos quais as maneiras concretas de realizá-la, sem desconsiderar as grandes experiências de descentralização realizadas nos Estados Unidos.

Muitos afirmam que tal não se pode dar devido às exigências de carácter econômico. Aceitam, assim, a opinião marxista, porque se fundam num dos postulados do materialismo histórico: o da determinação econômica e técnica do homem, que passa a ser coisa e não pessoa. Não se acuse, porém, o marxismo de ser culpado dessa interpretação exotérica (pois há um marxismo exotérico e um esotérico, um para as massas, e outro para as camadas realmente cultas). Não é apenas a técnica que determina tal coisa, mas sim as relações de produção e de troca, e nessas relações, para se ser dialéctico, não se pode deixar de considerar os complexos aspectos sociais e culturais. Para evitar os malefícios do trabalho parcelado, fragmentário, organizaram os russos a educação politécnica do operário, de fecundas conseqüências.

Por êsse estudo, além da especialização a que se devota, recebe o operário uma cultura geral, capaz de orientá-lo em novas experiências.

Entretanto, Gastef, do Instituto Central do Trabalho de Moscou, fez uma crítica dos esforços realizados, declarando que, apesar de tudo, os operários continuavam dominados pela mística da predestinação profissional, do fatalismo social, próprio dos países capitalistas. Pensa Gastef que uma reconstrução socialista só se poderá dar através de uma integral transformação do homem. "Devemos adoptar um voluntarismo integral e não constatar o que é, mas concluir o que pode vir-a-ser."

Temia Gastef a adaptação do homem à coisa, do homem à técnica, sem respeito do próprio homem. Gastef considerou uma planificação integral, unindo ao mesmo tempo o sistema e o homem com o fim exclusivo de rendimento, o que não passa da transposição no plano socialista da racionalização capitalista. Segundo os estudos de Fridman e de Rubinstein, a experiência russa, longe de representar uma socialização, tornou-se apenas uma planificação, mantendo o mercado e o preço que ela, de início, quisera excluir.

A concepção técnica dos marxistas não é nova como êles julgam, mas apenas um conjunto heterogêneo da técnica capitalista. "A técnica é uma forma de conhecimento activo", proclamam. Outro não era o pensamento de Descartes, que afirmava que, conhecendo-se as propriedades das coisas tão distintamente como conhecemos os diversos misteres dos nossos artesãos, poderemos tornar-nos como senhores e possuidores da natureza.

Não procuram os marxistas verificar o que há de comum entre o capitalismo e a planificação. Tudo o que sai de suas mãos julgam que é socialismo. Permanecem em pé: o preço, expressão monetária da relação de troca, o preço como expressão da tensão entre os bens e as necessidades, e a técnica, que não diverge da empregada nos países capitalistas. A concepção paleotécnica da indústria predomina na organização da indústria russa, megatécnica, quantitativa. E se hoje se dá alguma descentralização é apenas motivada pelo perigo dos bombardeios aéreos, e não para resolver os malefícios da concentração industrial.

Têm os soviéticos uma série de obstáculos que lhes impedem, que, no caminho que escolheram, possam executar os seus planos. Esses obstáculos são de ordem histórica, os quais modificam as estruturas, em vista da influência da produção do passado. Países, como os Estados Unidos, onde não havia regime artesanal e feudalidade, a industrialização encontrou campo aberto sem resistências. Na Rússia, apesar de ter um capitalismo industrial fraco, poder-se-ia ter feito a industrialização, mas a conservação do passado ofereceu uma resistência extraordinária. Conseqüentemente, a própria constituição da economia oferece resistência pela organização autoritária, como das próprias declarações dos líderes soviéticos. Julgam os marxistas que o desemprego tecnológico não existe na Rússia. Mas o exame dessa categoria da economia nos mostra que êle é dependente de uma série de factôres, que são insolúveis numa economia de mercado e de preço. Os novos inventos criam problemas que os russos não podem resolver, porque tornam obsoletas muitas de suas fábricas. Por essa razão, o caminho dos inventos está, por natureza, limitado ao interesse da indústria existente.

O que desaparece é o aspecto monetário do desemprego tecnológico, não, porém, o aspecto propriamente econômico. Um invento novo provoca deslocamentos de trabalho, como resistências, atritos.

As deslocamentos de trabalhadores de uma região para outra encerram problemas humanos graves, devido às ligações do homem com o lugar.

A diferença que existe entre o desemprego capitalista e o soviético está apenas na capacidade de organização dos transportes pelo Estado, que a exerce autoritariamente, e impõe-lhe a deslocamento para outra indústria. Se êle não se desloca sob a pressão do constrangimento econômico (como no capitalismo), desloca-se pela pressão do constrangimento estatal (como no caso soviético).

ORGANIZAÇÃO JURÍDICA E SOCIAL DO CAPITALISMO

Convém, de início, distinguir a posição do economista e do jurista. O economista *descreve*, examina as formas econômicas, estuda os aspectos uniformes e multiformes, procura o nexos das semelhanças e das diferenças, para, finalmente, quando tenha uma visão concreta, connexioná-los.

O jurista coloca-se de um ponto de vista normativo. Seus julgamentos baseiam-se sobre *juízos de valor* implícitos ou explícitos, e formula uma *regra de acção*. Para o economista, o Direito interessa-o apenas em sua efectividade aplicada, independente de suas interpretações. Por outro lado, o Direito tem, para o economista uma *função de conservação social*, de ajuste de interesses, restringe movimentos, freia-os. Após a queda do Tzar, depois das profundas transformações da revolução russa, instaurou-se um direito soviético, que consagrava uma nova ordem, que a mantinha, que a conservava.

TESE MARXISTA DO DIREITO

A escola marxista, através do materialismo histórico, interpreta dêste modo: operando-se modificações nas relações materiais de produção (técnicas sobretudo), dão-se transformações nas relações de produção (modificações nas empresas e nos institutos, que estão em sua base). Verificadas essas duas transformações, operam-se transformações no plano das superestructuras, isto é, no plano do direito, costumes, factos religiosos, etc. Alguns marxistas modernos, mais sérios, já abandonaram essa interpretação, substituindo-a por outra mais ampla, e não tão desmentida pelos factos.

Para os marxistas não há reversibilidade nas relações entre o Direito e a Economia, (a ordem é sempre da Economia para o Direito).

Mas um exame histórico, mesmo sumário, nos mostra que há reversibilidade entre o Direito e a Economia com grande influência recíproca. Toda actividade econômica supõe uma forma jurídica. Uma forma econômica não se realizaria senão fora do domínio da violência, num estado social em que ela seja possível, em que as convenções sejam executadas e sancionadas.

Mas, também, a forma jurídica está constantemente submetida à pressão dos factos econômicos. Os exemplos do *direito do trabalho* são suficientes. Por eles se vê que, se fôsse interpretado estrita e rigorosamente o direito, as condições modernas não poderiam existir.

Já expusemos a nossa concepção da contemporaneidade. Não podeis compreender uma direita sem uma esquerda, o bem sem o mal, o forte sem o fraco. São idéias contemporâneas uma da outra, uma não se formou *antes* da outra, nem se dá antes da outra, mas juntas, contemporaneamente, pois nunca poderíamos pensar no bem se não conhecêssemos o mal. No terreno dos factos sociais, um facto tomado abstractamente, como o econômico, pode ser estudado pelo economista. Mas deve êle lembrar-se que esse facto se dá *contemporaneamente* com outros que o acompanham, e que são estudados por outras disciplinas. Se o economista, por zelo exagerado, só dá valor à interpretação profissional (como o fez Marx), cai na forma viciosa dos especialistas, que só admitem rigor naquilo que pode ser explicado dentro dos quadros da sua profissão. O facto jurídico e o econômico são contemporâneos e recíprocos, isto é, interatuam-se.

Essa foi a grande lição dialéctica que nos deixou Proudhon, tantas vezes atacado, *porém não lido* por seus adversários.

DIREITO DO TRABALHO

Tem duas fases:

1) a fase repressiva. Nessa fase era consagrada a desigualdade e eram reprimidas tôdas as tentativas de reivindicação dos trabalhadores. O Estado apoiava e favorecia a classe dominante; acumpliciava-se com o empregador, impedindo toda possibilidade jurídica de resistência, proibindo reuniões, negando até a resistência passiva.

A tais exemplos ainda assistimos entre nós e em muitos países *civilizados*. Essa fase repressiva temo-la também na Rússia, onde o trabalhador apenas pode aceitar o que o Estado e a ciência soviéticas afirmam como definitivo, proibindo de toda e qualquer atitude em defesa de seus interesses e direitos, que são considerados já sãbiamente defendidos por lei e pelo Estado. (Essa é a posição através da História de todos os Estados autoritários. Sempre julgam que suas normas, doutrinas, pontos de vista, são os melhores e os únicos capazes de garantir o bem estar da população. Todo Estado estatifica, pára, impede o desenvolvimento, é conservador, torna-se reacionário).

O movimento de reivindicação dos trabalhadores no século XVIII e XIX permitiu que a estrutura do capitalismo industrial fôsse modificada. O capitalismo atômico e liberal correspondia a uma fase repressiva da legislação do trabalho. Com as formações de massa dos trabalhadores e os *crimes colectivos* praticados, êstes tornaram-se *direito*.

Não se pode compreender bem claramente a luta pelos direitos do trabalho sem que estudemos *prêviamente a propriedade*.

É a propriedade considerada *econômicamente* como o poder de disposição econômica de um bem por parte de um agente econômico.

Essa disposição toma diversas formas:

É *consumo*, quando o agente o emprega para satisfação de uma de suas necessidades, sem intermediários. É *uso*, quando aplicado para a satisfação de suas necessidades, sem que ele desapareça logo ao primeiro emprêgo. É *transformação ou modificação material*, quando são transformados bens indirectos em bens directos ou bens de consumo ou chamados também bens de primeiro grau. É *emprêgo*, quando se aproveita do bem para com ele obter outros por meio de troca.

Do ponto de vista econômico, a *propriedade* se encontra em todo sistema econômico, quer na economia fechada, quer no artesanato, quer na capitalista, quer na socialista, de toda espécie.

Não há funcionamento econômico sem o poder de disposição dos bens, isto é, sem a propriedade econômica. Não há actividade econômica sem atribuição de bens a sujeitos econômicos.

São essas razões que levam a alguns socialistas modernos a falar em socialização dos meios de produção e na manutenção da propriedade dos bens de consumo. Os católicos sociais defendem a propriedade pessoal, mas negam (alguns ao menos) a propriedade capitalista como existe actualmente.

Precisamos agora estudar a diferença entre a *propriedade econômica* e a *propriedade capitalista*.

Como instituição social, a propriedade concreta não é apenas um poder de disposição. Incluem-se nela ainda o conjunto da esquemática e das condições culturais supervenientes.

Podemos distinguir o *conteúdo psicológico* de o *conteúdo jurídico* na propriedade. O diretor de uma fábrica, psicologicamente, considera-a dêle. Fala em "minha fábrica", como também o faz o operário, o camponês, que sentem como "seus" os locais de trabalho.

A lei sanciona o poder de disposição do agente sobre o bem. Quando chegamos a este ponto, temos então a *propriedade privada*.

Mas a lei vai além da economia. O direito supera o conceito econômico de propriedade, porque, no direito, *há juízos de valor*.

Ela liga a propriedade a algo que *transcende* a base econômica, dá-lhe valores tais como "prolongamento da pessoa ou do indivíduo", ligam-se à moral, às idéias, que lhe dão conteúdos novos, sagrados, fortalecendo, com isso, o *poder econômico* sobre o bem.

EVOLUÇÃO DO DIREITO DE PROPRIEDADE

O direito de propriedade, no ocidente, sofre três transformações importantes:

- 1) limitações no carácter *absolutista* desse direito;
- 2) desmaterialização do objecto desse direito;
- 3) transformação do sujeito desse direito.

Os interesses do Estado e da colectividade, em face do direito absoluto do proprietário, levaram a criar limitações a esse direito, que estão manifestadas nas diversas leis dos diversos países.

Temos os exemplos de expropriação por utilidade pública, da necessidade de medidas que obriguem ao rendimento da produção e da propriedade, temporárias ou permanentes, segundo a legislação de cada país. Temos ainda as restrições ao direito de herdar, a disposição dos bens, etc.

Quanto à desmaterialização do objecto do direito de propriedade, com a evolução do capitalismo industrial, conhecemos os títulos negociáveis, direitos de ordem puramente intelectual, como os direitos de patente, direitos autorais, etc.

Quanto à 3.^a transformação, podemos examinar aspectos bem interessantes:

Quando o capitalismo atômico e liberal foi substituído pelo capitalismo de grupos organizados, as formas de propriedade tiveram que seguir essa marcha. Surgem, então, as *propriedades societárias* e as *propriedades sindicais*.

A primeira comporta um conjunto de *poderes de disposição* concedidos a agentes submetidos à lei do capitalismo, que tendem a um maior ganho monetário possível. A

propriedade sindical, quando o sindicato não se dedica a um interesse comercial, é uma propriedade que serve ao interesse de um grupo.

Há uma relação íntima entre a produção e a propriedade no regime capitalista. A repartição dos resultados da produção cabe ao proprietário.

Quanto aos particulares, teremos oportunidade de examinar na análise que continuaremos fazendo das diversas categorias e dos conceitos fundamentais da Economia.

Em outros trabalhos desta coleção, voltaremos a tratar deste tema, sob outros ângulos.

* * *

Estudando a evolução do capitalismo ocidental, vemos que, no capitalismo atômico liberal, as rendas se formam livremente pelo jôgo do mercado e sob a influência do preço.

Já no capitalismo das grandes unidades, intervêm duas espécies de instituições para corrigir o processo de distribuição. A *assistência*, os estabelecimentos de caridade pública são os que operam uma distribuição das rendas. Posteriormente, temos as instituições de seguros sociais, que modificam a estrutura do custo ou do preço de revenda.

Um capitalismo largamente socializado quanto à distribuição, substitui o capitalismo atômico liberal.

Na Rússia, o ideal que predominou a princípio foi o velho ideal socialista de fazer a distribuição segundo as necessidades e a distribuição autoritária do producto.

Mas, com o ressurgimento da economia de mercado, em vez da repartição autoritária, surgiu uma formação quase livre de rendas.

Observa-se assim que, na sociedade capitalista, há uma evolução da propriedade, sem negar o que é presente em todos os sistemas: o poder de disposição do agente econômico sobre os bens de consumo e sobre os bens indirectos. Sem tais requisitos, não há economia de troca, pois esta exige a livre disposição dos bens.

Antes de encerrarmos este artigo, devemos ressaltar a opinião de Proudhon quanto à propriedade, ao examinar

seus dois direitos fundamentais: o de *uso* e o de *abuso* por parte de seu titular. Proudhon combateu, na propriedade, o *abuso*, e não o *uso* (que é a posse, a apropriação). Por isso dizia que o *abuso* era "*un vol*", um furto.

Contudo é mister esclarecer que o conceito de *abuso* significava para os antigos o *consumo*; neste caso, seria o direito de "consumir" a propriedade. Tomado o conceito como uso indevido, embora juridicamente permitido, é êle socialmente reprovável. No uso do poder, é difícil precisar como juridicamente válidas as extralimitações abusivas, o que, no entanto, não o é sob o ângulo ético. O supremo direito pode levar à suprema *injúria*. Daí a máxima: *summum jus, summa injuria, supremo direito, suprema violação do direito* (injustiça).

Proudhon considerava o abuso, na propriedade, socialmente injusto, por isso repelia o direito de alguém usar dos bens que se apropriou de modo a prejudicar a outrem (abuso).

Este livro foi composto e impresso para a Livraria e Editôra LOGOS Ltda., na Gráfica e Editôra MINOX Ltda., à Rua Mazzini nº 167, em fevereiro de 1962.
São Paulo